



**MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO CRISTÃ
ESCOLA BÍBLICA DOMINICAL**



**ESCATOLOGIA
A DOUTRINA DAS ÚLTIMAS COISAS**

**Pr. Carlos Elias de Souza Santos
Módulo – Doutrinas Bíblicas.**

SUMÁRIO.

A VOLTA DE CRISTO: QUANDO E COMO?

Quando e como será a volta de Cristo? Poderá ele voltar a qualquer momento?

A GRANDE TRIBULAÇÃO

A linguagem das Escrituras indica que haverá na terra um período de sofrimento muito maior que tudo que se tenha experimentado.

O MILÊNIO

Que é o milênio? Quando ele vai acontecer? Os cristãos passarão pela grande tribulação?

O JUÍZO FINAL E O CASTIGO ETERNO

Quem será julgado? Que é o inferno?

O JUÍZO FINAL

Explicação e base bíblica

O ESTADO FINAL

Explicação e base bíblica

A RESSURREIÇÃO

EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

O NOVO CÉU E A NOVA TERRA

Que é o céu? É um lugar? Como a terra será renovada? Como será a vida no novo céu e na nova terra?

A Volta de Cristo: Quando e Como?

Quando e como será a volta de Cristo? Poderá ele voltar a qualquer momento?

EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

No início da última unidade deste livro, passamos a considerar os eventos que ocorrerão no futuro. O estudo de eventos futuros é muitas vezes chamado “*escatologia*”, segundo a palavra grega *eschatos*, que significa “último”. O estudo da escatologia, portanto, é o “estudo das últimas coisas”.

Incrédulos podem fazer predições razoáveis de eventos futuros com base em padrões de ocorrências passadas, mas na natureza da experiência humana é evidente que os seres humanos, por si mesmos, não conseguem *conhecer* o futuro. Mas os cristãos que crêem na Bíblia vivem outra situação. Ainda que não possamos conhecer tudo acerca do futuro, Deus conhece todas as coisas futuras e, nas Escrituras, trata dos principais fatos ainda futuros na história do universo. Podemos ter absoluta certeza da ocorrência desses fatos porque Deus nunca erra e jamais mente.

Com respeito a nosso futuro pessoal como indivíduos, já discutimos o ensino das Escrituras no capítulo 41 (sobre a morte e o estado intermediário) e no capítulo 42 (sobre a glorificação). O estudo desses eventos futuros que ocorrerão a indivíduos é às vezes chamado “*escatologia pessoal*”. Mas a Bíblia também fala de certos eventos importantes que afetarão todo o universo. Especificamente, ela trata da segunda vinda de Cristo, do milênio, do julgamento final, da punição eterna para os incrédulos e da recompensa eterna para os crentes e da vida com Deus no novo céu e na nova terra.

A história da igreja tem presenciado muitos debates – com frequência exaltados – sobre questões acerca do futuro. Neste capítulo começaremos com aspectos da segunda vinda de Cristo sobre os quais concordam todos os evangélicos e depois passaremos para uma questão polêmica: se Cristo pode ou não voltar a qualquer momento. Então, no próximo capítulo discutiremos a questão do milênio, tópico que há muito vem causando desavenças entre cristãos.

A. HAVERÁ UMA VOLTA SÚBITA, PESSOAL, VISÍVEL E CORPÓREA DE CRISTO

Jesus falou muitas vezes de sua volta. “Por isso, ficai também vós apercebidos; porque, à hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá” (Mt 24.44). Ele disse: “... quando eu for e vos preparar lugar, *voltarei* e vos receberei para mim mesmo, para que, onde eu estou, estejais vós também” (Jo 14.3). Imediatamente depois de Jesus ascender ao céu, dois anjos disseram aos discípulos: “Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu *virá* do modo como o vistes subir” (At 1.11). Paulo ensinou: “Porquanto o *Senhor mesmo*, dada a sua palavra de ordem, ouvida a voz do arcanjo, e ressoada a trombeta de Deus, *descerá dos céus*” (1Ts 4.16). O autor de Hebreus escreveu que Cristo “*aparecerá segunda vez, sem pecado, aos*

que o aguardam para a salvação” (Hb 9.28). Tiago escreveu: “... a vinda do Senhor está próxima” (Tg 5.8). Pedro disse: “Virá, entretanto, como ladrão, o Dia do Senhor” (2Pe 3.10). João escreveu: “... quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele, porque haveremos de vê-lo como ele é” (1Jo 3.2). E o livro de Apocalipse traz freqüentes referências à volta de Cristo, terminando com a promessa de Jesus: “Certamente, *venho sem demora*”, e a resposta de João: “Amém! Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22.20).

Esse tema, portanto, é mencionado com freqüência em todo o Novo Testamento. É a esperança dominante da igreja neotestamentária. Esses versículos predizem um retorno repentino de Cristo, extraordinário e visível (“Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá”, Ap 1.7). As passagens são muito explícitas, não dando margem à idéia (antes popular nos círculos protestantes liberais) de que o próprio Cristo não voltará, mas simplesmente que o espírito de Cristo, ou seja a aceitação de seu ensino e a imitação de seu estilo de vida baseado no amor, voltaria de maneira crescente à terra. Não é seu ensino ou seu estilo de conduta, mas “*o Senhor mesmo*” que descerá do céu (1Ts 4.16). É o próprio Jesus “assunto ao céu” que “*virá do modo como o vistes subir*” (At 1.11). Sua manifestação não será a mera vinda espiritual para habitar no coração das pessoas, mas uma volta *pessoal e corpórea*, “*do modo como o vistes subir*”.

B. DEVEMOS ANSIAR PELA VOLTA DE CRISTO

A resposta de João no final de Apocalipse deve caracterizar o coração dos cristãos em todas as épocas: “Amém! Vem, Senhor Jesus!” (Ap 22.20). O verdadeiro cristianismo nos treina a viver “no presente século, sensata, justa e piedosamente, *aguardando a bendita esperança e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus*” (Tt 2.12–13). Paulo diz: “Pois a nossa pátria está nos céus, de onde também aguardamos o Salvador, o Senhor Jesus Cristo” (Fp 3.20). De modo semelhante, o termo “maranata” em 1Co-ríntios 16.22 (ARA, ARC) significa “vem, nosso Senhor” (BLH).

Será que os cristãos de fato aguardam ansiosamente a volta de Cristo? Quanto mais os cristãos se virem enredados nas coisas desta vida e mais negligenciarem a comunhão cristã genuína e seu relacionamento pessoal com Cristo, tanto menos ansiarão por sua volta. Por outro lado, muitos cristãos que enfrentam sofrimentos e perseguições, ou os mais idosos e enfermos, e aqueles que andam diariamente com Cristo de maneira viva e profunda, terão um anseio mais intenso por sua volta. De certa forma, portanto, o quanto realmente aguardamos a volta de Cristo mede a condição espiritual de nossa vida no momento. Isso também mede, de certa forma, até que ponto vemos o mundo como realmente é, conforme Deus o vê: escravizado ao pecado e em rebeldia contra Deus, subordinado ao poder do maligno (1Jo 5.19).

Mas isso significaria que não devemos empreender projetos a longo prazo? Se um cientista aguarda ansiosamente a volta de Cristo, deve entrar num projeto de pesquisas que leve dez anos? Ou um cristão deve começar um curso de três anos num seminário ou numa faculdade teológica? E se Cristo voltar na véspera da formatura, antes que tenha alguma oportunidade de empenhar tempo significativo no ministério propriamente dito?

Com certeza devemos envolver-nos em atividades de longo prazo. É exatamente por isso que Jesus não nos permite saber a verdadeira hora de sua volta (veja abaixo): ele quer

que estejamos ligados a ele, em obediência, não importa o ritmo de nossa vida, até o momento de sua volta. Estar “apercebido” para a volta de Cristo (Mt 24.44) é obedecer-lhe fielmente no presente, empenhando-se ativamente em qualquer trabalho para o qual ele nos tenha convocado. Pela natureza da situação, uma vez que não sabemos quando será sua volta, sem dúvida, naquele dia partirão para o campo missionário pessoas que jamais chegarão ao seu destino. Haverá pessoas no último ano do seminário que jamais empregarão seus conhecimentos pastoreando uma igreja. Haverá pesquisadores às voltas com teses de doutorado, frutos de anos de estudo, que jamais serão publicadas e jamais influenciarão o mundo. Mas a todos esses cristãos, Jesus dirá: “Muito bem, servo bom e fiel; foste fiel no pouco, sobre o muito te colocarei; entra no gozo do teu senhor” (Mt 25.21).

C. NÃO SABEMOS QUANDO CRISTO VOLTARÁ

Algumas passagens indicam que não sabemos, e não podemos saber, quando Cristo voltará. “À hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá” (Mt 24.44). “Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora” (Mt 25.13). Além disso, Jesus disse: “Mas a respeito daquele dia ou da hora ninguém sabe; nem os anjos no céu, nem o Filho, senão o Pai. Estai de sobreaviso, vigiai e orai; porque não sabeis quando será o tempo” (Mc 13.32–33).

É simplesmente fugir do significado dessas passagens dizer que não podemos saber o dia ou a hora, mas que podemos saber o mês ou o ano. Permanece o fato de que Jesus está voltando “à hora que não cuidamos” (Mt 24.44; Lc 12.40). (Nesses versículos é melhor compreender a palavra “hora” [*hōra*] num sentido mais geral, em referência ao momento em que algo ocorrerá, não necessariamente um período de sessenta minutos.) A idéia dessas passagens é que Jesus está nos dizendo que *não podemos* saber quando estará de volta. Já que ele voltará em hora inesperada, devemos estar prontos o tempo todo para sua volta.

A consequência prática disso é que se deve considerar errado, de imediato, quem diz saber especificamente quando virá Jesus. Os testemunhas-de-jeová têm feito muitas predições de datas específicas da volta de Cristo, e todas elas provaram-se enganadas. Mas outros na história da igreja também fizeram tais predições, às vezes alegando novo entendimento de profecias bíblicas e às vezes alegando ter recebido revelações pessoais do próprio Jesus, indicando o momento de seu retorno. É uma pena que tantos tenham sido enganados por essas declarações porque quando as pessoas se convencem de que Cristo voltará (por exemplo) dentro de um mês, começam a se desvencilhar de todos os compromissos a longo prazo. Tiram as crianças da escola, vendem as casas, demitem-se do emprego e desistem de trabalhar em qualquer projeto a longo prazo na igreja ou em outro lugar. De início, pode aumentar o zelo pela evangelização e pela oração, mas a natureza irracional do comportamento deles neutraliza todo impacto evangelístico que possam ter. Além disso, estão simplesmente *desobedecendo* ao ensino das Escrituras de que não se pode conhecer a data da volta de Cristo, o que significa que até mesmo a oração e a comunhão deles com Deus ficarão também prejudicadas. Qualquer um que diga conhecer a data em que Cristo voltará – seja qual for a fonte – deve ser rejeitado, considerado incorreto.

D. TODOS OS EVANGÉLICOS CONCORDAM QUANTO ÀS CONSEQÜÊNCIAS DEFINITIVAS DA VOLTA DE CRISTO

Não importam as discórdias quanto aos detalhes, todos os cristãos que têm a Bíblia por autoridade final concordam que a conseqüência definitiva e última da volta de Cristo será o julgamento dos incrédulos e a recompensa final dos que crêem e que os que crêem viverão com Cristo, por toda a eternidade, num novo céu e numa nova terra. Deus Pai, Filho e Espírito Santo reinará e será cultuado num reino eterno em que já não haverá pecado, dor ou sofrimento. Vamos discutir melhor esses detalhes nos próximos capítulos.

E. HÁ DISCUSSÃO QUANTO AOS PORMENORES DOS EVENTOS FUTUROS

Entretanto, os cristãos discordam a respeito de pormenores específicos sobre o que acontecerá logo antes e logo depois da volta de Cristo. Especificamente, eles discordam quanto à natureza do milênio e da relação entre a vinda de Cristo e o milênio, quanto à seqüência da volta de Cristo e o período da grande tribulação que sobrevirá à terra e na questão da salvação do povo judeu (e a relação entre os judeus salvos e a igreja).

Antes de examinarmos algumas dessas questões com mais detalhes, é importante afirmar a posição evangélica genuína dos que defendem posturas diferentes sobre essas questões. Os evangélicos que defendem essas várias posições concordam, todos, que as Escrituras são inerrantes e que eles têm o compromisso de crer *em tudo* o que elas ensinam. Suas diferenças giram em torno da interpretação de várias passagens que tratam desses eventos, mas suas diferenças nessas questões devem ser vistas como questões de importância secundária, não como diferenças quanto a questões doutrinárias importantes.

Mesmo assim, vale estudar essas questões com maior riqueza de detalhes, porque ganharemos mais entendimento da natureza dos eventos planejados por Deus e prometidos a nós e também porque ainda há esperança de que surja uma unidade maior na igreja quando aceitarmos reexaminar essas questões e nos empenharmos em discutilas.

F. PODERÁ CRISTO VOLTAR A QUALQUER MOMENTO?

Uma das discussões significativas surge quando se debate se Cristo poderá voltar a qualquer momento. Por um lado, há muitas passagens que nos incentivam a estar prontos porque Cristo voltará em hora inesperada. Por outro lado, há algumas passagens que falam de certos eventos que ocorrerão antes da volta de Cristo. Há diferentes modos de resolver a aparente tensão entre esses dois conjuntos de passagens, e alguns cristãos concluem que Cristo ainda poderá voltar a qualquer momento e outros que ele não poderá voltar pelo menos antes de uma geração, já que seria preciso esse tempo para que se cumpram alguns eventos preditos que precisam ocorrer antes de sua volta.

1. Versículos que predizem uma vinda repentina e inesperada de Cristo. Para sentir a força cumulativa das passagens que predizem que Cristo poderá voltar muito em breve, é bom simplesmente alistá-las aqui em ordem:

Portanto, *vigiai*, porque não sabeis em que dia vem o vosso Senhor. Mas considerai isto: se o pai de família soubesse a que hora viria o ladrão, vigiaria e não deixaria que fosse arrombada a sua casa. Por isso, ficai também vós apercebidos; porque, *à hora em que não cuidais, o Filho do Homem virá* (Mt 24.42–44; cf. v. 36–39).

Virá o senhor daquele servo *em dia em que não o espera* e em hora que não sabe (Mt 24.50).

Vigiai, pois, porque não sabeis o dia nem a hora (Mt 25.13).

Mas *a respeito daquele dia ou da hora ninguém sabe*; nem os anjos no céu, nem o Filho, senão o Pai. Estai de sobreaviso, vigiai e orai; porque não sabeis quando será o tempo (Mc 13.32–33).

É como um homem que, ausentando-se do país, deixa a sua casa, dá autoridade aos seus servos, a cada um a sua obrigação, e ao porteiro ordena que vigie. *Vigiai, pois, porque não sabeis quando virá o dono da casa*: se à tarde, se à meia-noite, se ao cantar do galo, se pela manhã; para que, vindo ele inesperadamente, não vos ache dormindo. O que, porém, vos digo, digo a todos: *vigiai!* (Mc 13.34–37).

Ficai também vós apercebidos, porque, *à hora em que não cuidais*, o Filho do Homem virá (Lc 12.40).

Maranata! (1Co 16.22)

Mas nós somos cidadãos do céu e *estamos esperando ansiosamente o nosso Salvador*, o Senhor Jesus Cristo, que virá de lá (Fp 3.20 BLH)

Vós mesmos estais inteirados com precisão de que *o Dia do Senhor vem como ladrão de noite* (1Ts 5.2).

Educando-nos para que [...] vivamos, no presente século, sensata, justa e piedosamente, *aguardando a bendita esperança* e a manifestação da glória do nosso grande Deus e Salvador Cristo Jesus (Tt 2.12–13).

Façamos admoestações e *tanto mais quanto vedes que o Dia se aproxima* (Hb 10.25).

Sede, pois, irmãos, pacientes, até à vinda do Senhor [...] fortalecei o vosso coração, pois *a vinda do Senhor está próxima* [...] Eis que *o juiz está às portas* (Tg 5.7–9).

Ora, o fim de todas as coisas está próximo (1Pe 4.7).

Virá, entretanto, *como ladrão, o Dia do Senhor*, no qual os céus passarão com estrepitoso estrondo, e os elementos se desfarão abrasados; também a terra e as obras que nela existem serão atingidas (2Pe 3.10).

O tempo está próximo (Ap 1.3).

Eis que *venho sem demora* (Ap 22.7).

E eis que *venho sem demora*, e comigo está o galardão que tenho para retribuir a cada um segundo as suas obras (Ap 22.12).

Aquele que dá testemunho destas coisas diz: Certamente, venho sem demora. Amém! Vem, Senhor Jesus! (Ap 22.20).

Que dizer dessas passagens? Se o Novo Testamento não contivesse passagens sobre os sinais que precederão a volta de Cristo, é provável que concluíssemos pelas passagens que acabamos de citar que Jesus poderia vir a qualquer momento. Nesse sentido, podemos dizer que a volta de Cristo é *imminente*. Isso parece amortecer o impacto dos alertas a que estamos *prontos* e *vigilantes*, caso haja motivos para crer que Cristo não voltará logo.

Antes de analisar as passagens sobre sinais que precedem a vinda de Cristo, é preciso considerar aqui outro problema. Jesus e os autores do Novo Testamento estariam enganados em suas expectativas de que ele voltaria logo? Eles não estariam pensando que a segunda vinda de Cristo ocorreria em poucos anos? De fato, uma idéia muito proeminente entre estudiosos liberais do Novo Testamento é que Jesus se enganou, ensinando que voltaria logo.

Mas nenhum desses textos que acabamos de citar exigem essa interpretação. Os textos que ensinam que devemos estar prontos não dizem o quanto teremos de esperar, também não o fazem os textos que ensinam que Jesus virá num momento inesperado. Quanto aos textos que dizem que Jesus está vindo “logo”, precisamos compreender que os profetas bíblicos muitas vezes falam pela perspectivas da “abreviação profética”, que vê eventos futuros mas não vê o período intermediário anterior à sua ocorrência.

George Ladd diz:

Os profetas pouco se interessavam pela cronologia, e o futuro era sempre considerado iminente [...] os profetas do Antigo Testamento mesclavam as perspectivas próximas e distantes, formando um painel sem igual. A profecia bíblica não é essencialmente tridimensional, mas bidimensional; possui altura e largura, mas não se importa com a profundidade, i.e., a cronologia dos eventos futuros [...] o distante é visto através da transparência do imediato. É verdade que a igreja primitiva vivia na expectativa da volta do Senhor, e faz parte da natureza da profecia bíblica tornar possível para cada geração viver na expectativa do fim.

Pedro também nos lembra que o Senhor vê o tempo de outra perspectiva, de modo que “logo”, para ele, talvez não seja o que esperamos: “Há, todavia, uma coisa, amados, que não deveis esquecer: que, para o Senhor, um dia é como mil anos, e mil anos, como um dia. Não retarda o Senhor a sua promessa, como alguns a julgam demorada” (2Pe 3.8–9).

2. Sinais que precedem a volta de Cristo. A outra série de textos a considerar trata de alguns sinais que as Escrituras dizem preceder a hora da volta de Cristo. De fato, Berkhof diz: “De acordo com as Escrituras alguns fatos importantes devem ocorrer antes da volta do Senhor e, assim, não se pode considerá-la iminente”.

Aqui vale alistar as passagens que fazem referência mais direta aos sinais que devem ocorrer antes da volta de Cristo.

a. A pregação do evangelho a todas as nações

É necessário que primeiro o evangelho seja pregado a todas as nações (Mc 13.10; cf. Mt 24.14).

b. A grande tribulação

Quando, porém, ouvirdes falar de guerras e rumores de guerras, não vos assusteis; é necessário assim acontecer, mas ainda não é o fim. Porque se levantará nação contra nação, e reino, contra reino. Haverá *terremotos* em vários lugares e também *fomes*. *Estas coisas são o princípio das dores* (Mc 13.7–8; cf. 24.15–22; Lc 21.20–24).

Porque aqueles dias serão de *tamanha tribulação como nunca houve desde o princípio do mundo, que Deus criou, até agora e nunca jamais haverá. Não tivesse o Senhor abreviado aqueles dias, e ninguém se salvaria*; mas, por causa dos eleitos que ele escolheu, abreviou tais dias (Mc 13.19–20).

c. Falsos profetas realizando sinais e maravilhas

Surgirão falsos cristos e falsos profetas, operando sinais e prodígios, para enganar, se possível, os próprios eleitos (Mc 13.22; cf. 24.23–24).

d. Sinais no céu

Mas, naqueles dias, *após a referida tribulação, o sol escurecerá, a lua não dará a sua claridade, as estrelas cairão do firmamento, e os poderes dos céus serão abalados*. Então, verão o Filho do Homem vir nas nuvens, com grande poder e glória (Mc 13.24–26; cf. Mt 24.29–30; Lc 21.25–27).

e. A vinda do homem da iniquidade e a rebelião. Paulo escreve aos tessalonicenses que Cristo não virá, a menos que o homem da iniquidade seja antes revelado, e depois o Senhor Jesus, em sua vinda, o destruirá. Esse “homem da iniquidade” é às vezes identificado com a besta em Apocalipse 13 e às vezes chamado anticristo, o último e pior da série de “anticristos” mencionados em 1João 2.18. Paulo escreve:

Irmãos, no que diz respeito à vinda de nosso Senhor Jesus Cristo [...] *isto não acontecerá sem que primeiro venha a apostasia e seja revelado o homem da iniquidade*, o filho da perdição, o qual se opõe e se levanta contra tudo que se chama Deus ou é objeto de culto, *a ponto de assentar-se no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus*. [...] E, agora, sabeis o que o detém, para que ele seja revelado somente em ocasião própria. Com efeito, o mistério da iniquidade já opera e aguarda somente que seja afastado aquele que agora o detém; *então, será, de fato, revelado o iníquo, a quem o Senhor Jesus matará com o sopro de sua boca e o destruirá pela manifestação de sua vinda. Ora, o aparecimento do iníquo é segundo a eficácia de Satanás, com todo poder, e sinais, e prodígios da mentira, e com todo engano de injustiça aos que perecem*, porque não acolheram o amor da verdade para serem salvos (2Ts 2.1–10).

f. A salvação de Israel. Paulo fala do fato de que muitos judeus não creram em Cristo, mas diz que em algum ponto do futuro um número maior será salvo:

Ora, se a transgressão deles redundou em riqueza para o mundo, e o seu abatimento, em riqueza para os gentios, *quanto mais a sua plenitude!* (Rm 11.12)

Porque não quero, irmãos, que ignoreis este mistério (para que não sejais presumidos em vós mesmos): que veio endurecimento em parte a Israel, até que haja entrado a plenitude dos gentios. *E, assim, todo o Israel será salvo* (Rm 11.25–26).

g. Conclusões a partir desses sinais que precedem a volta de Cristo. O impacto dessas passagens parece tão claro que, conforme mencionamos acima, muitos cristãos sentem que Cristo simplesmente não pode voltar a qualquer momento. Quando analisamos a lista de sinais acima, não parece necessário argumentar muito para demonstrar que a maior parte desses eventos, ou talvez todos eles, ainda não ocorreu. Ou, pelo menos, é o que parece a quem lê essas passagens pela primeira vez.¹²

3. Soluções possíveis. Como harmonizar passagens que nos parecem aconselhar a estar prontos porque Cristo pode voltar logo com passagens que indicam que alguns eventos importantes e visíveis devem ocorrer antes que ele possa voltar? É possível propor algumas soluções.

Uma solução é dizer que *Cristo não poderá vir a qualquer momento*. Essa posição é defendida por Louis Berkhof na frase citada acima. O tempo que deve transcorrer antes da volta de Cristo depende do tempo que a pessoa julga necessário para que alguns dos sinais se cumpram, tais como a pregação do evangelho a todas as nações, a vinda da grande tribulação e a reunião de todo o número dos judeus que serão salvos.

A dificuldade dessa concepção é dupla. Primeiro, realmente parece anular a importância das advertências de Jesus a que estejamos atentos, prontos, ao fato de que voltará numa hora que não esperamos. Qual a força de um alerta a que estejamos prontos para uma vinda inesperada de Cristo, se sabemos que essa vinda *não pode* ocorrer senão depois de muitos anos? A idéia de expectativa urgente pela volta de Cristo fica muito diminuída ou totalmente anulada nessa posição, e tal consequência parece bem contrária à intenção de Jesus em deixar tais alertas.

Segundo, essa posição parece empregar esses sinais de maneira bem oposta à maneira pela qual Jesus queria que fossem empregados. Os sinais são dados para que, vendo-os, *intensifiquemos nossas expectativas* quanto à volta de Cristo. Jesus disse: “Ora, *ao começarem estas coisas a suceder, exultai e erguei a vossa cabeça; porque a vossa redenção se aproxima*” (Lc 21.28). E os alertas também são dados para impedir que os que crêem se desviem, seguindo falsos messias: “Então, Jesus passou a dizer-lhes: Vede que ninguém vos engane. Muitos virão em meu nome, dizendo: Sou eu; e enganarão a muitos. [...] Então, se alguém vos disser: Eis aqui o Cristo! Ou: Ei-lo ali! Não acrediteis” (Mc 13.5–6, 21). Assim, os sinais são dados para impedir que os cristãos sejam surpreendidos por esses eventos notáveis, para lhes garantir que Deus os conhece de antemão e para impedir que sigam supostos messias que não vêm da maneira como Cristo virá: de modo extraordinário, visível, vencendo o mundo. *Mas os sinais jamais foram dados para que pensássemos: “Jesus não pode vir nos próximos anos”*. Não há indicações de que Jesus tenha dado esses sinais para fornecer aos cristãos um motivo para *não estarem prontos* para sua volta ou para incentivá-los a *não esperar* que ele venha a qualquer momento! Usar dessa maneira os sinais que precederão a volta de Cristo (como Berkhof, por exemplo) é usá-los de um modo jamais planejado por Jesus. Assim, não parece convincente dizer que Cristo não poderá voltar a qualquer momento.

A outra solução principal desse problema é dizer que *Cristo de fato poderá voltar a qualquer momento* e harmonizar as duas séries de passagens de várias maneiras. (1) Um jeito de harmonizá-las é dizer que *o Novo Testamento fala de duas voltas distintas de Cristo*, ou de duas segundas vindas de Cristo, ou seja, uma vinda *secreta* em que Cristo tira os cristãos do mundo (uma vinda “para seus santos”) e, depois, após sete anos de tribulação sobre a terra, uma vinda visível, pública e triunfante (uma vinda “com seus santos”) em que Cristo virá para reinar sobre a terra. Durante o intervalo de sete anos, todos os sinais que ainda não se cumpriram (a grande tribulação, os falsos profetas com sinais e maravilhas, o anticristo, a salvação de Israel e os sinais nos céus) serão cumpridos, de modo que não há tensão nenhuma entre esperar por uma vinda que ocorrerá “a qualquer momento” e o entendimento de que uma vinda posterior será precedida por muitos sinais.

O problema dessa solução é a dificuldade de derivar duas vindas distintas de Cristo das passagens que predizem sua volta. Entretanto, não vamos discutir a questão aqui, mas tratá-la no próximo capítulo, quando considerarmos a perspectiva pré-milenista pré-tribulacionista da volta de Cristo. Deve-se também notar que, historicamente, essa solução é bem recente, pois era desconhecida na história da igreja até ser proposta no século passado por John Nelson Darby (1800–1882). Isso deve alertar-nos para o fato de que essa solução não é a única possível para a tensão apresentada pelas passagens acima citadas.

(2) Outra solução é dizer que *todos os sinais já foram cumpridos e, portanto, Cristo de fato pode voltar a qualquer momento*. Segundo essa perspectiva, podem-se encontrar os possíveis cumprimentos desses sinais nos eventos da igreja primitiva, ainda no primeiro século. Em certo sentido, pode-se dizer, o evangelho foi de fato pregado a todas as nações, surgiram falsos profetas que se opuseram ao evangelho, houve grande tribulação na perseguição que a igreja sofreu nas mãos de alguns imperadores romanos, o homem da iniquidade foi na realidade o imperador Nero, e o número completo do povo judeu que será salvo tem sido preenchido gradualmente ao longo da história da igreja, já que Paulo se apresenta como exemplo do início dessa reunião do povo judeu (Rm 11.1). Vamos discutir em mais detalhes na próxima seção a idéia de que os sinais que antecedem a volta de Cristo já *devem* estar cumpridos, mas aqui podemos simplesmente observar que muitos não consideram convincente nenhuma idéia que afirme que eles *já* ocorreram, porque esses sinais lhes parecem indicar eventos muito mais amplos que os ocorridos no primeiro século.

(3) Há outra maneira de resolver essas duas séries de passagens. É dizer que *é improvável mas possível que os sinais já se tenham cumprido* e, portanto, simplesmente não podemos saber com certeza, em nenhum ponto da história, se todos os sinais foram ou não cumpridos. Essa posição é atraente porque leva a sério o propósito básico dos sinais, o propósito básico dos alertas e o fato de que não devemos saber quando Cristo voltará. Quanto aos sinais, o propósito básico deles é intensificar nossas expectativas com a volta de Cristo. Assim, sempre que vemos indicações de coisas que lembram esses sinais, nossas expectativas em torno da volta de Cristo são despertadas e intensificadas. Quanto aos alertas para que estejamos prontos, os que defendem essa posição diriam que Cristo *poderá* voltar a qualquer momento (já que não conseguimos ter certeza de que não se cumpriram) e, assim, precisamos estar prontos, ainda que seja *improvável* que Cristo volte imediatamente (porque parece haver alguns sinais ainda não cumpridos). Por fim, essa

posição concorda que não podemos saber quando Cristo voltará e que ele virá numa hora que não esperamos.

Mas é possível que esses sinais tenham se cumprido? Podemos examiná-los um por vez. Em cada um nossa conclusão será que é *improvável mas possível que o sinal já se tenha cumprido*.

a. A pregação do evangelho a todas as nações. O evangelho foi pregado a todas as nações? É provável que não, já que há vários grupos lingüísticos e étnicos que ainda não ouviram o evangelho. É improvável, portanto, que esse sinal tenha se cumprido. Entretanto, Paulo fala em Colossenses sobre a propagação mundial do evangelho: "... a palavra da verdade do evangelho, que chegou até vós; como também, *em todo o mundo*, está produzindo fruto e crescendo" (Cl 1.5–6). Ele também fala do evangelho "que foi pregado a toda criatura debaixo do céu" (Cl 1.23). Nesses versículos ele certamente não quer dizer que cada criatura viva ouviu a proclamação do evangelho, mas que a proclamação foi anunciada a todo o mundo e que, pelo menos no sentido representativo, o evangelho foi pregado a todo o mundo ou a todas as nações. Portanto, é improvável mas possível que esse sinal se tenha cumprido inicialmente no primeiro século e muitas vezes desde então, em sentido mais amplo.

b. A grande tribulação. Mais uma vez, parece provável que a linguagem das Escrituras indique que haverá na terra um período de sofrimento muito maior que tudo que se tenha experimentado. Mas deve-se notar que muitas pessoas entenderam que os alertas de Jesus quanto à grande tribulação referem-se ao cerco romano a Jerusalém na guerra judaica de 66–70 d.C. O sofrimento durante essa guerra foi mesmo terrível e pode ser o que Jesus descreveu ao predizer essa tribulação. De fato, desde o primeiro século, tem havido muitos períodos de perseguição violenta e intensa de cristãos, e mesmo em nosso século isso tem ocorrido em grandes áreas do globo, com cristãos sendo terrivelmente perseguidos na antiga União Soviética, na China comunista e em países muçulmanos. Seria difícil convencer alguns cristãos deste século que têm sofrido décadas de perseguição por causa da fé e tiveram conhecimento de que a perseguição afetou milhares de outros cristãos em amplos segmentos do mundo, que a grande tribulação ainda não ocorreu. Há anos que eles vêm ansiando e orando pela volta de Cristo, para que ele os resgate da tribulação que estão enfrentado.

Mais uma vez, ainda que possamos pensar que as palavras de Jesus indicam a probabilidade de uma perseguição maior no futuro, é difícil ter certeza disso. Parece adequado concluir que é improvável mas possível que a predição de uma grande tribulação já se tenha cumprido.

c. Falsos cristos e falsos profetas. Com respeito a falsos cristos e falsos profetas que operarão sinais e maravilhas, qualquer missionário que tenha trabalhado com povos entre os quais proliferem a feitiçaria e as atividades demoníacas logo testemunharão que aparentes "sinais e maravilhas" têm sido realizados com frequência pelo poder demoníaco em oposição à difusão do evangelho. Com certeza os milagres demoníacos na corte do faraó produziram sinais falsos em oposição aos milagres de Moisés (Êx 7.11; 8.7; cf. a atividade de Simão, o mago, em At 8.9–11). Quaisquer que sejam as formas específicas, tais

operações de milagres enganosos são quase sempre acompanhadas de religiões falsas e desviam muitas pessoas (os líderes de tais grupos poderiam ser chamados falsos messias e falsos profetas). Parece possível que as palavras de Jesus predigam uma manifestação muito maior desse tipo de atividade no período logo anterior à sua volta, mas, de novo, é difícil ter certeza de que será assim. É melhor concluir que é improvável mas ainda possível que esse sinal já se tenha cumprido.

d. Sinais portentosos no céu. A ocorrência de sinais nos céus é o sinal que quase certamente ainda não aconteceu. Obviamente, tem havido eclipses do sol e da lua e aparecido cometas desde que começou o mundo. Mas Jesus fala de algo muito maior: *“Logo em seguida à tribulação daqueles dias, o sol escurecerá, a lua não dará a sua claridade, as estrelas cairão do firmamento, e os poderes dos céus serão abalados”* (Mt 24.29). Embora R. T. France tente explicar isso como uma linguagem simbólica que se refere à descrição de Jerusalém e do julgamento de Deus contra a cidade, precisamos basear essa alegação de que Isaías 13.10 (de onde parecem derivar as palavras de Jesus em Mt 24.29) também não passa de linguagem simbólica em referência à queda da Babilônia, quando é mais provável que tanto Isaías 13.10 como Mateus 24.29 falem de uma futura queda literal de estrelas e escurecimento do sol e da lua, que seria um prelúdio adequado para o abalo da terra e do céu e para a destruição cósmica que sobrevirão após a volta de Cristo (veja Hb 1.10–12; 12.27; 2Pe 3.10–11). Além disso, é significativo que essa descrição de eventos cósmicos em Mateus 24.29 seja seguida no restante da frase pela descrição do *“Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e muita glória”* (v. 30). Dados esses fatos, parece improvável que as descrições da queda das estrelas do céu e do escurecimento do sol e da lua sejam uma simples linguagem simbólica. É melhor entendê-las como sinais literais que ocorrerão logo antes da volta de Cristo e, como tais, estarão em categoria diferente da dos outros sinais, já que parece certo que não tenham ocorrido ainda. Entretanto, poderiam ocorrer com muita rapidez, em poucos minutos ou no máximo em uma ou duas horas – sendo imediatamente seguidas pela volta de Cristo. Esses sinais em especial não são do tipo que nos levaria a negar que Cristo pode voltar a qualquer momento.

e. A manifestação do homem da iniquidade. Tem havido muitas tentativas ao longo da história para identificar o homem da iniquidade (o “anticristo”) com personagens históricos que exerceram grande autoridade e trouxeram danos e devastação às pessoas sobre a terra. Muitos pensaram que os antigos imperadores romanos, Nero e Domiciano, que perseguiram severamente os cristãos, seriam o anticristo. (Muitos imperadores romanos, inclusive esses dois, autoproclamaram-se Deus e exigiram culto.) Mais recentemente, era comum pensar que Adolf Hitler, bem como Joseph Stalin, seria o anticristo. Por outro lado, desde a Reforma, muitos protestantes, especialmente os que foram perseguidos pela Igreja Católica, pensam que um ou outro dos papas foi o anticristo.

Mas todas essas identificações mostraram-se falsas, sendo provável que um “homem da iniquidade” ainda pior surja no cenário do mundo, trazendo sofrimentos e perseguição sem paralelos, só para ser destruído por Jesus quando ele voltar. Mas o mal perpetrado por muitos desses outros governantes tem sido tão grande que, pelo menos enquanto eles estão no poder, seria muito difícil ter certeza de que “o homem da iniquidade” mencionado

em 2 Tessalonicenses 2 ainda não tenha aparecido. Mais uma vez, é improvável mas possível que esse sinal se tenha cumprido.

f. A salvação de Israel. Com respeito à salvação da plenitude de Israel, mais uma vez deve-se dizer que Romanos 9–11 parece indicar que ainda haverá uma grande reunião futura dos judeus, quando eles aceitarem Jesus como seu Messias. Mas não é certo que Romanos 9–11 prediga isso, e muitos alegam que não ocorrerá nenhuma outra reunião de judeus, diferente da que já temos visto ao longo da história da igreja, uma vez que Paulo se apresenta como um exemplo básico dessa reunião (Rm 11.1–2). Mais uma vez, é improvável mas possível que esse sinal já se tenha cumprido.

g. Conclusão. Exceto pelos sinais espetaculares nos céus, é improvável mas possível que esses sinais já se tenham cumprido. Além disso, o único sinal que parece certamente não ter ocorrido, o escurecimento do sol e da lua e a queda das estrelas, poderia ocorrer num período de poucos minutos e, assim, parece adequado dizer que Cristo pode voltar agora a qualquer hora do dia ou da noite. É portanto improvável mas certamente possível que Cristo possa voltar a qualquer momento.

Mas essa posição faz justiça aos alertas a que estejamos prontos e de que a vinda de Cristo se dará num momento inesperado? É possível *estar pronto* para algo que pensamos ser *improvável* acontecer num futuro próximo? Certamente, sim. Todos os que usam o cinto de segurança ao dirigir ou compram apólices de seguro pessoal preparam-se para um evento que julgam improvável. De modo semelhante, parece possível levar a sério os alertas de que Jesus pode vir num momento inesperado para nós e, ainda assim, dizer ser provável que os sinais que precedem sua vinda ainda ocorram no futuro.

Essa posição traz benefícios espirituais quando procuramos viver como cristãos num mundo que muda rapidamente. No vai-e-vem da história do mundo, vemos de tempos em tempos eventos que *poderiam ser* o cumprimento final de alguns desses sinais. Eles acontecem e depois desaparecem. Durante os dias mais negros da Segunda Guerra, parecia bem provável que Hitler fosse o anticristo. Durante períodos de perseguição contra a igreja, talvez pareça mais provável que os cristãos estejam no meio da grande tribulação. Quando ficamos sabendo de terremotos e fomes e guerras, ficamos imaginando se Cristo não estaria perto. Então esses eventos saem de cena, e a maré que leva para o fim dos tempos parece recuar por um tempo. Então, de novo, uma nova onda de eventos irrompe no cenário mundial e, mais uma vez, aumenta nossas expectativas em torno da volta de Cristo. Com cada “onda” sucessiva de eventos, *não sabemos* qual delas será a última. E isso é bom, porque Deus não quer que saibamos. Ele simplesmente quer que continuemos ansiando pela volta de Cristo, esperando que ocorra a qualquer momento. É espiritualmente nocivo para nós dizer que sabemos que esses sinais *ainda não ocorreram*, e parece estender os limites da interpretação crível dizer que sabemos que esses sinais já ocorreram. Mas parece caber bem no meio da abordagem neotestamentária da volta de Cristo dizer que *não sabemos* com certeza se esses eventos ocorreram. A exegese responsável, a expectativa de uma volta repentina de Cristo e uma dose de humildade em nosso entendimento são todas preservadas nessa posição.

Então, se Cristo de fato voltar de repente, não seremos tentados a levantar objeções, dizendo que um ou outro sinal ainda não ocorreu. Simplesmente estaremos prontos para

recebê-lo quanto ele se manifestar. E se ainda houver grande sofrimento e se começarmos a ver grande oposição ao evangelho, um grande avivamento entre o povo judeu, avanço notável na pregação do evangelho em todo o mundo e ainda sinais espetaculares nos céus, então não ficaremos desanimados nem acovardados, porque nos lembraremos das palavras de Jesus: “... ora, ao começarem estas coisas a suceder, exultai e erguei a vossa cabeça; porque a vossa redenção se aproxima” (Lc 21.28).¹

¹ Wayne Grudem, [Teologia Sistemática de Wayne Grudem](#), 2.a edição (São Paulo: Edições Vida Nova, 2021), 931–943.

O Milênio

Que é o milênio? Quando ele vai acontecer? Os cristãos passarão pela grande tribulação?

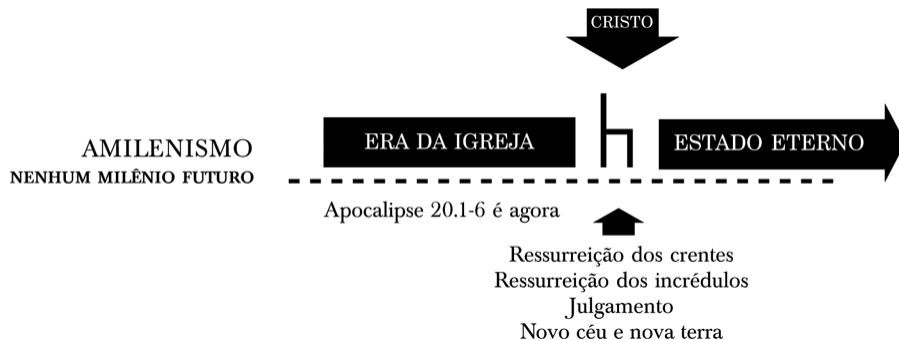
EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

A palavra *milênio* significa “mil anos” (do lat. *millennium*, “mil anos”). O termo vem de Apocalipse 20.4–5, onde se diz que “viveram e reinaram com Cristo durante *mil anos*. Os restantes dos mortos não reviveram até que se completassem os *mil anos*”. Pouco antes dessa declaração, lemos que um anjo desceu do céu, agarrou o diabo “e o prendeu por mil anos; lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele, para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos” (Ap 20.2–3).

Ao longo da história da igreja tem havido três visões principais sobre a época e a natureza desse “milênio”.

A. UMA EXPLICAÇÃO DAS TRÊS POSIÇÕES PRINCIPAIS

1. Amilenismo. A primeira posição aqui explicada, o amilenismo, é realmente a mais simples. Pode ser ilustrada pela figura 55.1:



O AMILENISMO

Figura 55.1

Segundo essa posição, a passagem de Apocalipse 20.1–10 descreve a presente era da igreja. Trata-se de uma era em que a influência de Satanás sobre as nações sofre grande redução de modo que o evangelho pode ser pregado por todo o mundo. Aqueles que reinam com Cristo por mil anos são os cristãos que morreram e já estão reinando com Cristo no céu. O reino de Cristo no milênio, segundo esse ponto de vista, não é um reino físico aqui na terra, mas sim o reino celestial sobre o qual ele falou ao declarar: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra” (Mt 28.18).

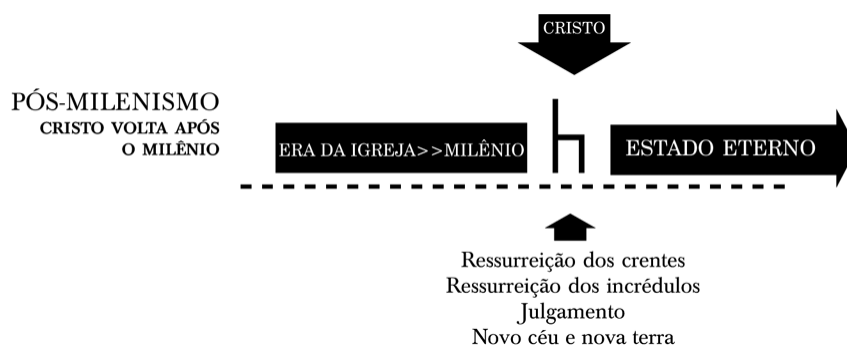
Esse ponto de vista é chamado “amilenista” por sustentar que não existe nenhum milênio que ainda esteja por vir. Como os amilenistas crêem que Apocalipse 20 está-se cumprindo agora na era da igreja, sustentam que o “milênio” aqui descrito já está em curso

no presente. A duração exata da era da igreja não pode ser conhecida, e a expressão “mil anos” é simplesmente uma figura de linguagem para um longo período em que os propósitos perfeitos de Deus vão se realizar.

De acordo com essa posição, a presente era da igreja continuará até o tempo da volta de Cristo (veja figura 55.1). Quando Cristo voltar, haverá ressurreição tanto de crentes como de incrédulos. Os crentes terão o corpo ressuscitado e unido novamente com o espírito e entrarão no pleno gozo do céu para sempre. Os incrédulos serão ressuscitados para enfrentar o julgamento final e a condenação eterna. Os crentes também comparecerão diante do tribunal de Cristo (2Co 5.10), mas esse julgamento irá apenas determinar os graus de recompensa no céu, pois só os incrédulos serão condenados eternamente. Por esse tempo também começarão o novo céu e a nova terra. Imediatamente após o juízo final, o estado eterno terá início e permanecerá para sempre.

Esse esquema é bem simples porque nele todos os eventos dos tempos do fim ocorrem de uma só vez, imediatamente após a volta de Cristo. Alguns amilenistas dizem que Cristo pode voltar a qualquer momento, enquanto outros (como Berkhof) alegam que alguns sinais ainda não se cumpriram.

2. Pós-milenismo. O prefixo *pós* significa “depois”. Segundo esse ponto de vista, Cristo voltará *após* o milênio. A posição pós-milenista pode ser representada pela figura 55.2.



O PÓS-MILENISMO

Figura 55.2

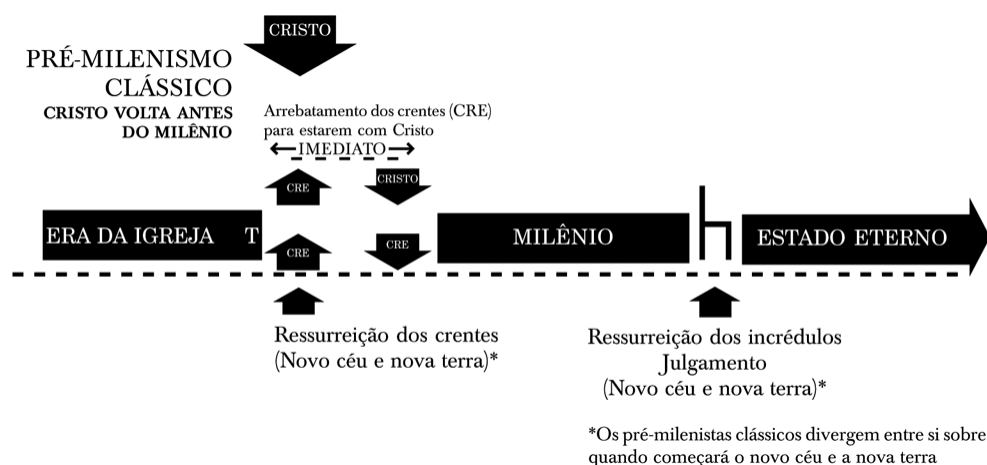
Segundo esse ponto de vista, o avanço do evangelho e o crescimento da igreja se acentuarão de forma gradativa, de tal modo que uma proporção cada vez maior da população mundial se tornará cristã. Como consequência, haverá influências cristãs significativas na sociedade, esta funcionará mais e mais de acordo com os padrões de Deus e gradualmente virá uma “era milenar” de paz e justiça sobre a terra. Esse “milênio” durará um longo período (não necessariamente de mil anos literais) e, por fim, *ao final desse período, Cristo voltará à terra*, crentes e incrédulos serão ressuscitados, ocorrerá o juízo final e haverá um novo céu e uma nova terra. Entraremos então no estado eterno.

A característica principal do pós-milenismo é ser muito otimista acerca do poder do evangelho para mudar vidas e estabelecer o bem no mundo. A crença no pós-milenismo tende a aumentar em épocas em que a igreja experimenta grande avivamento, há ausência de guerras e conflitos internacionais e aparentemente se obtêm grandes avanços na vitória

sobre o mal e sobre o sofrimento no mundo. Mas o pós-milenismo em sua forma mais responsável não se baseia simplesmente na observação dos eventos do mundo em nossa volta, mas em argumentos extraídos de várias passagens das Escrituras, as quais examinaremos abaixo.

3. Pré-milenismo

a. Pré-milenismo clássico ou histórico. O prefixo “pré” significa “antes” e a posição pré-milenista diz que Cristo irá voltar *antes* do milênio. Esse ponto de vista é defendido desde os primeiros séculos do cristianismo. Pode ser representado como na figura 55.3.



O PRÉ-MILENISMO CLÁSSICO OU HISTÓRICO

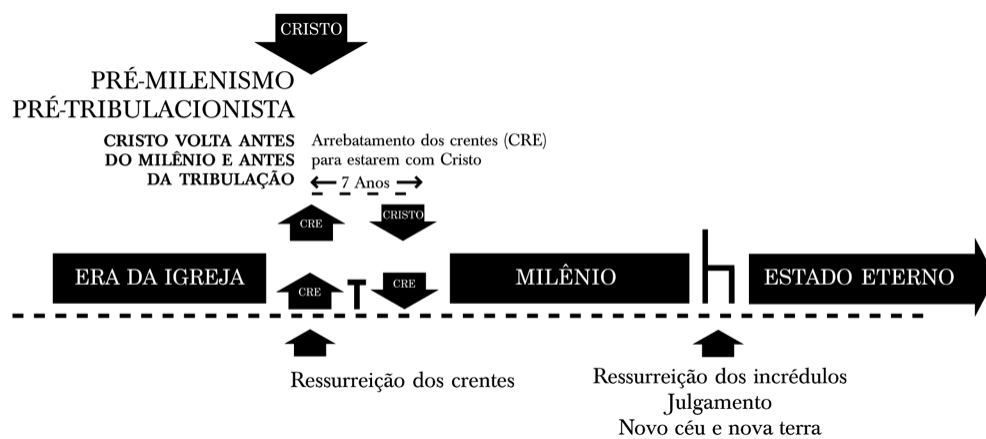
Figura 55.3

Segundo esse ponto de vista, a presente era da igreja continuará até que, com a proximidade do fim, venha sobre a terra um período de grande tribulação e sofrimento (T na figura acima indica tribulação). Depois desse período de tribulação *no final da era da igreja*, Cristo voltará à terra para estabelecer um reino milenar. Quando ele voltar, os crentes que tiverem morrido serão ressuscitados, terão o corpo reunido ao espírito, e *esses crentes reinarão com Cristo sobre a terra por mil anos*. (Alguns pré-milenistas o consideram mil anos literais, enquanto outros o entendem como expressão simbólica para um período longo.) Durante esse tempo, Cristo estará fisicamente presente sobre a terra em seu corpo ressurreto e dominará como Rei sobre toda a terra. Os crentes ressuscitados e os que estiverem sobre a terra quando Cristo voltar receberão o corpo glorificado da ressurreição, que nunca morrerá, e nesse corpo da ressurreição viverão sobre a terra e reinarão com Cristo. Quanto aos incrédulos que restarem sobre a terra, muitos (mas não todos) se converterão a Cristo e serão salvos. Jesus reinará em perfeita justiça e haverá paz por toda a terra. Muitos pré-milenistas sustentam que a terra será renovada e veremos de fato o novo céu e a nova terra durante esse período (mas a fidelidade a esse ponto não é essencial ao pré-milenismo, pois é possível ser pré-milenista e sustentar que o novo céu e a nova terra virão só depois do juízo final). No início desse tempo, Satanás será preso e lançado no abismo, de modo que não terá influência sobre a terra durante o milênio (Ap 20.1–3).

De acordo com o ponto de vista pré-milenista, no final dos mil anos Satanás será solto do abismo e unirá as forças com muitos incrédulos que se submeteram externamente ao reinado de Cristo, mas por dentro revolvem-se em revolta contra ele. Satanás reunirá esse povo rebelde para batalhar contra Cristo, mas serão derrotados definitivamente. Cristo então ressuscitará todos os incrédulos que tiverem morrido ao longo da história, e estes comparecerão diante dele para o julgamento final. Uma vez realizado o juízo final, os crentes entrarão no estado eterno.

Parece que o pré-milenismo tende a crescer em popularidade à medida que a igreja experimenta perseguição e o sofrimento e o mal aumentam sobre a terra. Mas, assim como no caso do pós-milenismo, os argumentos a favor do pré-milenismo não se baseiam em observação de eventos correntes, mas em passagens específicas das Escrituras, especialmente (mas não exclusivamente) Apocalipse 20.1–10.

b. Pré-milenismo pré-tribulacionista (ou pré-milenismo dispensacionalista). Outra variedade de pré-milenismo conquistou ampla popularidade nos séculos XIX e XX, em especial no Reino Unido e nos Estados Unidos. Segundo essa posição, Cristo voltará não só antes do milênio (a volta de Cristo é *pré-milenar*), mas também ocorrerá *antes* da grande tribulação (a volta de Cristo é *pré-tribulacional*). Esse ponto de vista é semelhante à posição pré-milenista clássica mencionada acima, mas com uma importante diferença: acrescenta outra volta de Cristo antes de sua vinda para reinar sobre a terra no milênio. Essa volta é vista como um retorno secreto de Cristo para tirar os crentes do mundo. A visão pré-milenista pré-tribulacionista é representada na figura 55.4.



O PRÉ-MILENISMO PRÉ-TRIBULACIONISTA

Figura 55.4

Segundo esse ponto de vista, a era da igreja continuará até que, *de repente, de maneira inesperada e secreta, Cristo chegará a meio caminho da terra e chamará para si os crentes: "... os mortos em Cristo ressuscitarão primeiro; depois, nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares"* (1Ts 4.16–17). *Cristo então retornará ao céu com os crentes arrebatados da terra. Quando isso acontecer, haverá uma grande tribulação sobre a terra por um período de sete anos.*

Durante esse período de sete anos de tribulação, cumprir-se-ão muitos dos sinais que, segundo predições, precederiam a volta de Cristo. O grande ajuntamento da plenitude dos judeus ocorrerá à medida que eles aceitarem Cristo como o Messias. Em meio ao grande sofrimento haverá também muita evangelização eficaz, realizada em especial pelos novos cristãos judeus. *Ao final da tribulação, Cristo voltará com os seus santos para reinar sobre a terra por mil anos.* Depois desse período milenar haverá uma rebelião que resultará na derrota final de Satanás e suas forças, e então virá a ressurreição dos incrédulos, o último julgamento e o começo do estado eterno.

Deve-se mencionar outra característica do pré-milenismo pré-tribulacionista: essa postura se encontra quase exclusivamente entre os dispensacionalistas que desejam fazer distinção clara entre a igreja e Israel. Essa posição pré-tribulacionista permite que a distinção seja mantida, uma vez que a igreja é retirada do mundo antes da conversão geral do povo judeu. Esse povo judeu, portanto, permanecerá um grupo distinto da igreja. Outra característica do pré-milenismo pré-tribulacionista é sua insistência em interpretar as profecias bíblicas “literalmente sempre que possível”. Isso se aplica em especial a profecias do Antigo Testamento acerca de Israel. Os que defendem essa posição argumentam que essas profecias da futura bênção de Deus a Israel ainda irão se cumprir entre o próprio povo judeu; elas não devem ser “espiritualizadas”, tentando-se ver o seu cumprimento na igreja. Por fim, uma característica atraente do pré-milenismo pré-tribulacionista é que ele permite às pessoas insistir em dizer que a volta de Cristo pode ocorrer “a qualquer momento” e, por essa razão, fazem justiça ao significado pleno das passagens que nos incentivam a estarmos prontos para a volta de Cristo, ao mesmo tempo que ainda admite um cumprimento bem literal dos sinais que precedem a sua volta, pois diz que eles se darão durante a tribulação.

Antes de examinar os argumentos em defesa dessas três (ou quatro) posições, é importante entender que a interpretação dos detalhes das passagens proféticas relacionadas a eventos futuros é muitas vezes uma tarefa complexa e difícil, envolvendo muitos fatores variáveis. Portanto, o grau de certeza atribuída a nossas conclusões nessa área será menor que em muitas outras doutrinas. Mesmo que eu argumente a favor de uma posição (pré-milenismo clássico), também penso ser importante que os evangélicos reconheçam que essa área de estudo é complexa e estendam uma grande medida de graça aos que sustentam posições diferentes quanto ao milênio e ao período de tribulação.

B. CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ARGUMENTOS EM FAVOR DO AMILENISMO

Em favor da postura amilenista, apresentam-se os seguintes argumentos:

1. Quando olhamos através de toda a Bíblia, dirão os amilenistas, *apenas uma passagem* (Ap 20.1–6) parece ensinar um futuro domínio milenar de Cristo aqui na terra, e essa passagem em si é obscura. Não é sábio basear uma doutrina tão importante em uma passagem de interpretação incerta e amplamente contestada.

Mas como os amilenistas entendem Apocalipse 20.1–6? Segundo a interpretação amilenista, essa passagem refere-se à presente era da igreja. A passagem diz o seguinte:

Então, vi descer do céu um anjo; tinha na mão a chave do abismo e uma grande corrente. Ele segurou o dragão, a antiga serpente, que é o diabo, Satanás, e o *prende* por mil anos; lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele, para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos. Depois disto, é necessário que ele seja solto pouco tempo.

Vi também tronos, e nestes sentaram-se aqueles aos quais foi dada autoridade de julgar. Vi ainda as almas dos decapitados por causa do testemunho de Jesus, bem como por causa da palavra de Deus, tantos quantos não adoraram a besta, nem tampouco a sua imagem, e não receberam a marca na fronte e na mão; e *viveram e reinaram com Cristo durante mil anos*. Os restantes dos mortos não *reviveram* até que se completassem os mil anos. Esta é a primeira ressurreição. Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre esses a segunda morte não tem autoridade; pelo contrário, serão sacerdotes de Deus e de Cristo e *reinarão com ele os mil anos*.

De acordo com a interpretação amilenista, a prisão de Satanás nos versículos 1–2 é a prisão que ocorreu durante o ministério terreno de Jesus. Ele falou sobre a necessidade de amarrar o homem valente para que se possa saquear sua casa (Mt 12.29) e disse que naquela época o Espírito de Deus estava presente em poder para triunfar sobre forças demoníacas: “Se, porém, eu expulso demônios pelo Espírito de Deus, certamente é chegado o reino de Deus sobre vós” (Mt 12.28). De modo semelhante, Jesus disse durante o seu ministério com respeito ao rompimento do poder de Satanás: “Eu via Satanás caindo do céu como um relâmpago” (Lc 10.18).

O amilenista alega que essa prisão de Satanás em Apocalipse 20.1–3 visa a um propósito específico: “... *para que não mais enganasse as nações*” (v. 3). Isso é exatamente o que aconteceu quando Jesus veio e o evangelho começou a ser proclamado não apenas para os judeus, mas, depois do Pentecostes, para todas as nações do mundo. Na realidade, a atividade missionária da igreja em todo o mundo e a presença da igreja na maioria ou em todas as nações da terra mostram que foi quebrado o poder que Satanás tinha no Antigo Testamento, para “enganar as nações” e mantê-las nas trevas.

Na visão amilenista, a cena descrita no versículo 4 passa-se no céu: João disse “Vi ainda *as almas* dos decapitados por causa do testemunho de Jesus [...] e viveram e reinaram com Cristo durante mil anos” (v. 4). Uma vez que João vê “almas” e não corpos físicos, argumenta-se, essa cena deve estar ocorrendo no céu. Quando o texto diz que “viveram” (“reviveram” na IBB e “tornaram a viver” na BLH), não significa que receberam uma ressurreição corporal. É possível que signifique simplesmente que “viveram”, pois o verbo no aoristo *ezēsan* pode muito bem ser interpretado como uma declaração sobre um evento que ocorre através de um longo período. (O verbo traduzido por “reinaram” também é um aoristo do indicativo e refere-se a um acontecimento ao longo de mil anos, de modo que o verbo “viveram” deve ter significado semelhante.) Por outro lado, alguns intérpretes amilenistas entendem que o verbo *ezēsan* significa “reviveram” no sentido de passar à existência celestial na presença de Cristo e começar a reinar com ele a partir do céu.

Segundo essa posição, a frase “primeira ressurreição” (v. 5) refere-se à ida ao céu para estar com o Senhor. Não se trata de uma ressurreição corporal, mas da entrada na presença de Deus no céu. De modo semelhante, quando o v. 5 diz “os restantes dos mortos não *reviveram* até que se completassem os mil anos”, estaria querendo dizer que eles não entraram na presença de Deus para julgamento até o fim dos mil anos. Assim, nos versículos

4 e 5, a frase “viveram” ou “reviveram” significa “entrar na presença de Deus”. (Outra concepção amilenista da “primeira ressurreição” é que ela se refere à ressurreição de Cristo e à participação dos crentes nesse evento mediante a união com ele.)

2. Um segundo argumento que se apresenta muitas vezes em favor do amilenismo é o fato de que as Escrituras ensinam apenas *uma ressurreição*, em que tanto os crentes como os incrédulos serão ressuscitados, e não duas ressurreições (uma ressurreição dos crentes antes do início do milênio e uma ressurreição dos incrédulos para o julgamento depois do fim do milênio). Este é um argumento importante, pois o ponto de vista pré-milenista exige duas ressurreições distintas, separadas por mil anos.

Indícios a favor de uma só ressurreição encontram-se em pelo menos três passagens. Jesus diz: “... *vem a hora em que todos os que se acham nos túmulos ouvirão a sua voz e sairão*: os que tiverem feito o bem, para a ressurreição da vida; e os que tiverem praticado o mal, para a ressurreição do juízo” (Jo 5.28–29). Jesus fala aqui de uma “hora” única em que os mortos, tanto crentes como incrédulos, sairão dos túmulos. De modo semelhante, quando Paulo é julgado diante de Félix, explica que, da mesma maneira que os seus oponentes judeus, ele também tem esperança em Deus “de que haverá ressurreição, *tanto de justos como de injustos*” (At 24.15). Mais uma vez, ele fala de uma ressurreição única tanto de crentes como de incrédulos. Por fim, lemos em Daniel: “Muitos dos que dormem no pó da terra ressuscitarão, uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno” (Dn 12.2).

3. *A idéia de crentes glorificados e pecadores vivendo juntos sobre a terra é difícil demais de aceitar.* Berkhof diz: “É impossível entender como parte da velha terra e da humanidade pecadora pode existir lado a lado com parte da nova terra e da humanidade glorificada. Como podem santos perfeitos, em corpo glorificado, ter comunhão com pecadores na carne? Como podem pecadores glorificados viver nessa atmosfera sobrecarregada de pecado e em meio a cenas de morte e decadência?”

4. *Se Cristo vem em glória para reinar sobre a terra, como as pessoas ainda conseguiriam persistir no pecado?* Se Jesus vai estar realmente presente em seu corpo ressurreto e governar como Rei sobre a terra, não seria bem improvável que as pessoas ainda o rejeitem e que o mal e a rebelião prosperem sobre a terra até que no final Satanás consiga reunir as nações para a batalha contra Cristo?

5. Parece não haver nenhum *propósito* convincente para esse milênio. Uma vez que a era da igreja tenha chegado ao fim e Cristo tenha voltado, qual a razão para atrasar o início do estado eterno?

6. Para terminar, os amilenistas dizem que as Escrituras parecem indicar que *todos os principais eventos que ainda estão por vir* antes do estado eterno ocorrerão de uma só vez. Cristo voltará, haverá uma ressurreição de crentes e incrédulos, virá o julgamento final e um novo céu e uma nova terra serão estabelecidos. E então entraremos imediatamente no estado eterno, sem nenhum milênio futuro.

Neste momento podemos responder de modo breve a esses argumentos amilenistas, embora em alguns pontos uma resposta mais completa se desenvolva na argumentação em favor do pré-milenismo.

1. Em resposta à objeção de que só uma passagem ensina um futuro milênio terreno, podem-se fazer várias observações:

a. Basta que a Bíblia diga uma coisa uma vez para que ela seja verdadeira e algo em que devemos crer. A história da confusão de línguas na torre de Babel, por exemplo, é ensinada somente em Gênesis 11.1–9, mas cremos que ela é verdadeira porque as Escrituras a ensinam. De modo semelhante, mesmo que apenas uma passagem ensine sobre um futuro reino milenar de Cristo, ainda devemos crer nisso.

Além disso, não surpreende que essa doutrina deva ser ensinada de modo claro no livro de Apocalipse. Houve situação meio parecida no final da era do Antigo Testamento. O Antigo Testamento como um todo não tem nenhum ensino explícito de que o Messias viria duas vezes, uma vez como Messias sofredor que iria morrer e ressuscitar, conquistando nossa salvação, e mais tarde como Rei conquistador para dominar sobre a terra. A primeira e a segunda vinda de Cristo podem ser subentendidas nos profetas do Antigo Testamento, mas não são ensinadas de modo explícito em nenhum lugar, porque Deus não julgou necessário revelar essa quantidade de detalhes acerca do seu plano de redenção antes de ele acontecer. De modo semelhante, em vários livros do Antigo e do Novo Testamento que preparam o caminho para a composição de Apocalipse, há *sinais* de um futuro milênio terreno anterior ao estado eterno, mas o ensino explícito sobre isso foi deixado até o momento em que João escreveu Apocalipse. Uma vez que Apocalipse é o livro do Novo Testamento que ensina de modo mais explícito sobre as coisas ainda no futuro, é apropriado que essa revelação mais explícita do futuro milênio fosse colocada neste ponto na Bíblia.

b. Em resposta à alegação de que a passagem que ensina sobre o milênio é obscura, os pré-milenistas contestam que eles de maneira alguma a julgam obscura. Argumentam que uma vantagem da posição pré-milenista é que ela entende Apocalipse 20.1–6 num sentido direto: o texto diz que Satanás será preso e lançado no abismo por mil anos, e o pré-milenista diz que chegará o tempo em que Satanás será preso e lançado num abismo por mil anos. O texto fala de um reinado de Cristo de mil anos, e o pré-milenista aguarda um futuro reinado de Cristo, de mil anos, sobre a terra. O texto fala dos que se levantam na “primeira ressurreição”, e o pré-milenista diz que haverá a primeira ressurreição dos crentes, bem-aventurados e santos (Ap 20.6), e a segunda ressurreição ao final dos mil anos para “os restantes dos mortos” (v. 5). De acordo com os pré-milenistas, a “obscuridade” só se incorpora à passagem quando um intérprete tenta encontrar nela algo diferente do que diz a interpretação direta.

c. Por fim, muitos pré-milenistas argumentam que várias outras passagens, especialmente no Antigo Testamento, exigem de nós que creiamos num futuro período bem melhor que a era presente, mas que ainda não se compara ao estado eterno (veja Sl 72.8–14; Is 11.2–9; 65.20; Zc 14.6–21; 1Co 15.24; Ap 2.27; 12.5; 19.15). Essas passagens, dizem, retratam um período que se parece muito com o milênio tal como o entendem.

d. Com respeito à interpretação de Apocalipse 20.1–6 dada pelos amilenistas, levantam-se várias dificuldades. Embora Mateus 12.28–29 e Lucas 10.18 falem de Satanás “amarrado” durante o ministério terreno de Jesus, a prisão de Satanás descrita em Apocalipse 20 parece ser muito mais extensa. A passagem não diz meramente que Satanás é amarrado naquele tempo, mas fala de “abismo” e diz que o anjo que desceu do céu “*lançou-o no abismo, fechou-o e pôs selo sobre ele*, para que não mais enganasse as nações até se completarem os mil anos” (Ap 20.2–3). Aqui se tem em vista mais que um simples amarrar ou restrição

de atividade. A imagem de Satanás lançado no abismo, fechado e trancado com um selo sobre ele dá-nos um quadro de remoção total da influência sobre a terra. Dizer que Satanás está agora num abismo fechado e selado não se ajusta à presente situação do mundo durante a era da igreja, em que a atividade de Satanás ainda é muito forte, ele “anda em derredor, como leão que ruge procurando alguém para devorar” (1Pe 5.8), pode encher o coração de alguém para mentir ao Espírito Santo (At 5.3) e em que as coisas que os pagãos sacrificam, “é a demônios que as sacrificam e não a Deus” (1Co 10.20).

Além disso, mesmo depois de Satanás ter sido amarrado durante o ministério de Jesus, permanece a verdade de que “o deus deste século cegou o entendimento dos incrédulos, para que lhes não resplandeça a luz do evangelho da glória de Cristo, o qual é a imagem de Deus” (2Co 4.4). Essa é a razão pela qual os cristãos ainda devem lutar não “contra o sangue e a carne, e sim contra os principados e potestades, contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal, nas regiões celestes” (Ef 6.12). Isso se deve ao fato de que durante a era da igreja, embora o evangelho seja capaz de triunfar e destruir as forças da oposição demoníaca à expansão do reino de Deus, a influência de Satanás ainda não foi completamente removida do mundo: “... o espírito do anticristo [...] já está no mundo” (1Jo 4.3), e de fato “sabemos que somos de Deus e que *o mundo inteiro está sob o poder do Maligno*” (1Jo 5.19 NVI). Esse tema que se repete no Novo Testamento, o tema da atividade contínua de Satanás sobre a terra ao longo da era da igreja, torna extremamente difícil pensar que Satanás foi lançado no abismo e que este foi fechado e selado por mil anos. Essa figura só pode estar falando da remoção total da influência ativa de Satanás na terra.

Mas o que se pode dizer sobre a afirmação dos amilenistas de que o amarrar e a prisão de Satanás em Apocalipse 20 é “para que *não mais enganasse as nações*” (v. 3)? Isso não significa simplesmente que o evangelho agora pode ser pregado de maneira eficaz entre as nações? Embora a frase possa significar isso, parece mais coerente com o uso da palavra *enganar* (gr. *planaō*), especialmente em Apocalipse, dizer que ela se refere ao *engano que está em curso agora, durante a era da igreja*, e que só vai acabar quando o milênio começar. Satanás é descrito como aquele “que engana o mundo todo” (Ap 12.9 NVI), e se diz que “todas as nações foram enganadas” pelas feitiçarias da Babilônia, antes que viesse o julgamento sobre ela (Ap 18.23 IBB).¹⁰ Portanto, parece mais apropriado dizer que Satanás está ainda enganando as nações *agora*, mas no começo do milênio essa influência enganosa será removida. Haverá engano ainda maior antes que Cristo venha, mas há engano considerável que permanece hoje.

O fato de João ter visto “almas” em sua visão não exige que a cena seja localizada no céu. Como essas almas são pessoas que então “reviveram” na “primeira ressurreição”, devemos vê-las como *pessoas* que obtiveram corpo ressurreto e que começaram a reinar sobre a terra. Além disso, Apocalipse 20.1 indica que a cena concentra-se em eventos sobre a terra, pois diz: “Então, vi *descer do céu* um anjo”. Mas se o anjo desceu do céu, então ele realiza sua atividade sobre a terra, e a cena toda passa-se sobre a terra.

Alguns amilenistas argumentam que o verbo “reviver” refere-se ao fato de começar a ter existência celestial ou entrar na presença de Deus. Mas deve-se perguntar: “Onde o termo *zaō* (“viver”) assume esse significado? Não há nenhum outro exemplo no Novo Testamento em que o termo assuma o sentido de “entrar na presença de Deus”.

Além disso, interpretações amilenistas da expressão “primeira ressurreição” não são convincentes. A palavra *ressurreição* (gr. *anastasis*) nunca em nenhum outro lugar significa “ida ao céu” ou “entrada na presença de Deus”, mas sim uma ressurreição corporal. Esse é o sentido que os leitores do primeiro século devem ter conferido à palavra. Outro ponto de vista amilenista, que entende “primeira ressurreição” como a ressurreição de Cristo (e nossa união com ele) não parece provável, pois os que “reviveram” são os que tinham sido “decapitados por causa do testemunho de Jesus” (v. 4), o que dá a entender uma ressurreição física depois da morte.

2. Será que as Escrituras ensinam apenas uma ressurreição, de modo que crentes e incrédulos serão ressuscitados ao mesmo tempo? É difícil aceitar isso quando percebemos que Apocalipse 20 fala explicitamente da “*primeira* ressurreição”, implicando assim que haverá também uma segunda ressurreição. Falando daqueles que reviveram e reinaram com Cristo durante mil anos, lemos: “Esta é a primeira ressurreição. Bem-aventurado e santo é aquele que tem parte na primeira ressurreição; sobre esses a segunda morte não tem autoridade” (v. 5–6). A passagem distingue aqueles que fazem parte da primeira ressurreição e são bem-aventurados dos outros que não tomam parte nela. Esses são “os restantes dos mortos”, e a implicação é que irão experimentar a “segunda morte” (isto é, para enfrentar o juízo final e ser condenado para o castigo eterno longe da presença de Deus), que tem poder sobre eles. Mas se essa passagem ensina claramente uma primeira ressurreição, e o fato de que o restante dos mortos reviverão ao final dos mil anos, então temos ensino claro sobre duas ressurreições separadas em Apocalipse 20.

Com relação a outras passagens que, segundo os amilenistas, sustentam o ponto de vista de que há apenas uma ressurreição, deve-se dizer que esses textos não excluem a idéia de duas ressurreições, mas simplesmente não especificam se a ressurreição dos crentes será ou não separada no tempo da ressurreição dos incrédulos. Na verdade, a declaração de Jesus em João 5 insinua a possibilidade de duas ressurreições. Ele diz que os que se encontram nos túmulos sairão, “os que tiverem feito o bem, *para a ressurreição da vida*; e os que tiverem praticado o mal, *para a ressurreição do juízo*” (Jo 5.28–29). Dessa forma, Jesus na realidade fala de duas ressurreições diferentes.

Quanto a Daniel 12.2, o texto simplesmente diz que os que dormem no pó da terra ressuscitarão, “uns para a vida eterna, e outros para vergonha e horror eterno”, mas não especifica se isso vai ocorrer simultaneamente ou em tempos diferentes. Apenas diz que os dois tipos de pessoas ressuscitarão. O mesmo se aplica a Atos 24.15, em que Paulo diz que “haverá ressurreição, tanto de justos como de injustos”. Ali se afirma que as duas espécies de pessoas serão ressuscitadas dentre os mortos, mas não se exclui a possibilidade de isso acontecer em tempos diferentes. Todos esses versículos, na falta de Apocalipse 20.5–6, poderiam ou não estar falando de uma única hora futura de ressurreição. Mas com o ensino explícito de Apocalipse 20.5–6 acerca de duas ressurreições, esses versículos devem ser entendidos como referência ao futuro fato indiscutível de uma ressurreição para cada tipo de pessoa, sem especificar que essas ressurreições serão separadas em tempo.

3. A idéia de crentes glorificados e pecadores vivendo juntos sobre a terra durante o milênio soa-nos estranha agora, mas certamente não é impossível que Deus efetue isso. Devemos lembrar que Jesus viveu sobre a terra com o corpo glorificado por quarenta dias após sua ressurreição, e aparentemente houve também muitos outros santos do Antigo

Testamento que viveram sobre a terra com corpo glorificado durante aquele período (Mt 27.53). Será realmente uma espécie de mundo bem diferente, que glorifica muito mais a Deus do que o mundo atual, mas não parece justo afirmar que Deus não pode nem vai produzir tal estado de coisas. Sem dúvida ele *pode* fazer isso, e várias passagens parecem indicar que ele tem também bons propósitos e boa intenção ao agir desse modo.

4. Com certeza não é impossível que o mal e a rebelião secreta persistam sobre a terra a despeito da presença física de Cristo dominando como Rei. Devemos lembrar que Judas viveu com Jesus por três anos do modo mais íntimo possível e mesmo assim o traiu. Além disso, muitos fariseus *viram* os milagres de Jesus, e viram-no até ressuscitando pessoas, e mesmo assim não creram. Na realidade, mesmo quando os discípulos estavam na presença do Senhor Jesus glorificado, lemos que “alguns duvidaram” (Mt 28.17). Essa incredulidade persistente mesmo na presença de Cristo é difícil de entender, mas devemos lembrar que o próprio Satanás caiu de uma posição exaltada na presença de Deus no céu.

Quando os amilenistas contestam dizendo que as pessoas não poderiam persistir no pecado na presença do reinado corporal de Cristo sobre a terra, essa posição simplesmente não percebe a natureza profundamente arraigada e de alta irracionalidade do pecado. Também não consegue reconhecer plenamente o fato de que nem mesmo uma “prova cabal” e uma “evidência inegável” conseguem compelir a uma conversão genuína. A aceitação e a fé genuína são geradas pela obra de habilitação e de convencimento do Espírito Santo no coração das pessoas. A natureza do pecado é de tal maneira irracional, que os que estão “perdidos em delitos e pecados” muitas vezes persistem na rebelião e na incredulidade apesar de provas incontestáveis em contrário.

Isso não quer dizer que ninguém ser converterá a Cristo durante o milênio. Sem dúvida, milhões tornar-se-ão cristãos durante esse período, e a influência do reinado de Cristo permeará todos os aspectos de todas as sociedades do mundo. Ao mesmo tempo, não é muito difícil compreender como o mal e a rebelião crescerão simultaneamente.

5. Deus pode ter vários propósitos em mente para um milênio futuro, e nem todos eles talvez estejam claros para nós hoje. Mas com certeza esse milênio mostraria a *realização dos propósitos de Deus nas estruturas da sociedade*, especialmente nas estruturas da família e do governo civil. Na era da igreja, os bons propósitos de Deus são vistos principalmente na vida dos indivíduos e nas bênçãos aos que crêem em Cristo. De alguma forma agora (e muito mais em tempos de avivamento), isso afeta o governo civil e as instituições de ensino e corporações e, de maneira mais ampla, a família. Mas os bons propósitos de Deus não se manifestam em sua plenitude em nenhuma dessas estruturas, mostrando a grande sabedoria e bondade de Deus não só em seus planos para indivíduos, mas também para estruturas sociais.

Além disso, o milênio vindicará ainda mais a justiça de Deus. O fato de alguns continuarem em pecado e incredulidade mostrará que “a rebelião do pecado contra Deus não é causada por uma sociedade má ou por um ambiente nocivo. É causada pelo pecado no coração do homem. Assim, a justiça de Deus será plenamente vindicada no dia do julgamento final”. Com Satanás preso por mil anos, o fato de o pecado conseguir persistir também mostrará que a culpa maior pelo pecado não é a influência demoníaca na vida das pessoas, mas a tendência pecaminosa profundamente arraigada no coração das pessoas.

Em terceiro lugar, toda a Bíblia nos revela que Deus tem prazer em desvendar seus propósitos e revelar mais e mais a sua glória, gradualmente, com o passar do tempo. Desde o chamado de Abraão até o nascimento de Isaque, a permanência no Egito e o êxodo, o assentamento do povo na terra prometida, o reino davídico e a monarquia dividida, o exílio e o retorno, com a reconstrução do templo, a preservação de um remanescente fiel e, por fim, a vinda de Jesus em carne, os propósitos de Deus foram vistos cada vez mais como algo glorioso e maravilhoso. Mesmo na vida de Jesus, a revelação progressiva de sua glória levou trinta e três anos, culminando nos três últimos anos de sua vida. Então, na morte, ressurreição e ascensão de Jesus, completou-se a nossa redenção. Ainda assim, a difusão da igreja por todas as nações já leva mais de 1900 anos e não sabemos quanto mais levará. Tudo isso tem a finalidade de dizer que o método de Deus não é cumprir todos os seus bons propósitos de uma vez, mas desvendá-los gradualmente com o tempo. Isso também ocorre na vida de indivíduos cristãos, que crescem dia a dia na graça, na comunhão com Deus e na semelhança de Cristo. Assim, não é de admirar se, antes do estado eterno, Deus tiver instituído um passo final no desvendar progressivo da história da redenção. Isso serviria para aumentar sua glória quando homens e anjos levantarem os olhos, surpresos com a maravilha da sabedoria e do plano divinos.

6. Por fim, uma objeção importante ao amilenismo deve continuar sendo o fato de não conseguir propor nenhuma explicação realmente satisfatória para Apocalipse 20.

C. UMA CONSIDERAÇÃO DE ARGUMENTOS EM FAVOR DO PÓS-MILENISMO

Os argumentos em favor do pós-milenismo são os seguintes:

1. A Grande Comissão leva-nos a esperar que o evangelho se propague com poder e acabe por fim resultando num mundo em boa parte cristão. Jesus disse explicitamente: “Toda a autoridade me foi dada no céu e na terra. Ide, portanto, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; ensinando-os a guardar todas as coisas que vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias até à consumação do século” (Mt 28.18–20). Uma vez que Cristo tem toda autoridade no céu e na terra e já que ele promete estar conosco no cumprimento dessa comissão, podemos esperar que isso transcorra sem impedimentos e, por fim, triunfe em todo o mundo.

2. Parábolas sobre o crescimento gradual do reino indicam que, por fim, sua influência cobrirá a terra. Aqui, os pós-milenistas destacam o seguinte:

Outra parábola lhes propôs, dizendo: O reino dos céus é semelhante a um grão de mostarda, que um homem tomou e plantou no seu campo; o qual é, na verdade, a menor de todas as sementes e, crescida, é maior do que as hortaliças, e se faz árvore, de modo que as aves do céu vêm aninhar-se nos seus ramos (Mt 13.31–32).

Podemos também observar o seguinte versículo: “Disse-lhes outra parábola: O reino dos céus é semelhante ao fermento que uma mulher tomou e escondeu em três medidas de farinha, até ficar tudo levedado” (Mt 13.33). De acordo com os pós-milenistas, ambas as parábolas indicam que o reino terá influência crescente até permear e, em alguma medida, transformar o mundo inteiro.

3. Os pós-milenistas também diriam que o mundo está se tornando mais cristão. A igreja está crescendo e se disseminando por todo o mundo, e mesmo quando perseguida e oprimida, cresce de modo notável pelo poder de Deus.

Aqui, porém, precisamos fazer uma distinção significativa. O “milênio” imaginado pelos pós-milenistas é *muito diferente* do “milênio” de que os pré-milenistas falam. Enquanto os *pré-milenistas* falam de um mundo renovado, com Jesus Cristo fisicamente presente e governando como Rei junto com os crentes glorificados em corpos ressurretos, os *pós-milenistas* estão simplesmente falando de uma terra com muitos, muitos cristãos influenciando a sociedade. Eles não imaginam um milênio que compreenda uma terra renovada, ou santos glorificados, ou Cristo presente de forma corpórea para reinar (pois eles pensam que essas coisas só ocorrerão depois que Cristo retornar para inaugurar o estado eterno). Assim, toda a discussão do milênio é mais que uma simples discussão da sequência de eventos que giram em torno dele. Ela também inclui uma diferença significativa quanto à própria natureza desse período.

De fato, ainda que não conheça ninguém que pense desse modo, não seria impossível alguém ser pós-milenista e pré-milenista ao mesmo tempo, com duas concepções do termo *milênio*. É concebível que alguém seja pós-milenista e pense que o evangelho crescerá em influência até o mundo ser em grande parte cristão e que então Cristo voltará, estabelecendo um reino terreno literal, levantando da morte os crentes para que reinem com ele em corpos glorificados. Ou, por outro lado, seria razoável um pré-milenista bem otimista adotar muitos dos ensinamentos pós-milenistas acerca da natureza cada vez mais cristã desta presente era.

Em resposta aos argumentos pós-milenistas, é possível levantar os seguintes pontos:

1. A Grande Comissão de fato fala da autoridade colocada nas mãos dos cristãos, mas isso não implica necessariamente que Cristo usará essa autoridade para provocar a conversão da maioria da população do mundo. Dizer que a autoridade de Cristo é grande é simplesmente outro modo de dizer que o poder de Deus é infinito, que ninguém o negará. Mas a questão é esta: quanto desse poder Cristo *usará* para conseguir o crescimento numérico da igreja? Podemos *pressupor* que ele a empregará de maneira plena, obtendo a cristianização mundial, mas tal pressuposto é só isso: um pressuposto. Não é baseado em nenhuma evidência específica contida na Grande Comissão ou em outros textos que falam da autoridade e do poder de Cristo nesta era.

2. As parábolas da semente de mostarda e do fermento de fato nos falam que o reino de Deus crescerá gradualmente de algo bem pequeno para algo muito grande, mas não falam da *dimensão* do crescimento do reino. Por exemplo, a parábola da semente de mostarda não nos diz que a árvore cresceu até cobrir toda a terra. E a parábola do fermento simplesmente fala do crescimento gradual que permeia a sociedade (como a igreja já tem feito), mas nada diz de sua amplitude ou do efeito de sua influência (não nos diz, por exemplo, se no final 5% da massa ficou levedada e 95% não, ou se 20% levedou-se e 80% não, ou se 60% levedou-se e 40% não, e assim por diante). Simplesmente levamos longe demais a parábola quando tentamos fazê-la dizer mais que isto: que o reino crescerá gradualmente e por fim exercerá influência em todas as sociedades em que for plantado.

3. Em resposta ao argumento de que o mundo está-se tornando mais cristão, deve-se dizer que o mundo também está piorando. Nenhum estudioso de história ou da sociedade

moderna afirmará que a humanidade progrediu muito ao longo dos séculos na luta contra a perversidade profunda e contra a vasta imoralidade que permanece no coração das pessoas. Aliás, a modernização nas sociedades ocidentais no século XX muitas vezes é acompanhada não de progresso moral, mas de índices sem precedentes de uso de drogas, infidelidade conjugal, pornografia, homossexualidade, rebelião contra as autoridades, superstição (na astrologia e no movimento da Nova Era), materialismo, cobiça, roubo e falsidade no falar. Mesmo entre cristãos professos há indícios recorrentes de imperfeições desalentadoras na vida cristã, especialmente nos âmbitos da moralidade pessoal e do grau de intimidade com Deus. Em lugares em que os cristãos fiéis à Bíblia compreendem vastos segmentos da população, ainda não ocorre nada parecido com um reino milenar terreno. É verdade que o crescimento da igreja como porcentagem da população mundial tem sido nítido em décadas recentes,²² e isso nos deve servir de grande incentivo. É possível que algum dia vejamos uma influência muito maior do cristianismo genuíno sobre muitas sociedades e, se isso ocorresse, faria a posição pós-milenista parecer muito mais plausível. Mas tais eventos também poderiam ser entendidos dentro de uma estrutura pré-milenista ou amilenista, de modo que a decisão final a respeito dessas posições divergentes ainda precisa ser tomada pela interpretação dos textos bíblicos pertinentes.

4. Por fim, devemos observar que algumas passagens do Novo Testamento parecem negar explicitamente a posição pós-milenista. Jesus disse: “Entrai pela porta estreita (larga é a porta, e espaçoso, o caminho que conduz para a perdição, e são muitos os que entram por ela), porque estreita é a porta, e apertado, o caminho que conduz para a vida, e *são poucos os que acertam com ela*” (Mt 7.13–14). Em vez de ensinar que a maior parte do mundo tornar-se-á cristã, Jesus aqui parece estar dizendo que os salvos serão “poucos” em contraste com os “muitos” que rumam para a destruição eterna. De modo semelhante, Jesus pergunta: “... *quando vier o Filho do Homem, achará, porventura, fé na terra?*” (Lc 18.8), pergunta que dá a entender que a terra não estará cheia daqueles que crêem; antes, será dominada pelos que não têm fé.

Contrário à idéia de que o mundo melhorará cada vez mais com o aumento da influência da igreja, Paulo prediz que antes da volta de Cristo, virá a “*apostasia*” e será revelado o “*homem da iniquidade*”, “o filho da perdição” que se assenta “no santuário de Deus, ostentando-se como se fosse o próprio Deus” (2Ts 2.3–4).

Ao escrever para Timóteo sobre os últimos dias, Paulo diz:

Sabe, porém, isto: *nos últimos dias*, sobrevirão tempos difíceis, pois os homens serão egoístas, avaros, jactanciosos, arrogantes, blasfemadores, desobedientes aos pais, ingratos, irreverentes, desafeiçoados, implacáveis, caluniadores, sem domínio de si, cruéis, inimigos do bem, traidores, atrevidos, enfatuados, mais amigos dos prazeres que amigos de Deus, tendo forma de piedade, negando-lhe, entretanto, o poder (2Tm 3.1–5).

E diz adiante:

Ora, todos quantos querem viver piedosamente em Cristo Jesus serão perseguidos. Mas os homens perversos e impostores irão de mal a pior, enganando e sendo enganados [...] Pois haverá tempo em que não suportarão a sã doutrina; pelo contrário, cercar-se-ão de mestres segundo as suas próprias cobiças, como que sentindo coceira nos ouvidos; e se recusarão a dar ouvidos à verdade, entregando-se às fábulas (2Tm 3.12–13; 4.3–4).

Por fim, e talvez de maneira mais conclusiva, Mateus 24.15–31 fala de uma grande tribulação que precederá a época da volta de Cristo:

Porque nesse tempo haverá grande tribulação, como desde o princípio do mundo até agora não tem havido e nem haverá jamais. Não tivessem aqueles dias sido abreviados, ninguém seria salvo; mas, por causa dos escolhidos, tais dias serão abreviados [...] Logo em seguida à tribulação daqueles dias, o sol escurecerá, a lua não dará a sua claridade, as estrelas cairão do firmamento, e os poderes dos céus serão abalados. Então, aparecerá no céu o sinal do Filho do Homem; todos os povos da terra se lamentarão e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e muita glória (Mt 24.21–30).

Essa passagem retrata não um mundo cristianizado, mas um mundo de grande sofrimento e mal, uma grande tribulação que excede todos os períodos anteriores de sofrimento sobre a terra. Ela não diz que a grande maioria do mundo dará boas-vindas a Cristo quando ele vier, mas, antes, que quando o sinal do Filho do homem aparecer no céu, “todos os povos da terra se lamentarão” (Mt 24.30).

Uma vez que Mateus 24 é muito difícil para a perspectiva pós-milenista, houve várias tentativas de explicá-lo não como uma predição de eventos que ocorrerão logo antes da segunda vida, mas como algo cumprido principalmente na destruição de Jerusalém em 70 d.C.

Para apoiar essa interpretação, os pós-milenistas consideram simbólica a maioria dos elementos de Mateus 24.29–31: o escurecimento do sol e da lua, a queda das estrelas do céu e o abalo dos poderes dos céus não devem ser compreendidos como eventos literais, mas como figuras da vinda de Deus para julgamento. Dizem que figuras semelhantes de julgamentos encontram-se em Ezequiel 32.7; Joel 2.10 e Amós 8.9 – mas essas passagens simplesmente falam de julgamentos de trevas e, assim, não mencionam a queda das estrelas do céu ou os poderes dos céus sendo abalados. R. T. France também menciona Isaías 13.10 e 34.4 que falam do escurecimento do sol e da lua e da queda da hoste celeste, mas não há nenhuma certeza de que France esteja correto ao afirmar que essas passagens são apenas simbólicas – elas são colocadas em contextos em que seriam facilmente interpretadas como predições literais de mudanças cósmicas que precederão o julgamento final. Assim, não é nem um pouco óbvio que essas passagens sejam meras figuras apocalípticas do julgamento contra Jerusalém.

Além disso, a interpretação que os vê como meras declarações simbólicas tornam-se mais difíceis na sequência das declarações de Jesus, pois ele não só fala dos sinais no sol, na lua e nas estrelas, como diz imediatamente depois: “Então, aparecerá no céu o sinal do Filho do Homem [...] e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e muita glória” (Mt 24.30). Coerente com a interpretação simbólica anterior dessa passagem, France diz que “todos os povos da terra” refere-se apenas aos judeus, ou seja, “todas as tribos [famílias] da terra”, a terra de Israel. E diz que a referência ao Filho do homem vindo nas nuvens do céu com poder e grande glória não se refere à volta de Cristo, mas à sua ida ao Pai no céu “para receber vindicação e autoridade”. France cita com aprovação a declaração de G. B. Caird, que diz que a “vinda do Filho do homem nas nuvens do céu nunca foi entendida como uma forma primitiva de viagem espacial, mas como símbolo de uma reversão poderosa da sorte na história e em nível nacional”.²⁸ Então, o envio dos anjos de

Cristo com o toque de trombeta para juntar seus eleitos de todos os cantos da terra é compreendido como referência a mensageiros que pregam o evangelho em todo o mundo. Assim, a reunião dos eleitos é a reunião deles na igreja, por meio da pregação do evangelho.

Entretanto, nessa interpretação, France não consegue explicar de maneira satisfatória o fato de Jesus dizer que todos os povos da terra “*verão* o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e muita glória” (Mt 24.30). Isso não é uma operação celestial invisível em que Cristo recebe autoridade de Deus Pai; antes, aqui se prediz sua volta com poder e grande glória. Os que pregam o evangelho em nenhuma outra parte são chamados anjos que tocam trombetas, e a pregação do evangelho em parte alguma é chamada reunião dos “seus escolhidos, dos quatro ventos, de uma a outra extremidade dos céus” (Mt 24.31). Além disso, quando em outras ocasiões Jesus fala de sua vinda nas nuvens, não fala de uma ida *ao Deus Pai* no céu, mas de uma vinda *ao povo na terra*: “Eis que vem com as nuvens, e todo olho o verá, até quantos o traspassaram. E todas as tribos da terra se lamentarão sobre ele” (Ap 1.7). E quando Cristo voltar, Paulo diz: “... nós, os vivos, os que ficarmos, seremos arrebatados juntamente com eles, entre nuvens, para o encontro do Senhor nos ares” (1Ts 4.17). Quando Cristo vier nas nuvens de glória com grande poder e autoridade, virá para reinar sobre a terra, e esse é o sentido de Mateus 24.30–31. (France não comenta o fato de Jesus dizer que os povos da terra que se lamentarão “*verão* o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu” [v. 30]. O fato de essas tribos verem a vinda de Jesus faz com que seja difícil compreender aqui alguma interpretação simbólica ou celestial invisível.) Ademais, a conjunção de fatores que conhecemos de outros textos relacionados à volta de Cristo (sinais cósmicos, a vinda de Cristo com poder, o soar da trombeta, os anjos reunindo os eleitos) fornece uma defesa cumulativa para a certeza de que aqui se vê a *segunda* vinda de Cristo, não uma simples representação do momento em que ele recebe autoridade. E se Mateus 24 trata da segunda vinda de Cristo, então trata de sua vinda logo *após* um período de grande tribulação, não após um milênio de paz e justiça estabelecido sobre a terra.

Por fim, todas as passagens que indicam que Cristo poderia voltar logo e que devemos estar prontos para sua volta a qualquer momento também precisam ser consideradas um argumento significativo contra o pós-milenismo. Pois se Cristo pode voltar a qualquer momento e precisamos estar prontos para sua volta, então o longo período necessário para o estabelecimento do milênio sobre a terra antes da volta de Cristo simplesmente não pode ser considerado uma teoria convincente.

D. UMA CONSIDERAÇÃO DOS ARGUMENTOS EM FAVOR DO PRÉ-MILENISMO

A posição defendida neste livro é o pré-milenismo histórico. Os argumentos contra a posição pré-milenista foram apresentados em sua essência nos argumentos em favor do amilenismo e do pós-milenismo, e assim não serão repetidos numa divisão separada, mas se considerarão as objeções incidentais ao longo da discussão.

1. Algumas passagens do Antigo Testamento não parecem caber nem na presente era nem no estado eterno. Essas passagens indicam algum estágio futuro na história da redenção, muito mais grandioso que a presente era da igreja, mas que ainda não parece remover de sobre a terra todo o pecado, rebelião e morte.

Falando de Jerusalém em algum período no futuro, Isaías diz:

Não haverá mais nela
criança de poucos dias,
nem velho que não cumpra os seus dias;
porque o jovem morrerá de cem anos,
mas o pecador de cem anos será amaldiçoado (Is 65.20 ARC).

Aqui lemos que já não haverá crianças morrendo na infância e já não haverá velhos morrendo prematuramente, algo bem diferente desta era presente. Mas a morte e o pecado ainda estarão presentes, pois a criança de cem anos morrerá e o pecador de cem anos “será amaldiçoado”. O contexto mais amplo dessa passagem pode mesclar elementos do milênio e do estado eterno (cf. v. 17, 25), mas faz parte da natureza da profecia do Antigo Testamento não fazer distinção entre eventos futuros, assim como essas profecias não fazem distinção entre a primeira e a segunda vinda de Cristo. Assim, no contexto mais amplo, pode haver elementos misturados, mas permanece o fato de que esse único elemento (as crianças e os velhos viverem muito, a criança morrendo aos cem anos e o pecador sendo amaldiçoado) indica um tempo específico no futuro muito diferente da era atual.

Isaías parece predizer em outro trecho um reino milenar quando diz:

O lobo habitará com o cordeiro,
e o leopardo se deitará junto ao cabrito;
o bezerro, o leão novo e o animal cevado andarão juntos,
e um pequenino os guiará.
A vaca e a urso pastarão juntas,
e as suas crias juntas se deitarão;
o leão comerá palha como o boi.
A criança de peito brincará sobre a toca da áspide,
e o já desmamado meterá a mão na cova do basilisco.
Não se fará mal nem dano algum
em todo o meu santo monte,
porque a terra se encherá do conhecimento do SENHOR,
como as águas cobrem o mar (Is 11.6–9).

Essa passagem fala claramente de uma renovação significativa da natureza que nos leva muito além desta era presente, uma época em que “a terra se encherá do conhecimento do SENHOR, como as águas cobrem o mar” (v. 9). Mas logo no versículo seguinte Isaías diz:

Naquele dia, recorrerão as nações à raiz de Jessé que está posta por estandarte dos povos; a glória lhe será a morada.

Naquele dia, o Senhor tornará a estender a mão para resgatar o restante do seu povo, que for deixado, da Assíria, do Egito, de Patros, da Etiópia (Is 11.10–11).

Aqui alguns ainda buscam o Messias e, ao que parece, chegam à salvação; aqui também o Senhor ainda reúne o remanescente de seu povo dentre as várias nações da terra. Não parece, portanto, que o estado eterno tenha começado, mas a reversão da natureza excede

em muito tudo o que ocorrerá nesta presente era. Isso não indicaria um reino milenar futuro?

O salmo 72 parece ir além de uma descrição do reinado de Salomão, predizendo as glórias do reinado do Messias:

Dominará de mar a mar,
e desde o rio até às extremidades da terra.
Aqueles que habitam no deserto se inclinarão ante ele,
e os seus inimigos lambeirão o pó.
Os reis de Társis e das ilhas trarão presentes;
os reis de Sabá e de Seba oferecerão dons.
E todos os reis se prostrarão perante ele;
todas as nações o servirão.
Porque ele livrará ao necessitado quando clamar,
como também ao aflito e ao que não tem quem o ajude.
Compadecer-se-á do pobre e do aflito
e salvará a alma dos necessitados.
Libertará a sua alma do engano e da violência,
e precioso será o seu sangue aos olhos dele (SI 72.8–14 ARC).

Essa passagem com certeza fala de um governo messiânico muito mais amplo que os vividos por Davi ou Salomão, porque esse reino do Messias estende-se “até às extremidades da terra” e “todas as nações o servirão” (v. 8, 11 ARC; observe que o salmo também afirma: “Temer-te-ão enquanto durar o sol e a lua, de geração em geração” no v. 5, ARC). Esse será um reino em retidão e justiça – mas com certeza não será o estado eterno. Ainda haverá “o necessitado” clamando e “o aflito” e “o que não tem quem o ajude”; ainda haverá pessoas que necessitam serem resgatadas “do engano e da violência” (v. 12–14). Ainda haverá inimigos que “lambeirão o pó” sob o reinado desse Rei justo (v. 9). Tudo isso fala de um período muito diferente da era atual, mas inferior ao estado eterno em que já não haverá pecado nem sofrimento.

Zacarias também profetiza um tempo futuro de grande transformação na terra, em que o Senhor é Rei sobre toda a terra e em que ainda há rebelião e pecado, sofrimento e morte:

Virá o SENHOR, meu Deus, e todos os santos, com ele. Acontecerá, naquele dia, que não haverá luz, mas frio e gelo. Mas será um dia singular conhecido do SENHOR; não será nem dia nem noite, mas haverá luz à tarde.

Naquele dia, também sucederá que correrão de Jerusalém águas vivas, metade delas para o mar oriental, e a outra metade, até ao mar ocidental; no verão e no inverno, sucederá isto.

O SENHOR será Rei sobre toda a terra; naquele dia, um só será o SENHOR, e um só será o seu nome [...]

Esta será a praga com que o SENHOR ferirá a todos os povos que guerrearem contra Jerusalém: a sua carne se apodrecerá, estando eles de pé, apodrecer-se-lhes-ão os olhos nas suas órbitas, e lhes apodrecerá a língua na boca. Naquele dia, também haverá da parte do SENHOR grande confusão entre eles; cada um agarrará a mão do seu próximo, cada um levantará a mão contra o seu próximo. Também Judá pelejará em Jerusalém; e se ajuntarão

as riquezas de todas as nações circun-vizinhas, ouro, prata e vestes em grande abundância [...]

Todos os que restarem de todas as nações que vieram contra Jerusalém subirão de ano em ano para adorar o Rei, o SENHOR dos Exércitos, e para celebrar a Festa dos Tabernáculos. Se alguma das famílias da terra não subir a Jerusalém, para adorar o Rei, o SENHOR dos Exércitos, não virá sobre ela a chuva (Zc 14.5–17).

Aqui, novamente, a descrição não cabe na era presente, pois o Senhor é Rei sobre toda a terra nessa situação. Mas também não cabe no estado eterno, por causa da desobediência e rebelião contra o Senhor presente de maneira manifesta. Pode-se objetar que se trata de uma profecia típica do Antigo Testamento em que eventos futuros distintos são misturados, não se distinguindo na visão do profeta, ainda que possam estar separados por longo período quando de fato ocorrem. Entretanto, é difícil fazer tal distinção nessa passagem porque trata especificamente de uma rebelião contra o Senhor que é Rei sobre toda a terra que será punida por essas pragas e por ausência de chuva.

2. Também há passagens do Novo Testamento além de Apocalipse 20 que indicam um futuro milênio. Quando o Senhor Jesus ressurreto fala à igreja de Tiatira, diz: “Ao vencedor, que guardar até ao fim as minhas obras, eu lhe darei autoridade sobre as nações, e com cetro de ferro as regerá e as reduzirá a pedaços como se fossem objetos de barro; assim como também eu recebi de meu Pai” (Ap 2.26–27). As figuras empregadas (regência com cetro de ferro; despedaçamento de potes de barro) implicam um governo de força sobre o povo rebelde. Mas quando os crentes que venceram o mal participarão desse governo? A idéia cabe bem num reino milenar futuro, quando os santos glorificados governarão com Cristo sobre a terra, mas não cabe em nenhum período da era presente ou no estado eterno. (A idéia de reger as nações “com cetro de ferro” também se encontra em Ap 12.5–6 e 19.15.)

Quando Paulo fala da ressurreição, diz que cada um receberá um corpo ressuscitado, segundo a própria ordem dele: “Cristo, as primícias; *depois [epeita]*, os que são de Cristo, na sua vinda. E, *então [eita]*, virá o fim, quando ele entregar o reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo principado, bem como toda potestade e poder. Porque convém que ele reine até que haja posto todos os inimigos debaixo dos pés” (1Co 15.23–25). As duas palavras grifadas nessa passagem (*epeita e eita*) significam “após”, não “ao mesmo tempo”. Portanto, a passagem dá alguma base para a idéia de que, assim como há um intervalo entre a ressurreição de Cristo e sua segunda vinda, quando receberemos um corpo ressurreto (v. 23), também há um intervalo entre a segunda vinda de Cristo e “o fim” (v. 24), quando Cristo entregará o reino a Deus depois de reinar por um tempo e colocar todos os inimigos sob os seus pés.

3. Convém reexaminar Apocalipse 20 tendo por base algumas outras passagens que insinuam ou indicam claramente um período futuro muito mais grandioso que a era presente, mas inferior ao estado eterno. Algumas declarações aqui são mais bem entendidas como referências a um reinado terreno futuro de Cristo anterior ao julgamento por vir.

a. O fato de Satanás ser preso e lançado no abismo (v. 2–3) implica uma restrição de sua atividade muito maior que tudo que conhecemos nesta era presente (veja a discussão acima sobre o amilenismo).

b. É melhor entender a declaração de que os que foram fiéis “viveram” (v. 4) como referência a uma ressurreição corpórea, pois o versículo seguinte diz: “Esta é a primeira ressurreição”. O verbo *ezēsan*, “viveu”, é exatamente o mesmo empregado em Apocalipse 2.8, onde Jesus identifica-se como aquele “que esteve morto e *tornou a viver*”, aqui obviamente em referência à sua ressurreição.

c. Numa interpretação pré-milenista, o reinado com Cristo (em Ap 20.4) é ainda futuro, não algo que esteja ocorrendo no presente (como alegam os amilenistas). Isso é coerente com o restante do Novo Testamento, onde lemos com frequência que os crentes reinarão com Cristo e dele receberão autoridade para reinar sobre a terra (veja Lc 19.17; 19; 1Co 6.3; Ap 2.26–27; 3.21). Mas as Escrituras não dizem em parte alguma que os crentes, em seu estado intermediário (entre a morte deles e a volta de Cristo), estarão reinando com Cristo ou dividindo o governo com ele. De fato, Apocalipse retrata santos no céu, antes da volta de Cristo, *esperando* sob o altar e clamando ao Senhor que comece a julgar os malfeitores sobre a terra (Ap 6.9–10). Em parte alguma se diz que os cristãos já estariam reinando com Cristo.

Entre os que vivem e reinam com Cristo em Apocalipse 20 estão “tantos quantos não adoraram a besta, nem tampouco a sua imagem, e não receberam a marca na fronte e na mão” (Ap 20.4). Trata-se de uma referência aos que não cederam sob a perseguição promovida pela besta e mencionada em Apocalipse 13.1–18. Mas se a severidade da perseguição descrita em Apocalipse 13 leva-nos a concluir que a besta *ainda não entrou* no cenário mundial, estando ainda no futuro, então a perseguição promovida por essa besta também está no futuro. E *se essa perseguição está ainda no futuro, então a cena em Apocalipse 20*, os que “não adoraram a besta [...] e não receberam a marca na fronte e na mão” (Ap 20.4), *também ainda estão no futuro*. Isso significa que Apocalipse 20.1–6 não descreve a presente era da igreja, sendo melhor compreendê-lo como referência a um reinado milenar futuro de Cristo.

Essas considerações combinam-se para defender a causa do pré-milenismo. Se estivermos convencidos dessa posição, na realidade é secundário se o período de mil anos é entendido como mil anos literais ou simplesmente um longo período de duração indeterminada. E ainda que nem todos os detalhes quanto à natureza do milênio estejam muito claros, podemos ter razoável certeza de que haverá um reino futuro de Cristo na terra que será nitidamente distinto desta era presente.

E. O TEMPO DA GRANDE TRIBULAÇÃO

Para os que estão convencidos pelos argumentos em favor do pré-milenismo, é preciso resolver ainda outra questão: Cristo voltará antes ou depois da “grande tri-bulação”?

A expressão “grande tribulação” vem de Mateus 24.21 (e paralelos), onde Jesus diz: “... porque nesse tempo haverá *grande tribulação*, como desde o princípio do mundo até agora não tem havido e nem haverá jamais”. O pré-milenismo histórico crê que Cristo voltará depois dessa tribulação, pois a passagem continua: “Logo em seguida à tribulação daqueles dias, o sol escurecerá [...] Então, aparecerá no céu o sinal do Filho do Homem; todos os povos da terra se lamentarão e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e muita glória” (Mt 24.29–30). Mas, conforme explicado acima, nos séculos XIX e XX,

popularizou-se uma variedade de pré-milenismo que defende uma vinda pré-tribulacional de Cristo. Isso é com frequência chamado concepção do “arrebato pré-tribulacional”, porque sustenta que quando Cristo voltar pela primeira vez a igreja será arrebatada para o céu para estar com ele.

Os argumentos em favor de tal arrebatamento pré-tribulacional são os seguintes:

1. Todo o período da tribulação será um tempo de derramamento da ira de Deus sobre toda a terra. Assim, não seria apropriado os cristãos estarem sobre a terra nessa ocasião.

2. Jesus promete em Apocalipse 3.10: “... *eu te guardarei da hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro*, para experimentar os que habitam sobre a terra”. Essa passagem indica que a igreja será tirada do mundo antes que chegue a hora da provação.

3. Se Cristo retornará *após* a tribulação e derrotará todos os inimigos, de onde virão os incrédulos necessários para povoar o reino milenar? A posição pré-tribulacionista, porém, imagina milhares de crentes judeus que se tornarão cristãos durante a tribulação e entrarão no reino milenar em corpos não glorificados.

4. Essa posição permite crer que Cristo pode vir a qualquer momento (sua vinda antes da tribulação) e ainda que muitos sinais devem ser cumpridos antes de sua vinda (sua vinda após a tribulação, quando os sinais serão cumpridos).

Ainda que não seja especificamente um argumento em favor de uma posição pré-tribulacionista, deve-se também notar que os pré-tribulacionistas então entendem que os ensinamentos acerca da tribulação em Mateus 24 e os alertas e estímulos aos crentes naquela situação aplicam-se aos crentes judeus durante a tribulação, e não à igreja em geral.

Em resposta a esses argumentos, é possível levantar os seguintes pontos:

1. Não é coerente com as descrições neotestamentárias da tribulação dizer que *tudo* o sofrimento que ocorre durante esse período é especificamente consequência da ira de Deus. Boa parte do sofrimento deve-se ao fato de “se multiplicar a iniquidade” (Mt 24.12) e ao fato de a perseguição contra a igreja e a oposição promovida por Satanás crescerem muito durante esse período. É claro que todos os cristãos (quer gentios, quer judeus) escaparão da ira de Deus em todas as épocas, mas isso não significa que escaparão de todo sofrimento, mesmo em períodos de adversidade intensa.

2. O fato de Jesus dizer aos crentes fiéis da igreja de Filadélfia (Ap 3.10) que os livrará da hora de provação que recairá sobre todo o mundo não é indício suficientemente forte para dizer que a igreja inteira será tirada do mundo antes da tribulação. Em primeiro lugar, essa declaração é feita a uma igreja específica (Filadélfia) e não deve ser aplicada à igreja inteira em algum ponto futuro da história. Além disso, não é necessário que a “hora da provação que há de vir sobre o mundo inteiro” refira-se à época da grande tribulação, sendo mais provável que se refira a um período de grande sofrimento e perseguição que recairia sobre todo o Império Romano ou sobre todo o mundo habitado. Por fim, a promessa de que a igreja de Filadélfia será *guardada* não implica que serão tirados do mundo, mas apenas que serão mantidos fiéis e guardados do mal naquele período de sofrimento e provação.

3. Não se pode defender o pré-tribulacionismo dizendo que deve haver algumas pessoas em corpos não glorificados entrando no milênio, porque (segundo a concepção pós-tribulacionista), quando Cristo vier no final da tribulação *derrotará* todas as forças dispostas

contra ele, mas isso não significa que matará ou aniquilará todos eles. Muitos simplesmente se renderão, sem crer em Cristo, e assim entrarão no milênio como incrédulos. E durante todo o período do milênio, sem dúvida muitos se converterão a Cristo e se tornarão também crentes.

4. A posição pré-tribulacionista não é a única que se harmoniza com as idéias de que Cristo pode voltar a qualquer momento e de que há sinais que precedem seu retorno. A posição apresentada no capítulo anterior – que é improvável mas possível que os sinais tenham-se cumprido – é também coerente com essas idéias.

Mas deve-se dizer que é provável que por trás desse argumento dos pré-tribulacionistas exista uma preocupação mais fundamental: o desejo de preservar uma distinção entre *a igreja* (que, segundo pensam, será levada ao céu para estar com Cristo) e *Israel* (que, segundo pensam, constituirá o povo de Deus na terra durante a tribulação e depois durante o reino milenar). Mas, como observamos num capítulo anterior, o Novo Testamento não sustenta uma distinção desse tipo entre Israel e a igreja. Assim, não se implica uma necessidade de distinção entre esses grupos na época da tribulação e do milênio.

Há uma variação da posição do arrebatamento pré-tribulacional conhecida como a posição do arrebatamento mesotribulacional. Ela é defendida por Gleason Archer em seu ensaio “The Case for the Mid-Seventieth-Week Rapture Position” [a defesa da posição do arrebatamento no meio da septuagésima semana]. Ele entende que a tribulação é dividida em duas metades. Os primeiros três anos e meio são caracterizados pela ira do homem, e a igreja está presente nesse período. Os três anos e meio seguintes são caracterizados pela ira de Deus e durante esse tempo a igreja está ausente da terra. O argumento básico extraído das Escrituras para sustentar um arrebatamento mesotribulacional é o fato de Daniel 7.25; 9.27 e 12.7 e 11 bem como Apocalipse 12.14 dividirem os sete dias ou períodos na metade, mencionando o intervalo de três tempos e meio ou três dias e meio numa semana simbólica, indicando assim um período de três anos e meio, após o qual o povo de Deus será resgatado da tribulação. Outro argumento em favor dessa posição é que intensifica o senso de expectativa da volta de Cristo, já que três anos e meio é um período mais curto que sete anos.

Entretanto, ainda que as passagens de Daniel de fato mencionem uma *interrupção* da sétima semana que Daniel prediz para o futuro, elas não dão nenhuma indicação clara de que no meio da semana os crentes serão retirados da terra. Também é difícil entender que a expectativa de uma tribulação de três anos e meio oferece um senso muito maior de iminência que uma expectativa de sete anos de tribulação.

Por fim, algumas objeções à posição do arrebatamento pré-tribulacional podem ser expressas em forma de argumentos em favor da posição do arrebatamento pós-tribulacional (a concepção pré-milenista histórica de que Cristo voltará após um período de tribulação na terra):

1. O Novo Testamento não afirma claramente em lugar algum que a igreja será tirada do mundo antes da tribulação. Esperaríamos encontrar pelo menos um ensino explícito a respeito disso no Novo Testamento, se um fato importante como esse fosse ocorrer. Com certeza Jesus nos diz que voltará e nos levará para estar com ele (Jo 14.3), e Paulo nos diz que seremos elevados nas nuvens para nos encontrar com o Senhor nos ares (1Ts 4.17), e que seremos transformados num piscar de olhos e receberemos um corpo ressurreto (1Co

15.51–52), mas cada uma dessas passagens tem sido compreendida pelos crentes ao longo da história como referências não a um arrebatamento secreto da igreja antes da tribulação, mas a um arrebatamento *público* muito visível da igreja para que esteja com Cristo um momento antes de sua vinda à terra *com eles* para reinar durante o reino milenar (ou, segundo a posição amilenista, durante o estado eterno).

Além disso, é muito difícil compreender 1 Tessalonicenses 4.17, a única passagem que fala explicitamente do fato de que a igreja será “arrebatada”, como se tratasse da idéia de uma vinda secreta. O texto diz: “Porque o mesmo Senhor descerá do céu com alarido, e com voz de arcanjo, e com a trombeta de Deus” (1Ts 4.16 ARC). Sobre essas palavras diz Leon Morris com razão: “Pode ser que com isso ele queira que compreendamos que o arrebatamento ocorrerá em secreto, e que ninguém, exceto os próprios salvos, saberá o que está acontecendo. Mas dificilmente alguém chegaria a isso a partir de suas palavras. Seria difícil perceber como ele poderia explicar de maneira mais clara que essa algo manifesto e público”.

A doutrina de um arrebatamento pré-tribulacional é uma inferência de algumas passagens, todas discutíveis. Também, mesmo crendo que essa doutrina está nas Escrituras, ela é ensinada de maneira tão velada, que só foi descoberta no século XIX. Isso não a torna provável.

2. A tribulação, em algumas passagens, está ligada de maneira bem clara com a volta de Cristo. Primeiro, o soar da trombeta para reunir os eleitos em Mateus 24.31, o som da trombeta de Deus em 1 Tessalonicenses 4.16 e a última trombeta com que nosso corpo será transformado em 1 Coríntios 15.51–52, parecem, todas, a mesma trombeta – a última trombeta tocada logo antes do milênio. Se for de fato a “última trombeta” (1Co 15.52), então é difícil entender como outro soar de trombeta (Mt 24.31) poderia seguir-se a ela sete anos mais tarde.

Ademais, é muito difícil compreender Mateus 24 como referência não à igreja mas ao povo judeu que seria salvo durante a tribulação. Jesus está falando a *seus discípulos* (Mt 24.1–4), alertando-os da perseguição e do sofrimento futuros. Ele lhes fala da grande tribulação que virá e depois diz que “logo em seguida à tribulação daqueles dias” aparecerão os sinais cósmicos e “todos os povos da terra se lamentarão e verão o Filho do Homem vindo sobre as nuvens do céu, com poder e muita glória” (Mt 24.30). Mas seria provável que Jesus, ao dizer tudo isso *aos discípulos*, pretendia que suas palavras fossem aplicadas não à igreja, mas apenas ao futuro reino terreno do povo judeu que se converteria durante a tribulação? Como os discípulos saberiam que ele teria tal propósito em mente? Também não parece provável que os discípulos aqui representem um reino judaico futuro e não a igreja, de cuja fundação participaram de maneira tão plena que são dela o fundamento (Ef 2.20).

3. Por fim, o Novo Testamento não parece justificar a idéia de duas voltas distintas de Cristo (uma vez *para* sua igreja antes da tribulação e depois, sete anos mais tarde, *com* a igreja para julgar os incrédulos). Mais uma vez, tal posição não é ensinada de maneira explícita em nenhuma passagem, sendo uma simples inferência baseada em diferenças entre várias passagens que descrevem a volta de Cristo a partir de perspectivas distintas. Mas não há dificuldade alguma para entender essas passagens como referências a um evento único que ocorre de uma só vez.

Parece melhor concluir, com a grande maioria da igreja ao longo da história, que a igreja passará pelo período de tribulação predito por Jesus. Provavelmente não escolheríamos esse caminho para nós, mas a decisão não foi nossa. E se Deus deseja que algum de nós que hoje vivemos permaneça na terra até o tempo dessa grande tribulação, devemos dar ouvidos às palavras de Pedro: “Se, pelo nome de Cristo, sois injuriados, bem-aventurados sois, porque sobre vós repousa o Espírito da glória e de Deus” (1Pe 4.14), e: “... pois que também Cristo sofreu em vosso lugar, deixando-vos exemplo para seguirdes os seus passos” (1Pe 2.21). Essa idéia de que os cristãos devem estar preparados para enfrentar o sofrimento também é vista nas palavras de Paulo de que somos co-herdeiros com Cristo: “se com ele sofremos, também com ele seremos glorificados” (Rm 8.17). E podemos lembrar que da época de Noé à época do martírio dos primeiros apóstolos, Deus com freqüência fez seu povo chegar à glória passando pelo sofrimento, pois assim fez até com o próprio Filho. “Porque convinha que aquele, por cuja causa e por quem todas as coisas existem, conduzindo muitos filhos à glória, aperfeiçoasse, por meio de sofrimentos, o Autor da salvação deles” (Hb 2.10). É do Salvador, que passou por sofrimentos maiores do que os sofrimentos que experimentarão os seus filhos, que temos a admoestação: “Não temas as coisas que tens de sofrer [...] Sê fiel até à morte, e dar-te-ei a coroa da vida” (Ap 2.10).²

² Wayne Grudem, [Teologia Sistemática de Wayne Grudem](#), 2.a edição (São Paulo: Edições Vida Nova, 2021), 946–970.

O Juízo Final e o Castigo Eterno

Quem será julgado? Que é o inferno?

EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

A. O FATO DO JUÍZO FINAL

1. Provas bíblicas de um juízo final. As Escrituras afirmam o fato de que haverá um grande julgamento final de crentes e incrédulos. Eles ficarão de pé diante do trono de julgamento de Cristo em seu corpo ressurreto e ouvirão a proclamação do seu destino eterno.

O juízo final é descrito com grande vivacidade na visão de João em Apocalipse:

Vi um grande trono branco e aquele que nele se assenta, de cuja presença fugiram a terra e o céu, e não se achou lugar para eles. Vi também os mortos, os grandes e os pequenos, postos em pé diante do trono. Então, se abriram livros. Ainda outro livro, o Livro da Vida, foi aberto. E os mortos foram julgados, segundo as suas obras, conforme o que se achava escrito nos livros. Deu o mar os mortos que nele estavam. A morte e o além entregaram os mortos que neles havia. E foram julgados, um por um, segundo as suas obras. Então, a morte e o inferno foram lançados para dentro do lago de fogo. Esta é a segunda morte, o lago de fogo. E, se alguém não foi achado inscrito no Livro da Vida, esse foi lançado para dentro do lago de fogo (Ap 20.11–15).

Muitas outras passagens ensinam esse julgamento final. Paulo diz aos filósofos gregos em Atenas que Deus “agora [...] notifica aos homens que todos, em toda parte, se arrependam; porquanto *estabeleceu um dia em que há de julgar o mundo com justiça*, por meio de um varão que destinou e acreditou diante de todos, ressuscitando-o dentre os mortos” (At 17.30–31). De modo semelhante, Paulo fala sobre “o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus” (Rm 2.5). Outras passagens falam de modo claro sobre um dia vindouro de julgamento (veja Mt 10.15; 11.22, 24; 12.36; 25.31–46; 1Co 4.5; Hb 6.2; 2Pe 2.4; Jd 6; et al.).

Esse juízo final é a culminação de muitos prenúncios em que Deus premiou a justiça ou puniu a injustiça ao longo da história. Assim como Deus trouxe bênção e livramento do perigo aos que lhe foram obedientes, incluindo Abel, Noé, Abraão, Isaque, Jacó, Moisés, Davi e os fiéis entre o povo de Israel, também de tempos em tempos trouxe julgamento sobre os que persistiram na desobediência e na incredulidade: seus julgamentos incluíram o dilúvio, a dispersão do povo da torre de Babel, os juízos sobre Sodoma e Gomorra e juízos contínuos ao longo da história, tanto sobre indivíduos (Rm 1.18–32) como sobre nações (Is 13–23; et al.) que persistiam no pecado. Além disso, no reino espiritual invisível, exerceu juízo sobre anjos que pecaram (2Pe 2.4). Pedro nos lembra que os julgamentos de Deus têm sido executados periodicamente e de modo indiscutível, e isso nos lembra que um juízo final ainda está por vir, pois “o Senhor sabe livrar da provação os piedosos e reservar, sob

castigo, os injustos para o Dia de Juízo, especialmente aqueles que, seguindo a carne, andam em imundas paixões e menosprezam qualquer governo” (2Pe 2.9–10).

2. Haverá mais de um julgamento? De acordo com a posição dispensacionalista, há mais de um julgamento que está por vir. Por exemplo, os dispensacionalistas não vêem o juízo final em Mateus 25.31–46:

Quando vier o Filho do Homem na sua majestade e todos os anjos com ele, então, se assentará no trono da sua glória; e *todas as nações serão reunidas em sua presença*, e ele separará uns dos outros, como o pastor separa dos cabritos as ovelhas; e porá as ovelhas à sua direita, mas os cabritos, à esquerda; então, dirá o Rei aos que estiverem à sua direita: Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo. Porque tive fome, e me destes de comer; [...] sempre que o fizestes a um destes meus pequeninos irmãos, a mim o fizestes. Então, o Rei dirá também aos que estiverem à sua esquerda: Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos. Porque tive fome, e não me destes de comer; [...] sempre que o deixastes de fazer a um destes mais pequeninos, a mim o deixastes de fazer. E irão estes para o castigo eterno, porém os justos, para a vida eterna.

Da perspectiva dispensacionalista, essa passagem não se refere ao juízo final (o “grande trono branco” mencionado em Ap 20.11–15), mas sim a um julgamento posterior à tribulação e anterior ao início do milênio. Dizem que este será um “*julgamento das nações*” em que elas serão julgadas de acordo com o modo pelo qual tiverem tratado o povo judeu durante a tribulação. As que tiverem tratado bem os judeus e estiverem dispostas a se submeterem a Cristo entrarão no milênio, e as que não tiverem terão negada a entrada.

Assim, na visão dispensacionalista há diferentes julgamentos: (a) o “julgamento das nações” (Mt 25.31–46) para determinar quem entra no milênio; (b) o “julgamento das obras dos crentes” (às vezes chamado julgamento *bêma* por causa da palavra grega traduzida por “tribunal” em 2Co 5.10), em que os cristãos receberão galardões em diferentes níveis, e (c) o “julgamento do grande trono branco” ao final do milênio (Ap 20.11–15), para declarar o castigo eterno para os incrédulos.

A posição adotada neste livro é que todas essas três passagens falam do mesmo juízo final, e não de três julgamentos separados. Com relação a Mateus 25.31–46 em particular, é improvável que a visão dispensacionalista esteja correta. Não há nenhuma menção de entrada no milênio nessa passagem. Além disso, os julgamentos pronunciados tratam não da entrada no reino milenar sobre a terra ou da exclusão deste, mas sim do destino eterno das pessoas: “Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo [...] Apartai-vos de mim, malditos, para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos [...] E irão estes para o *castigo eterno*, porém os justos, para a *vida eterna*” (v. 34, 41, 46). Por fim, Deus seria incoerente com os seus costumes revelados através das Escrituras se ele lidasse com o destino *eterno* das pessoas tendo por base a nação a que elas pertencem, pois nações incrédulas têm crentes no seio delas, e nações que exibem maior conformidade à vontade revelada do Senhor ainda abrigam muitos ímpios em seu meio. E “para com Deus não há acepção de pessoas” (Rm 2.11). Embora de fato “todas as nações” sejam reunidas perante o trono de Cristo nesta cena (Mt 25.32), o quadro do juízo é de julgamento de indivíduos (as ovelhas são separadas dos cabritos, e os indivíduos que trataram com

bondade os irmãos de Cristo são acolhidos com alegria no reino, enquanto aqueles que os rejeitaram são rejeitados, v. 35–40, 42–45).

B. O TEMPO DO JUÍZO FINAL

O juízo final ocorrerá depois do milênio e da rebelião que ocorre no final desse período. Em Apocalipse 20.1–6 João descreve o reino milenar e a retirada de Satanás da posição em que pode exercer influência sobre a terra (veja a discussão nos dois capítulos anteriores) e então diz: “Quando, porém, se completarem os mil anos, Satanás será solto da sua prisão e sairá a seduzir as nações [...] a fim de reuni-las para a peleja” (Ap 20.7–8). João diz que, depois de Deus vencer essa rebelião final de maneira decisiva (Ap 20.9–10), virá o julgamento: “Vi um grande trono branco e aquele que nele se assenta” (v. 11).

C. A NATUREZA DO JUÍZO FINAL

1. Jesus Cristo será o juiz. Paulo fala de “Cristo Jesus, que há de julgar vivos e mortos” (2Tm 4.1). Pedro diz que Jesus Cristo “é quem foi constituído por Deus Juiz de vivos e de mortos” (At 10.42; compare 17.31; Mt 25.31–33). Esse direito de agir como juiz sobre todo o universo é algo que o Pai deu ao Filho: “o Pai [...] lhe deu autoridade para julgar, porque é o Filho do Homem” (Jo 5.26–27).

2. Os incrédulos serão julgados. É evidente que todos os incrédulos ficarão de pé diante de Cristo para serem julgados, pois esse julgamento inclui “os mortos, os grandes e os pequenos” (Ap 20.12), e Paulo diz que no “dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus”, este “retribuirá a cada um segundo o seu procedimento: [...] ira e indignação aos facciosos, que desobedecem à verdade e obedecem à injustiça” (Rm 2.5–8).

Esse julgamento dos incrédulos incluirá *graus de punição*, pois lemos que os mortos serão julgados “segundo as suas obras” (Ap 20.12, 13), e esse juízo de acordo com o que as pessoas tiverem feito deve, portanto, envolver uma avaliação das obras que as pessoas tiverem praticado. De modo semelhante, Jesus diz:

Aquele servo, porém, que conheceu a vontade de seu senhor e não se aprontou, nem fez segundo a sua vontade será punido com muitos açoites. Aquele, porém, que não soube a vontade do seu senhor e fez coisas dignas de reprovação levará poucos açoites (Lc 12.47–48).

Quando Jesus diz às cidades de Corazim e Betsaida, “no Dia do Juízo, *haverá menos rigor* para Tiro e Sidom do que para vós outras” (Mt 11.22; compare v. 24), ou quando diz que os escribas “sofrerão *juízo muito mais severo*” (Lc 20.47), implica que haverá níveis de castigo no último dia.

De fato, toda ação errada será lembrada e levada em conta nas punições distribuídas naquele dia, porque “de toda palavra frívola que proferirem os homens, dela darão conta no Dia do Juízo” (Mt 12.36). Toda palavra dita e toda ação praticada virão à luz e receberão julgamento: “Porque Deus há de trazer a juízo todas as obras, até as que estão escondidas, quer sejam boas, quer sejam más” (Ec 12.14).

Como esses versículos indicam, no dia do juízo os segredos do coração das pessoas serão revelados e se tornarão públicos. Paulo fala do “dia em que Deus, por meio de Cristo Jesus, [vai] julgar os segredos dos homens” (Rm 2.16; compare Lc 8.17). “Nada há encoberto que não venha a ser revelado; e oculto que não venha a ser conhecido. Porque *tudo o que disseses às escuras será ouvido em plena luz; e o que disseses aos ouvidos no interior da casa será proclamado dos eirados*” (Lc 12.2–3).

3. Os crentes serão julgados. Escrevendo para cristãos, Paulo diz: “*Pois todos compareceremos perante o tribunal de Deus. [...] Assim, pois, cada um de nós dará contas de si mesmo a Deus*” (Rm 14.10, 12). Também diz aos cristãos: “*Porque importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo*” (2Co 5.10; cf. Rm 2.6–11; Ap 20.12, 15). Além disso, o quadro do julgamento final em Mateus 25.31–46 inclui Cristo separando as ovelhas dos cabritos e recompensando aqueles que recebem sua bênção.

É importante perceber que esse julgamento dos crentes será para avaliar e conceder vários níveis de recompensa (veja abaixo), mas o fato de que vão enfrentar tal julgamento não deve nunca levar os cristãos a temer a condenação eterna. Jesus diz: “... quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou tem a vida eterna, *não entra em juízo*, mas passou da morte para a vida” (Jo 5.24). Aqui “juízo” deve ser entendido no sentido de condenação eterna e morte, uma vez que está em contraste com a passagem da morte para a vida. No dia do juízo final, mais do que em qualquer outra época, é de extrema importância o fato de que “Agora, pois, já *nenhuma condenação há para os que estão em Cristo Jesus*” (Rm 8.1). Portanto, o dia do juízo pode ser descrito como o dia em que os crentes são premiados e os incrédulos, punidos:

Na verdade, as nações se enfureceram; chegou, porém, a tua ira, e o tempo determinado para serem julgados os mortos, *para se dar o galardão aos teus servos*, os profetas, aos santos e aos que temem o teu nome, tanto aos pequenos como aos grandes, e para destruíres os que destroem a terra (Ap 11.18).

Mas será que todas as palavras e os atos secretos dos crentes, bem como todos os seus pecados, serão revelados nesse último dia? Parece que será assim, porque escrevendo aos crentes acerca do dia do juízo Paulo diz que, quando o Senhor vier, “*trará à plena luz as coisas ocultas das trevas*, mas também manifestará os desígnios dos corações; e, então, cada um receberá o seu louvor da parte de Deus” (1Co 4.5; compare Cl 3.25). Com certeza esse fato deve servir de motivação para uma vida piedosa, e Paulo o usa desse modo em 2Coríntios 5.9–10: “*É por isso que também nos esforçamos*, quer presentes, quer ausentes, *para lhe sermos agradáveis*. Porque importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo”. Mas isso não deve aterrorizar ou alarmar os cristãos, pois mesmo os pecados que se tornarem públicos naquele dia serão conhecidos como pecados que foram *perdoados*, e desse modo serão motivo para se darem glórias a Deus em virtude da riqueza de sua graça.

As Escrituras ensinam também que haverá *níveis de galardão para os cristãos*. Paulo encoraja os coríntios a serem cuidadosos quanto ao modo pelo qual edificam a igreja sobre o fundamento que já foi lançado — o próprio Jesus Cristo.

Contudo, se o que alguém edifica sobre o fundamento é ouro, prata, pedras preciosas, madeira, feno, palha, manifesta se tornará a obra de cada um; pois o Dia a demonstrará, porque está sendo revelada pelo fogo; e qual seja a obra de cada um o próprio fogo o provará. *Se permanecer a obra de alguém que sobre o fundamento edificou, esse receberá galardão*; se a obra de alguém se queimar, sofrerá ele dano; mas esse mesmo será salvo, todavia, como que através do fogo (1Co 3.12–15).

De maneira semelhante, Paulo diz aos cristãos: “... importa que todos nós compareçamos perante o tribunal de Cristo, para que cada um receba *segundo o bem ou o mal que tiver feito por meio do corpo*” (2Co 5.10), mais uma vez implicando graus de recompensa para o que tivermos feito nesta vida. De igual modo, na parábola das minas, o que ganhou mais dez minas ouve: “... terás autoridade sobre dez cidades”, e aquele cuja mina rendeu mais cinco minas ouve: “Terás autoridade sobre cinco cidades” (Lc 19.17, 19). Muitas outras passagens, igualmente, ensinam ou implicam graus de galardão para os crentes no juízo final.

Mas aqui devemos-nos guardar contra equívocos: mesmo que haja níveis de galardão no céu, a alegria de cada pessoa será plena e completa por toda a eternidade. Se perguntarmos como isso será possível quando há diferentes níveis de galardão, isso simplesmente mostra que nossa percepção de felicidade se baseia na pressuposição de que ela depende das coisas que possuímos ou da posição ou poder que temos. Na realidade, porém, a verdadeira felicidade consiste em deleitar-se em Deus e alegrar-se na posição e no reconhecimento que ele nos deu. A insensatez da idéia de que só os que recebem grandes recompensas e posição elevada serão plenamente felizes no céu fica evidente quando percebemos que não importa quão grande o prêmio que recebemos, haverá sempre pessoas com galardões maiores ou com posição ou autoridade mais elevados, incluindo os apóstolos, as criaturas celestiais, Jesus Cristo e o próprio Deus. Portanto, se uma posição mais elevada for essencial para a plena felicidade das pessoas, ninguém a não ser o próprio Deus seria plenamente feliz no céu, o que é com certeza uma idéia errada. Além disso, aqueles que recebem maior recompensa e honra no céu, os que ficam mais perto do trono de Deus, deleitam-se não com a sua posição mas apenas com o privilégio de se prostrar diante do trono de Deus para adorá-lo (veja Ap 4.10–11).

Receberíamos benefício moral e espiritual se tivéssemos mais consciência desse ensino claro do Novo Testamento sobre níveis de galardão no céu. Em vez de nos levar a competir uns com os outros, ele nos motivaria a ajudar e encorajar uns aos outros para que todos possamos aumentar nosso galardão celestial, pois Deus tem capacidade infinita para conceder bênçãos para nós, e somos todos membros uns dos outros (cf. 1Co 12.26–27). Prestaríamos atenção mais prontamente à admoestação do autor de Hebreus: “*Consideremo-nos também uns aos outros, para nos estimularmos ao amor e às boas obras. Não deixemos de congregarmo-nos, como é costume de alguns; antes, façamos admoestações e tanto mais quanto vedes que o Dia se aproxima*” (Hb 10.24, 25). Além disso, em nossa própria vida uma busca ardente do futuro galardão celestial nos motivaria a trabalhar de maneira intensa para o Senhor em qualquer tarefa para a qual ele nos chamar, grande ou pequena, remunerada ou não. Também nos faria ansiar por sua aprovação em lugar de riqueza ou sucesso. Seríamos motivados a trabalhar na edificação da igreja sobre o único fundamento, Jesus Cristo (1Co 3.10–15).

4. Os anjos serão julgados. Pedro diz que os anjos rebeldes foram recolhidos ao inferno, no abismo de trevas, para esperar o juízo (2Pe 2.4), e Judas afirma que eles estão guardados por Deus “para o juízo do grande Dia” (Jd 6). Isso significa que pelo menos os anjos *rebeldes* ou os demônios também serão submetidos ao julgamento no último dia.

As Escrituras não indicam de modo claro se os anjos justos também passarão por alguma espécie de avaliação do seu serviço, mas é possível que eles estejam incluídos na declaração de Paulo: “Não sabeis que *havemos de julgar os próprios anjos?*” (1Co 6.3). É provável que isso inclua anjos justos, pois no contexto não há nenhuma indicação de que Paulo esteja falando de demônios ou anjos caídos, e a palavra “anjo” sem qualificativo adicional é normalmente entendida no Novo Testamento como referência a anjos justos. Mas o texto não é explícito o bastante para que tenhamos certeza.

5. Ajudaremos no trabalho de julgamento. Um aspecto bastante surpreendente do ensino do Novo Testamento é que nós (crentes) tomaremos parte no processo de julgamento. Paulo diz:

Ou não sabeis que *os santos hão de julgar o mundo?* Ora, se o mundo deverá ser julgado por vós, sois, acaso, indignos de julgar as coisas mínimas? Não sabeis que *havemos de julgar os próprios anjos?* Quanto mais as coisas desta vida! (1Co 6.2–3)

Poderia ser alegado que isso significa apenas que estaremos observando e aprovando a declaração de juízo por Cristo, mas essa tese não parece ajustar-se bem ao contexto, pois aqui Paulo está encorajando os coríntios a decidir as contendas legais entre eles mesmos, em vez de levá-las à corte judicial diante de incrédulos. Nesse mesmo contexto ele diz: “Não há, porventura, nem ao menos um sábio entre vós, que possa julgar no meio da irmandade? Mas irá um irmão a juízo contra outro irmão, e isto perante incrédulos!” (1Co 6.5–6). Essa espécie de julgamento com certeza envolve avaliação cuidadosa e discernimento sábio. E isso implica que tal avaliação cuidadosa e discernimento serão exercidos por nós no julgamento de anjos e do mundo no dia do juízo final.

Isso é semelhante ao ensino de Apocalipse 20, em que João diz que viu tronos, e “nestes sentaram-se *aqueles aos quais foi dada autoridade de julgar*” (Ap 20.4). Embora o texto não explicita a identidade daqueles que se sentaram nos tronos, o fato de que eles são mencionados no plural indica que Cristo não reserva somente para si todos os aspectos do processo de julgamento. De fato, Jesus diz aos seus doze discípulos que eles se assentarão “em doze tronos para julgar as doze tribos de Israel” (Mt 19.28; compare Lc 22.30). Isso se harmoniza com o fato de que, ao longo da história da redenção, de tempos em tempos Deus tem dado o direito de exercer juízo a autoridades humanas, como por exemplo Moisés e os anciãos que o ajudavam, os juízes de Israel a quem Deus levantava durante o período dos juízes, os reis sábios como Davi e Salomão, o governo civil de muitas nações (veja Rm 13.1–7; 1Pe 2. 13–14), ou aqueles que têm autoridade para administrar e governar a igreja e supervisionar a aplicação da disciplina na igreja.

D. A NECESSIDADE DO JUÍZO FINAL

Já que ao morrer os crentes passam imediatamente para a presença de Deus, e os incrédulos para o estado em que são separados de Deus e submetidos ao castigo, podemos perguntar por que Deus estabeleceu um momento de juízo final. Berkhof observa de maneira sábia que o juízo final não tem o propósito de permitir que Deus descubra a condição de nosso coração ou o padrão de conduta de nossa vida, pois ele já os conhece nos mínimos detalhes. Berkhof diz antes sobre o juízo final:

Seu propósito é, antes, expor diante de todas as criaturas racionais a glória declarativa de Deus num ato formal e forense que engrandecerá, por um lado, a Sua santidade e justiça, e, por outro lado, a Sua graça e misericórdia. Além disso, devemos ter em mente que o juízo do último dia será diferente, em mais de um aspecto, daquele que ocorre na morte de cada indivíduo. Não será secreto, mas público; não dirá respeito somente à alma, mas também ao corpo; não se referirá apenas a um único indivíduo, mas sim a todos os homens.

E. A JUSTIÇA DE DEUS NO JUÍZO FINAL

As Escrituras afirmam de modo claro que Deus será inteiramente justo e ninguém será capaz de reclamar contra ele naquele dia. Deus é “aquele que, sem acepção de pessoas, julga segundo as obras de cada um” (1Pe 1.17), e para ele “não há acepção de pessoas” (Rm 2.11; compare Cl 3.25). Por essa razão, no último dia “toda boca” se calará e todo o mundo será “culpável perante Deus” (Rm 3.19), sem que ninguém seja capaz de reclamar que Deus o tratou de maneira injusta. De fato, uma das grandes bênçãos do juízo final será o fato de que os santos e os anjos verão a justiça de Deus absolutamente pura demonstrada em milhões de vidas, e isso será fonte de louvor a ele por toda a eternidade. No momento do julgamento da perversa Babilônia, haverá grande louvor no céu, pois João diz: “Depois destas coisas, ouvi no céu uma como grande voz de numerosa multidão, dizendo: *Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus, porquanto verdadeiros e justos são os seus juízos*” (Ap 19.1–2).

F. APLICAÇÃO MORAL DO JUÍZO FINAL

A doutrina do juízo final exerce várias influências morais positivas sobre nossa vida.

1. A doutrina do juízo final satisfaz nosso senso interior de necessidade de justiça no mundo. O fato de que haverá um juízo final assegura-nos que em última análise o universo de Deus é *justo*, pois Deus está no controle, mantém registros precisos e administra julgamento justo. Quando Paulo diz a escravos que sejam submissos aos seus senhores, assegura-lhes: “... pois aquele que faz injustiça receberá em troca a injustiça feita; e nisto não há acepção de pessoas” (Cl 3.25). Quando a descrição de um juízo final menciona o fato de que “se abriam livros” (Ap 20.12; compare Mt 3.16), lembra-nos (não importa se os livros são literais ou simbólicos) de que Deus mantém um registro permanente e exato de todas as nossas ações, e por fim todas as contas serão acertadas e tudo ficará ajustado.

2. A doutrina do juízo final capacita-nos a perdoar aos outros livremente. Percebemos que não cabe a nós vingar-nos dos que nos ofenderam, ou mesmo desejar fazê-lo, porque Deus reservou esse direito para si mesmo. “Não vos vingueis a vós mesmos, amados, mas dai lugar à ira; porque está escrito: *A mim me pertence a vingança; eu é que retribuirei, diz o Senhor*” (Rm 12.19). Dessa maneira, sempre que formos ofendidos, podemos entregar nas mãos de Deus qualquer desejo de causar dano ou de pagar com a mesma moeda à pessoa que nos ofendeu, sabendo que toda ofensa no universo terá retribuição no final — ou ela acabará sendo considerada paga por Cristo quando ele morreu na cruz (se o ofensor tornar-se cristão) ou será paga no juízo final (no caso daqueles que não aceitarem Cristo). Mas em qualquer caso podemos entregar o problema nas mãos de Deus e orar para que o ofensor venha a aceitar Cristo e desse modo receber o perdão de seus pecados. Esse pensamento deve-nos guardar de abrigar amargura ou ressentimento em nosso coração por causa de injustiças que tenhamos sofrido e que ainda não tenham sido corrigidas: Deus é justo, e podemos deixar esses problemas em suas mãos, sabendo que algum dia ele corrigirá todas as injustiças e dará recompensas e castigos absolutamente justos. Dessa maneira seguimos o exemplo de Cristo, que “quando ultrajado, não revidava com ultraje; quando maltratado, não fazia ameaças, mas *entregava-se àquele que julga retamente*” (1Pe 2.22–23). Ele orou também: “Pai, perdoa-lhes, porque não sabem o que fazem” (Lc 23.34; compare At 7.60, em que Estêvão seguiu o exemplo de Jesus ao orar por aqueles que o mataram).

3. A doutrina do juízo final constitui motivo para uma vida justa. Para os cristãos, o juízo final é um incentivo para fidelidade e boas obras, não como meio de conseguir o perdão dos pecados, mas como meio de alcançar maior galardão eterno. Este é um motivo saudável e bom para nós — Jesus nos diz: “ajuntai para vós outros tesouros no céu” (Mt 6.20) — embora isso vá contra o pensamento popular de nossa cultura secular, cultura que não acredita realmente no céu nem em recompensas eternas.

Para os incrédulos, a doutrina do juízo final ainda provê alguma restrição moral para sua vida. Se numa sociedade houver um conhecimento geral bem difundido de que algum dia todos prestarão contas de sua vida ao Criador do universo, algum “temor a Deus” caracterizará a vida de muitas pessoas. Em contraste com isso, aqueles que não têm nenhuma consciência profunda do juízo final entregam-se cada vez mais ao mal, demonstrando que “*não há temor de Deus* diante de seus olhos” (Rm 3.18). Os que negam o juízo final, Pedro diz, serão “escarnecedores” que “nos últimos dias, virão [...] com os seus escárnios, *andando segundo as próprias paixões* e dizendo: Onde está a promessa da sua vinda?” (2Pe 3.3–4). Ele declara também que os malfeitores que “estranham” que os cristãos não “concorram com eles ao mesmo excesso de devassidão” e os difamam, “hão de prestar contas àquele que é competente para julgar vivos e mortos” (1Pe 4.4–5). Uma consciência do juízo final é ao mesmo tempo um conforto aos crentes e uma advertência aos incrédulos para que não continuem em seus maus caminhos.

4. A doutrina do juízo final constitui grande motivação para a evangelização. As decisões tomadas por pessoas nesta vida afetarão seu destino por toda a eternidade, e é justo que nosso coração sinta e nossa boca ecoe a emoção com que de Deus lança o apelo por intermédio de Ezequiel: “*Convertei-vos, convertei-vos dos vossos maus caminhos; pois*

por que haveis de morrer, ó casa de Israel?” (Ez 33.11). Na verdade, Pedro indica que a demora na volta do Senhor deve-se ao fato de que Deus está sendo paciente conosco, “não querendo que nenhum pereça, senão que todos cheguem ao arrependimento” (2Pe 3.9).

G. O INFERNO

É apropriado discutir a doutrina do inferno juntamente com a doutrina do juízo final. Podemos definir o inferno como segue: *O inferno é lugar de castigo eterno e consciente para o ímpio.* As Escrituras ensinam em várias passagens que existe tal lugar. No final da parábola dos talentos, o senhor diz: “E o servo inútil, lançai-o para fora, nas trevas. Ali haverá choro e ranger de dentes” (Mt 25.30). Esta é uma das várias indicações de que haverá consciência do castigo após o juízo final. De modo semelhante, o rei dirá a alguns no julgamento: “Apartai-vos de mim, malditos, para o *fogo eterno*, preparado para o diabo e seus anjos” (Mt 25.41), e Jesus diz que essas pessoas assim condenadas irão “para o *castigo eterno*, porém os justos, para a vida eterna” (Mt 25.46). Nesse texto, o paralelo entre “vida eterna” e “castigo eterno” indica que ambos os estados não terão fim.⁹

Jesus refere-se ao inferno como “o fogo inextinguível” (Mc 9.43) e diz que o inferno é um lugar “onde não lhes morre o verme, nem o fogo se apaga” (Mc 9.48). A história do rico e Lázaro também indica uma consciência horrível de castigo:

Morreu também o rico e foi sepultado. No inferno, estando em tormentos, levantou os olhos e viu ao longe a Abraão e Lázaro no seu seio. Então, clamando, disse: Pai Abraão, tem misericórdia de mim! E manda a Lázaro que molhe em água a ponta do dedo e me refresque a língua, porque estou atormentado nesta chama (Lc 16.22–24).

Ele então pede a Abraão que envie Lázaro à casa de seu pai, dizendo: “... porque tenho cinco irmãos; para que lhes dê testemunho, a fim de não virem também para *este lugar de tormento*” (Lc 16.28).

Quando nos voltamos para Apocalipse, as descrições desse castigo eterno também são bem explícitas:

Se alguém adora a besta e a sua imagem e recebe a sua marca na fronte ou sobre a mão, também esse beberá do vinho da cólera de Deus, preparado, sem mistura, do cálice da sua ira, e será atormentado com fogo e enxofre, diante dos santos anjos e na presença do Cordeiro. *A fumaça do seu tormento sobe pelos séculos dos séculos, e não têm descanso algum, nem de dia nem de noite, os adoradores da besta e da sua imagem e quem quer que receba a marca do seu nome* (Ap 14.9–11).

Essa passagem afirma de modo claro a idéia de castigo eterno e consciente dos incrédulos.

Com respeito ao julgamento sobre a cidade iníqua de Babilônia, uma grande multidão no céu clama: “Aleluia! *E a sua fumaça sobe pelos séculos dos séculos*” (Ap 19.3). Depois que a rebelião final de Satanás é esmagada, lemos: “O diabo, o sedutor deles, foi lançado para dentro do lago de fogo e enxofre, onde já se encontram não só a besta como também o falso profeta; *e serão atormentados de dia e de noite, pelos séculos dos séculos*” (Ap 20.10). Essa passagem é significativa também em associação com Mateus 25.41, em que os

incrédulos são enviados “para o fogo eterno, preparado para o diabo e seus anjos”. Esses versículos devem fazer-nos perceber a imensidão do mal que há no pecado e na rebelião contra Deus, e a magnitude da santidade e da justiça de Deus que trazem à tona esse tipo de julgamento.

A idéia de que haverá castigo *eterno* e consciente dos incrédulos tem sido negada recentemente até mesmo por alguns teólogos evangélicos. Antes disso, já tinha sido negada pela Igreja Adventista do Sétimo Dia e por vários indivíduos ao longo da história da igreja. Com frequência aqueles que negam o castigo eterno e consciente defendem o “*aniquilacionismo*”, um ensino segundo o qual, depois que os ímpios tiverem sofrido a pena imposta pela ira de Deus por um tempo, Deus irá “aniquilá-los” de modo que não mais existirão. Muitos dos que acreditam no aniquilacionismo também defendem a realidade do juízo final e do castigo para o pecado, mas alegam que depois de os pecadores sofrerem por certo período a ira de Deus contra seus pecados, deixarão por completo de existir. O castigo será, portanto, “consciente”, mas não “eterno”.

Os argumentos apresentados a favor do aniquilacionismo são: (1) as referências bíblicas à *destruição* dos ímpios, que, segundo alguns, implicam que eles não existirão mais depois de serem destruídos (Fp 3.19, BLH; 1Ts 5.3; 2Ts 1.9; 2Pe 3.7; et al.); (2) a aparente incoerência do castigo eterno e consciente com o *amor de Deus*; (3) a aparente injustiça envolvida na *desproporção* entre pecados cometidos no tempo e o castigo que é eterno; e (4) o fato de que a *presença contínua de criaturas más no universo de Deus* prejudicará eternamente a perfeição de um universo criado para refletir a glória divina.

Em resposta, deve-se observar que as passagens que falam de *destruição* (tais como Fp 3.19, BLH; 1Ts 5.3; 2Ts 1.9; e 2Pe 3.7) não implicam necessariamente a cessação da existência, pois os termos traduzidos por “destruição” nesses textos nem sempre significam o ato de deixar de existir ou alguma espécie de aniquilação e podem ser apenas maneiras de se referir a efeitos nocivos e destrutivos do juízo final sobre os incrédulos.

Com respeito ao argumento baseado no amor de Deus, a mesma dificuldade em harmonizar o seu amor com o seu castigo eterno parece estar presente na harmonização do amor de Deus com qualquer idéia de castigo divino; e, no sentido inverso, se (como as Escrituras testemunham de modo abundante) Deus é coerente ao punir os ímpios durante certo tempo após o juízo final, então não parece haver nenhuma razão necessária pela qual Deus seria incoerente ao infligir o mesmo castigo por um período interminável.

Esse tipo de raciocínio pode levar algumas pessoas a adotar outra espécie de aniquilacionismo, em que não há nenhum castigo consciente, nem mesmo por um breve tempo, e a única punição é que os incrédulos deixam de existir depois de morrer. Mas em resposta pode-se indagar se esse tipo de aniquilação imediata pode realmente ser chamado castigo, uma vez que não haveria nenhuma consciência de dor. Na realidade, a garantia da cessação de existência pareceria a muitas pessoas, em especial para aqueles que estão em sofrimento e dificuldade nesta vida, uma alternativa desejável em vários aspectos. E se não há nenhum castigo para os incrédulos, mesmo pessoas como Hitler e Stalin não teriam nada vindo contra elas, e não haveria justiça final no universo. Por conseguinte, as pessoas teriam grande incentivo para serem tão más quanto possível nesta vida.

O argumento de que o castigo *eterno* é injusto (porque há uma desproporção entre pecado temporário e punição eterna) pressupõe de modo errado que nós sabemos a

extensão do mal praticado quando os pecadores se rebelam contra Deus. David Kingdom observa que “o pecado contra o Criador é hediondo num grau absolutamente maior do que pode conceber a nossa imaginação [capacidade] deformada pelo pecado [...] Quem cometeria a temeridade de sugerir a Deus como o castigo [...] deve ser?” Ele responde também a essa objeção dando a entender que os incrédulos no inferno poderão continuar pecando e recebendo castigo por seu pecado, mas nunca se arrependendo, e observa que Apocalipse 22.11 aponta nessa direção: “Continue o injusto fazendo injustiça, continue o imundo ainda sendo imundo”.

Ademais, pode-se aduzir neste ponto um argumento baseado na justiça de Deus contra o aniquilacionismo. O curto período de castigo imaginado pelos aniquilacionistas *paga* de fato todo o pecado do incrédulo e satisfaz a justiça de Deus? Se não, então a justiça de Deus não foi satisfeita, e o incrédulo não deve ser aniquilado. Mas se a resposta for afirmativa, então o incrédulo deve receber permissão para entrar no céu e não deve ser aniquilado. Qualquer que seja o caso, o aniquilacionismo não é necessário nem correto.

Com relação ao quarto argumento, enquanto o mal *que permanece sem punição* deprecia a glória de Deus no universo, devemos notar também que quando Deus *pune* o mal e *triumfa* sobre ele, a glória de sua justiça, retidão e poder para triunfar sobre toda a oposição será vista (veja Rm 9.17, 22–24). A profundidade das riquezas da misericórdia de Deus também será revelada, pois todos os pecadores redimidos reconhecerão que eles também merecem tal castigo da parte de Deus e escaparam disso unicamente pela graça de Deus por intermédio de Jesus Cristo (cf. Rm 9.23–24).

Contudo, depois de dizer tudo isso, temos de admitir que a solução definitiva das profundezas dessa questão ultrapassa nossa capacidade de entender e permanece oculta nos conselhos de Deus. Não fosse pelas passagens das Escrituras citadas acima que afirmam de modo tão claro o castigo eterno e consciente, a aniquilação poderia parecer-nos uma opção atraente. Embora a aniquilação possa ser contestada por meio de argumentos teológicos, são em última análise a clareza e a força das próprias passagens que nos convencem de que o aniquilacionismo é incorreto e que as Escrituras de fato ensinam o castigo eterno e consciente dos ímpios.

Que devemos pensar sobre essa doutrina? Para nós é muito difícil – e deve ser difícil mesmo – pensar nessa doutrina hoje. Se nosso coração nunca for tocado pela profunda tristeza ao contemplar essa doutrina, então há séria deficiência em nossa sensibilidade espiritual e emocional. Quando Paulo pensa na perdição de seus compatriotas judeus, diz: “... tenho *grande tristeza e incessante dor* no coração” (Rm 9.2). Isso é coerente com o que Deus diz sobre sua própria tristeza pela morte do ímpio: “Tão certo como eu vivo, diz o SENHOR Deus, *não tenho prazer na morte do perverso*, mas em que o perverso se converta do seu caminho e viva. Convertede-vos, converteí-vos dos vossos maus caminhos; pois por que haveis de morrer, ó casa de Israel?” (Ez 33.11). E a agonia de Jesus é evidente quando ele clama: “Jerusalém, Jerusalém, que matas os profetas e apedrejas os que te foram enviados! Quantas vezes quis eu reunir os teus filhos, como a galinha ajunta os seus pintinhos debaixo das asas, e vós não o quisestes! Eis que a vossa casa vos ficará deserta” (Mt 23.37–38; cf. Lc 19.41–42).

A razão pela qual é tão difícil para nós pensar na doutrina do inferno é que Deus pôs em nosso coração uma porção de seu amor pelas pessoas criadas à sua imagem, o mesmo amor

que tem pelos pecadores que se rebelaram contra ele. Enquanto permanecemos nesta vida, e enquanto vemos e pensamos sobre os outros que precisam ouvir o evangelho e aceitar Cristo para receber a salvação, pensar no castigo eterno deve causar-nos grande sofrimento e angústia de espírito. Contudo, devemos entender também que tudo o que Deus em sua sabedoria ordenou e ensinou nas Escrituras é *certo*. Portanto, devemos nos cuidar para que não venhamos a odiar essa doutrina ou nos rebelar contra ela; antes, devemos procurar, na medida do possível, chegar ao ponto de reconhecer que o castigo eterno é bom e certo, porque em Deus não há nenhuma injustiça.

Pode-nos ser de ajuda perceber que se Deus não executar punição eterna, então, aparentemente, sua justiça não seria satisfeita e sua glória não seria promovida de maneira que ele julga sábia. E talvez nos seja útil também perceber que da perspectiva do mundo por vir há muito maior reconhecimento da necessidade e da justiça do castigo eterno. João ouviu os crentes martirizados clamarem no céu: “Até quando, ó Soberano Senhor, santo e verdadeiro, não julgas, nem vingas o nosso sangue dos que habitam sobre a terra?” (Ap 6.10). Além disso, no momento da destruição final da Babilônia, a grande voz de uma numerosa multidão no céu clama em louvor a Deus, em virtude da retidão do seu julgamento, ao ver por fim a natureza hedionda do mal pelo que ele realmente é:

Aleluia! A salvação, e a glória, e o poder são do nosso Deus, porquanto verdadeiros e justos são os seus juízos, pois julgou a grande meretriz que corrompia a terra com a sua prostituição e das mãos dela vingou o sangue dos seus servos [...] Aleluia! E a sua fumaça sobe pelos séculos dos séculos (Ap 19.1–3).

Assim que isso aconteceu, “os vinte e quatro anciãos e os quatro seres vivos prostraram-se e adoraram a Deus, que se acha sentado no trono, dizendo: Amém! Aleluia!” (Ap 19.4). Não podemos dizer que essa grande multidão de redimidos e os seres vivos no céu têm julgamento moral errado quando louvam a Deus por exercer juízo sobre o mal, pois eles estão todos livres do pecado e seu julgamento moral é agradável a Deus.

Nesta presente era, porém, devemos-nos aproximar de tal celebração da justiça de Deus em castigar o mal só quando meditamos sobre a punição eterna dada a Satanás e seus demônios. Quando pensamos neles, não os amamos instintivamente, embora também sejam criaturas de Deus. Mas agora estão completamente devotados ao mal e fora do alcance da redenção. Logo, não podemos ansiar pela salvação deles do mesmo modo pelo qual ansiamos pela salvação de toda a humanidade. Devemos crer que o castigo eterno é verdadeiro e justo; contudo devemos também desejar que até mesmo aquelas pessoas que perseguem a igreja do modo mais cruel cheguem à fé em Cristo e, dessa forma, escapem da condenação eterna.³

³ Wayne Grudem, [Teologia Sistemática de Wayne Grudem](#), 2.a edição (São Paulo: Edições Vida Nova, 2021), 974–986.

O JUÍZO FINAL

EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

Outro importante concomitante da volta de Cristo é o juízo final, que será de natureza geral. O Senhor voltará justamente com o propósito de julgar os vivos e de consignar a cada indivíduo o seu destino eterno.

A. A Doutrina do Juízo Final na História

Desde os mais primitivos tempos da era cristã, a doutrina de um juízo geral e final esteve ligada à da ressurreição dos mortos. A opinião geral era que os mortos ressuscitariam para serem julgados segundo as obras praticadas enquanto no corpo. Como solene advertência, dava-se ênfase à certeza desse juízo. Esta doutrina já fazia parte do conteúdo da *Confissão Apostólica*: “Donde virá para julgar os vivos e os mortos”. A ideia predominante era que esse juízo seria acompanhado pela destruição do mundo. De modo geral, os primitivos chamados pais da Igreja não especulavam muito acerca da natureza do juízo final, embora Tertuliano constitua uma exceção. Agostinho procurou interpretar algumas das declarações figuradas da Escritura a respeito do juízo. Na Idade Média, os escolásticos discutiram o assunto com maiores minúcias. Eles também acreditavam que a ressurreição dos mortos seria seguida imediatamente pelo juízo geral, e que este marcaria o fim dos tempos para o homem. O juízo será geral no sentido de que todas as criaturas racionais comparecerão nele, e de que trará uma revelação geral dos feitos de cada um, tanto dos bons como dos maus. Cristo será o Juiz, embora outros estejam associados a ele no julgamento; não, porém, como juízes no sentido estrito da palavra. Imediatamente após o juízo, haverá uma conflagração universal. Deixamos de mencionar algumas outras particularidades aqui. Os reformadores compartilhavam essa ideia, em geral, mas pouco ou nada acrescentaram ao conceito predominante. O mesmo conceito se acha em todas as confissões protestantes, as quais afirmam explicitamente que haverá um dia de juízo no fim do mundo, mas não entram em detalhes. Tem sido esse o conceito oficial das igrejas até os dias atuais. Isto não significa que não houve outros conceitos que achassem expressão. Kant inferiu do imperativo categórico a existência de um Juiz supremo que aplicaria a justiça a todos os erros numa vida futura. Schelling, com o seu famoso dito, “A história do mundo é o julgamento do mundo”, evidentemente considerava o juízo apenas como um processo imanente atual. Alguns não estavam inclinados a admitir a constituição moral do universo, não acreditavam que a História se move rumo a uma terminação moral, e, assim, negavam o juízo futuro. A esta ideia foi dada uma formulação filosófica por Von Hartmann. Na Teologia “Liberal” moderna, com sua ênfase ao fato de que Deus é imanente em todos os processos da História, é forte a tendência para considerar o juízo primária, senão exclusivamente, como um processo imanente atual. Diz Beckwith: “Em seu procedimento (de Deus) para com os homens, nada se susta, não há suspensão de nenhum atributo do seu ser. O juízo não é,

pois, mais verdadeiramente futuro do que presente. Na medida em que Deus é o seu autor, é tão constante e perpétuo como a sua ação na vida humana. Pospor o juízo para uma hora pública e futura é ter um falso conceito da justiça, como se esta estivesse dormente ou suspensa, totalmente presa a condições externas. Ao contrário, a esfera da justiça deve ser procurada, não fora, primeiro, mas dentro, na vida interior, no mundo da consciência”. Os dispensacionalistas creem de todo o coração no juízo futuro, mas falam em juízos, no plural. Segundo eles, haverá um juízo na *parousia*, outro na revelação de Cristo, e ainda outro no fim do mundo.

B. Natureza do Juízo Final

O juízo final do qual a Bíblia fala não pode ser considerado como um processo espiritual invisível e infindável, idêntico à providência de Deus na História. Isto não equivale a negar o fato de que há um julgamento providencial de Deus nas vicissitudes de indivíduos e nações, embora nem sempre se reconheçam como tais. A Bíblia nos ensina claramente que, ainda na presente vida, Deus visita o mal com castigos e recompensa o bem com bênçãos, e que estes castigos e recompensas são positivos nalguns casos, mas noutros aparecem como resultados providenciais naturais do mal cometido ou do bem praticado, Dt 9.5; Sl 9.16; 37.28; 59.13; Pv 11.5; 14.11; Is 32.16,17; Lm 5.7. A consciência humana também atesta este fato. Mas também é manifesto na Escritura que os juízos de Deus no presente não são finais. Às vezes o mal prossegue sem a devida punição, e o bem nem sempre é recompensado nesta existência com as bênçãos prometidas. Os ímpios dos dias de Malaquias tiveram a coragem de gritar: “Onde está o Deus do juízo?”, Ml 2.17. A queixa que se ouvia naqueles dias era; “Inútil é servir a Deus; que nos aproveitou termos cuidado em guardar os seus preceitos, e em andar de luto diante do Senhor dos Exércitos? Ora, pois, nós reputamos por felizes os soberbos; também os que cometem impiedade prosperam, sim, eles tentam ao Senhor e escapam”, Ml 3.14,15. Jó e seus amigos lutaram com o problema dos sofrimentos dos justos, e a mesma coisa fez Asafe no Salmo 73. A Bíblia nos ensina a ter os olhos postos no futuro, no juízo final, vendo neste a resposta decisiva de Deus para todas essas interrogações, a solução de todos esses problemas e a remoção de todas as discrepâncias aparentes da era atual, Mt 25.31–46; Jo 5.27–29; At 25.24; Rm 2.5–11; Hb 9.27; 10.27; 2Pe 3.7; Ap 20.11–15. Estas passagens não se referem a um processo, mas, sim a um evento bem definido do fim dos tempos. Ele é descrito como acompanhado por outros eventos históricos, tais como a vinda de Jesus Cristo, a ressurreição dos mortos e a renovação de céus e terra.

C. Conceitos Errôneos a Respeito do Juízo

1. JUÍZO PURAMENTE METAFÓRICO. De acordo com Schleiermacher e muitos outros eruditos alemães, as descrições bíblicas do juízo final devem ser entendidas como indicações simbólicas do fato de que o mundo e a Igreja finalmente se separarão. Esta explicação serve para fazer sumir toda a ideia de um julgamento forense quanto à determinação pública do estado final do homem. É uma explicação que certamente não faz

justiça às vigorosas afirmações da Escritura a respeito do juízo final, de que será uma *declaração formal, pública e final*.

2. JUÍZO EXCLUSIVAMENTE IMANENTE. A máxima de Schelling, de que “a história do mundo é o julgamento do mundo”, sem dúvida contém um elemento de verdade. Como acima foi assinalado há manifestações da justiça retributiva de Deus na história das nações e dos indivíduos. As recompensas e os castigos podem ser de caráter positivo, ou podem ser o resultado do bem ou do mal praticado. Mas quando muitos eruditos “liberais” afirmam que o julgamento divino é totalmente imanente e é inteiramente determinado pela ordem moral do mundo, certamente não fazem justiça às apresentações da Escritura. A ideia que eles têm do juízo como “agindo por si mesmo” faz de Deus um ser ocioso, que apenas vê e aprova a distribuição de recompensas e castigos. Destrói completamente a ideia do juízo como um evento externo e visível a ocorrer nalgum tempo definido do futuro. Além disso, esse conceito não pode satisfazer os anseios do coração humano pela justiça perfeita. Os juízos históricos são sempre e somente parciais, e às vezes dão aos homens a impressão de serem disfarces da justiça. Sempre houve e ainda há ocasião para a perplexidade de Jó e de Asafe.

3. O JUÍZO NÃO SERÁ UM SÓ EVENTO. Os premilenistas dos nossos dias falam de três diferentes juízos futuros. Eles distinguem: (a) Um juízo para os santos ressurretos e para os santos vivos, quando da *parousia* ou da vinda do Senhor, para vindicação pública dos santos, para dar recompensa a cada um segundo as suas obras e para determinar os seus respectivos lugares no reino milenar vindouro. (b) Um juízo por ocasião da revelação de Cristo (no dia do Senhor), imediatamente após a grande tribulação, no qual, conforme o conceito predominante, as nações gentílicas serão julgadas como nações, de acordo com a atitude que elas assumiram para com o evangelizante remanescente de Israel (os irmãos menores do Senhor). A entrada dessas nações no reino dependerá do resultado do julgamento. Este é o juízo mencionado em Mt 25.31–46 e estará separado do anterior por um período de sete anos. (c) Um julgamento dos ímpios mortos, perante o grande trono branco descrito em Ap 20.11–15. Os mortos serão julgados segundo as suas obras, e estas determinarão o grau da punição que eles receberão. Este juízo ocorrerá mais de mil anos depois do juízo das nações.

Devemos notar, porém, que a Bíblia sempre fala do juízo futuro com um só evento. Ela nos ensina a aguardar, não dias, mas o dia do juízo, Jo 5.28,29; At 17.31; 2Pe 3.7, também chamado “aquele dia”, Mt 7.22; 2Tm 4.8, e “o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus”, Rm 2.5. Os premilenistas sentem a força deste argumento, pois replicam que esse pode ser um dia de mil anos. Além disso, há passagens da Escritura que evidenciam abundantemente que os justos e os ímpios comparecerão juntos no juízo para uma separação final, Mt 7.22,23; 25.31–46; Rm 2.5–7; Ap 11.18; 20.11–15. Ademais, deve-se notar que o julgamento dos ímpios é descrito como um concomitante da *parousia* e também da revelação, 2Ts 1.7–10; 2Pe 3.4–7. E, finalmente, deve-se ter em mente que Deus não julga as nações como nações quando estão em jogo questões eternas, mas somente indivíduos; e que uma separação final dos justos e dos ímpios não tem a menor possibilidade de ser feita antes do fim do mundo. É difícil ver como alguém pode fazer uma interpretação tolerável e coerente de Mt 25.31–46, a não ser partindo do pressuposto de que o juízo a que o texto se refere é o juízo universal de todos os homens, e de que estes

serão julgados, não como nações, mas como indivíduos. Até Meyer e Alford, eles próprios premilenistas, consideram que esta é a única explanação sustentável.

4. O JUÍZO FINAL É DESNECESSÁRIO. Alguns consideram inteiramente desnecessário o juízo final, porque o destino de cada ser humano é determinado na hora da sua morte. Se um homem dormir firmado em Jesus, estará salvo; se morrer em seus pecados, estará perdido. Desde que a questão está resolvida, não é necessário fazer-se mais um inquérito judicial, e, portanto, um juízo final é completamente supérfluo. Mas a certeza do juízo futuro não depende da nossa concepção de sua necessidade. Deus nos ensina claramente em sua palavra que haverá um juízo final, e isto põe fim à questão para todos os que reconhecem a Bíblia como o padrão final da fé. Além disso, o pressuposto subjacente, do qual procede o argumento, a saber, que o juízo final tem o propósito de definir qual seria o estado futuro do homem, é inteiramente errôneo. Seu propósito é, antes, expor diante de todas as criaturas racionais a glória declarativa de Deus num ato formal e forense que, por um lado, engrandecerá a sua santidade e justiça, e, por outro lado, engrandecerá a sua graça e misericórdia. Ademais, devemos ter em mente que o juízo do último dia será diferente daquele que ocorre na morte de cada indivíduo em mais de um aspecto. Não será secreto, mas público; não terá referência a um só indivíduo, mas a todos os homens.

D. O Juiz e os seus Assistentes

Naturalmente, o juízo final, como todas as *opera ad extra* (obras externas) de Deus, é obra realizada pelo trino Deus, mas a Escritura a atribui particularmente a Cristo. Cristo, em sua capacidade mediatória, será o futuro Juiz, Mt 25.31,32; Jo 5.27; At 10.42; 17.31; Fp 2.10; 2Tm 4.1. Passagens como Mt 28.18; Jo 5.27; Fp 2.9, 10, tornam mais que evidente que a honra de julgar os vivos e os mortos foi conferida a Cristo como Mediador como recompensa por sua obra expiatória e como parte de sua exaltação. Esta pode ser considerada como uma das honras culminantes da sua realeza. Também em sua capacidade de Juiz, Cristo está salvando o seu povo de forma suprema: Completará a redenção deles, justificá-los-á publicamente, e removerá as últimas consequências do pecado. De passagens como Mt 13.41,42; 24.31; 25.31, pode-se inferir que os anjos o assistirão nesta grande obra. Evidentemente, os santos, nalgum sentido, vão assentar-se e julgar com Cristo, Sl 149.5–9; 1Co 6.2, 3; Ap 20.4. É difícil dizer o que isto envolve. Tem-se interpretado no sentido de que por sua fé os santos condenarão o mundo, assim como os ninivitas teriam condenado as cidades incrédulas dos dias de Jesus. Ou que eles meramente estarão presentes ao julgamento presidido por Cristo. Mas o argumento de Paulo em 1Co 6.2,3 parece exigir mais do que isso, pois nenhuma das duas interpretações sugeridas provaria que os coríntios eram capazes de julgar as questões surgidas na Igreja. Embora não se possa esperar que os santos conheçam todos os que haverão de comparecer no juízo e dis-tribuem as penas impostas, todavia, terão alguma parte ativa no juízo de Cristo, embora seja impossível dizer precisamente o que será isso.

E. As Partes que Serão Julgadas

A Escritura contém claras indicações de pelo menos duas partes serão julgadas. É mais evidente que os anjos decaídos comparecerão perante o tribunal de Deus, Mt 8.29; 1Co 6.3; 2Pe 2.4; Jd 6. Satanás e seus demônios verão sua ruína final no dia do juízo. Também se vê com toda a clareza que todos os indivíduos da raça humana terão que comparecer às barras da justiça, Sl 50.4–6; Ec 12.14; Mt 12.36,37; 25.32; Rm 14.10; 2Co 5.10; Ap 20.12. Estas passagens certamente não dão lugar ao conceito dos pelagianos e dos que seguem sua esteira, de que o juízo final se limitará aos que gozam os privilégios do Evangelho. Tampouco favorecem a ideia daqueles sectários que afirmam que os justos não serão chamados a juízo. Quando Jesus diz, em Jo 5.24, “Em verdade, em verdade vos digo: Quem ouve a minha palavra e crê naquele que me enviou, tem a vida eterna, não entra em juízo, mas passou da morte para a vida”, claramente quer dizer, como se vê do contexto, que o crente não entrará em juízo *condenatório*. Às vezes, porém, se objeta que os pecados dos crentes, pecados perdoados, certamente não serão trazidos a público naquele dia; mas a Escritura nos leva à certeza de que o serão, embora, naturalmente, sejam revelados como pecados *perdoados*. Os homens serão julgados por “toda palavra frívola”, Mt 12.36, e pelos “segredos dos homens”, Rm 2.16; 1Co 4.5, e não há a mínima indicação de que isto se restringirá aos ímpios. Além disso, passagens como Mt 13.30, 40–43, 49; 25.14–23,34–40,46 evidenciam que os justos comparecerão ao tribunal de Cristo. Mais difícil é decidir se os anjos bons serão submetidos ao juízo final em algum sentido. O Dr. Bavinck mostra-se inclinado a inferir de 1Co 6.3 que serão; mas esta passagem não prova o ponto. Poderia fazê-lo se a palavra *angelous* fosse precedida pelo artigo, o que não acontece. Lemos simplesmente: “Não sabeis que havemos de julgar os próprios anjo...?” (no original grego, sem artigo). Dada a incerteza ligada a esta questão, é melhor silenciar a respeito. Mais ainda quando nos lembramos de que os anjos só são apresentados como ministros de Cristo em conexão com a obra de julgamento, Mt 13.30,41; 25.31; 2Ts 1.7,8.

F. A Ocasão do Juízo

Conquanto não se possa determinar em termos absolutos, a ocasião do juízo futuro pode ser fixada relativamente, isto é, com relação a outros eventos escatológicos. É evidente que será no fim do presente mundo, pois será um julgamento sobre toda a vida de todos os homens, Mt 13.40–43; 2Pe 3.7. Além disso, será concomitante com a vinda (*parousia*) de Jesus Cristo, Mt 25.19–46; 2Ts 1.7–10; 2Pe 3.9,10, e se seguirá imediatamente à ressurreição dos mortos, Dn 12.2; Jo 5.28,29; Ap 20.12,13. A questão sobre se o juízo precederá imediatamente a renovação de céus e terra, ou se será coincidente com ela, ou se será imediatamente após, não pode ser resolvida conclusivamente com base na Escritura. Ap 20.11 parece indicar que a transformação do universo se dará ao iniciar-se o juízo; 2Pe 3.7, que ambos ocorrerão sincronicamente; e Ap 21.1, que a renovação dos céus e da terra será em seguida ao juízo. Só podemos falar deles, de maneira geral, como concomitantes. É igualmente impossível determinar a exata duração do juízo: A Escritura fala em “o dia do juízo”, Mt 11.22; 12.36, “aquele dia”, Mt 7.22; 2Ts 1.10; 2Tm 1.12, e “o dia da ira”, Rm 2.5; Ap 11.8. Não precisamos inferir destas passagens e doutras semelhantes

que será precisamente um dia de 24 horas, dado que a palavra “dia” também é empregada num sentido mais indefinido na Escritura. Por outro lado, porém, a interpretação feita por alguns premilenistas, de que se trata de um designativo de todo o período milenar, não pode ser considerada plausível. Quando a palavra “dia” é empregada para denotar um período, denota em geral um período totalmente caracterizado por alguma peculiaridade extraordinária, normalmente indicada pelo genitivo que acompanha a palavra. Assim, “o dia da aflição” é o período totalmente caracterizado por aflições, e “o dia da salvação” é o período em sua inteireza notório por sua proeminente manifestação do favor ou graça de Deus. E certamente não se pode dizer que o período milenar dos premilenistas, embora acabando num juízo, é totalmente um período de julgamento. É, antes, um período de alegria, retidão e paz. A característica proeminente desse período, certamente não é de julgamento.

G. O Padrão do Juízo

O padrão pelo qual os santos e os pecadores serão julgados, evidentemente será a vontade revelada de Deus. Esta não é a mesma para todos. Alguns têm sido mais privilegiados que outros, e isto naturalmente aumenta a sua responsabilidade, Mt 11.21–24; Rm 2.12–16. Isto não significa que haverá diferentes condições de salvação para diferentes classes de gente. Para todos os que comparecerão ao juízo, a entrada no céu, ou a exclusão dele, dependerá da questão se estão revestidos da justiça de Jesus Cristo. Mas haverá diferentes graus, tanto de ventura no céu como de castigo no inferno. E esses graus serão determinados pelo que é feito enquanto na carne, Mt 11.22,24; Lc 12.47,48; 20.47; Dn 12.3; 2Co 9.6. Os gentios serão julgados segundo a lei da natureza, escrita nos seus corações, os israelitas da antiga dispensação segundo a revelação do Antigo Testamento, e somente segundo esta, e os que gozaram a luz do Evangelho, além da luz da natureza e da revelação do Antigo Testamento, serão julgados de conformidade com a maior luz que receberam. Deus dará a cada um o que lhe é devido.

H. As Diferentes Partes do Juízo

Aqui devemos distinguir:

1. A COGNITIO CAUSAE (O CONHECIMENTO DA CAUSA). Deus tomará conhecimento do estado de coisas, da vida passada completa do homem, incluindo-se até os pensamentos e os intentos secretos do coração. Isso é descrito simbolicamente na Escritura como a abertura dos livros, Dn 7.10; Ap 20.12. Os fiéis dos dias de Malaquias falavam de um memorial escrito diante do Senhor, Ml 3.16. É uma descrição figurada acrescentada para completar a ideia do juízo. Geralmente o juiz tem o livro da lei e o registro daqueles que compareceram perante ele. Com toda a probabilidade, a figura neste caso se refere simplesmente à onisciência de Deus. Alguns falam do livro da Palavra de Deus como do livro dos estatutos, e do memorial como o livro da predestinação, o registro privado de Deus. Mas é muito duvidoso que devam particularizar os pontos dessa maneira.

2. A *SENTENTIAE PROMULGATIO* (A PROMULGAÇÃO DA SENTENÇA). Haverá promulgação da sentença. O dia do juízo é o dia da ira e da revelação do justo juízo de Deus, Rm 2.5. Tudo terá que ser revelado ante o tribunal do Juiz supremo, 2Co 5.10. O senso de justiça exige isto. A sentença pronunciada sobre cada pessoa não será secreta, não será conhecida apenas pela pessoa, mas será proclamada publicamente, de maneira que pelo menos aqueles que de algum modo estão envolvidos a conhecerão. Assim, a justiça e a graça de Deus refulgirão em todo o seu esplendor.

3. A *SENTENTIAE EXECUTIO* (A EXECUÇÃO DA SENTENÇA). A sentença dos justos comunicará bem-aventurança eterna, e a dos ímpios, miséria eterna. O Juiz dividirá a humanidade em duas partes, como o pastor separa dos cabritos as ovelhas, Mt 25.32 e seguintes. Em vista do que se dirá sobre o seu estado final no próximo capítulo, não é preciso acrescentar nada mais aqui.

O ESTADO FINAL

EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

O juízo final determinará o estado final dos que comparecerão perante o tribunal, e a esse estado os levará.

A. O Estado Final dos Ímpios

Há especialmente três pontos que requerem consideração aqui:

1. O LUGAR PARA O QUAL OS ÍMPIOS SERÃO ENVIADOS. Na teologia dos dias atuais há uma evidente tendência, nalguns círculos, de eliminar a ideia de punição eterna. Os extintionistas, que ainda estão representados em seitas como o Adventismo e a “aurora do milênio”, e os defensores da imortalidade condicional, negam a existência perpétua dos ímpios e, com isso, tornam desnecessário um lugar de punição eterna. Na Teologia “Liberal” moderna, a palavra “inferno” é geralmente considerada como um designativo figurado de uma condição puramente subjetiva, na qual os homens podem achar-se mesmo enquanto na terra, e a qual pode tornar-se permanente no futuro.

Mas essas interpretações certamente não fazem justiça aos dados da Escritura. Não pode haver dúvida razoável quanto ao fato de que a Bíblia ensina a existência permanente dos ímpios, Mt 24.5; 25.30, 46; Lc 16.19–31. Além disso, em conexão com o tema do “inferno”, a Bíblia emprega expressões indicativas de lugar o tempo todo. Ela dá ao lugar de tormento o nome de *geena*, nome derivado do hebraico *ge* (terra, ou vale) e *hinnom* ou *beneu hinnom*, isto é, *Hinnom* ou filhos de *Hinnom*. Este nome foi aplicado originariamente a um vale sito a sudoeste de Jerusalém. Era o lugar em que os ímpios idólatras sacrificavam seus filhos a Moloque, fazendo-os passar pelo fogo. Daí era considerado impuro e, em tempos mais recentes, era denominado “vale de *tophet*” (escarro), como uma região completamente desprezada. Fogueiras ardiam ali constantemente, para consumir o lixo de Jerusalém. Como resultado, veio a ser um símbolo do lugar de tormento eterno. Mt 18.9 fala de *tem geenan tou pyros*, a *geena* de fogo, e esta expressão forte é empregada como um sinônimo de *to pur to aionion*, o fogo eterno, que aparece no versículo anterior. A Bíblia fala também de uma “fornalha acesa”, Mt 13.42, e de um “lago de fogo” (ou “do fogo”), Ap 20.14,15, que se contrasta com o “mar de vidro, semelhante ao cristal”, Ap 4.6. Os termos “prisão”, 1Pe 3.19, “abismo”, Lc 8.31 e “tártaro”, 2Pe 2.4 (margem), também são empregados. A Escritura se refere aos excluídos do céu dizendo que estão fora (nas trevas exteriores) e que são lançados no inferno. A descrição registrada em Lc 16.19–31 é, por certo, inteiramente descritiva de lugar.

2. O ESTADO NO QUAL CONTINUARÃO SUA EXISTÊNCIA. É impossível determinar precisamente o que constituirá a punição eterna dos ímpios, e nos convém falar mui cautelosamente sobre o assunto. Positivamente se pode dizer que consistirá em (a) ausência total do favor de Deus; (b) uma interminável perturbação da vida, resultante do domínio completo do pecado; (c) dores e sofrimentos positivos no corpo e na alma; e (d) castigos subjetivos, como agonias da consciência, angústia, desespero, choro e ranger de dentes, Mt 8.12; 13.50; Mc 9.43,44,47,48; Lc 16.23,28; Ap 14.10; 21.8. Evidentemente,

haverá graus na punição dos ímpios. Isto se deduz de passagens como Mt 11.22,24; Lc 12.47,48; 20.17. Sua punição será proporcional ao seu pecado contra a luz que receberam. Mas, não obstante, será punição eterna para todos eles. Esta verdade é exposta claramente na Escritura, Mt 18.8; 2Ts 1.9; Ap 14.11; 20.10. Alguns negam que haverá fogo literal, porque este não poderia afetar espíritos como Satanás e seus demônios. Mas, como podemos sabê-lo? Nosso corpo certamente age em nossa alma de algum modo misterioso. Haverá alguma punição positiva correspondente aos nossos corpos. É indubitavelmente certo, porém, que uma grande parte da linguagem referente ao céu e ao inferno deve ser entendida figuradamente.

3. DURAÇÃO DA SUA PUNIÇÃO. Contudo, a questão da eternidade da punição futura merece consideração mais especial, por ser frequentemente negada. Dizem que as palavras empregadas na Escritura para “sempiterno” e “eterno” podem denotar simplesmente uma “era” ou uma “dispensação”, ou algum outro longo período de tempo. Ora, não se pode negar que são empregadas desse modo nalgumas passagens, mas isto não prova que sempre tenham este sentido limitado. Não é este o sentido literal desses termos. Sempre que são empregados assim, o são empregados figuradamente, e, nesses casos, o seu uso figurado é geralmente esclarecido pelo contexto. Além disso, há razões positivas para se pensar que essas palavras não têm aquele sentido limitado nas passagens a que nos referimos. (a) Em Mt 25.46 a mesma palavra descreve a duração, tanto da bem-aventurança dos santos como da penalidade dos ímpios. Se esta não for, propriamente falando, interminável, tampouco o será aquela; e, todavia, muitos dos que duvidam da punição eterna, não duvidam da felicidade eterna. (b) São empregadas outras expressões que não podem ser postas de lado pela consideração mencionada acima. O fogo do inferno é chamado “fogo inextinguível”, Mc 9.43; e dos ímpios se diz que “não lhes morre o verme”, Mc 9.48. Além disso, o abismo que separará santos e pecadores no futuro é descrito como fixo e intransponível, Lc 16.26.

B. O Estado Final dos Justos

1. A NOVA CRIAÇÃO. O estado final dos crentes será precedido pelo passamento do presente mundo e pelo surgimento de uma nova criação. Mt 19.28 fala da “regeneração” e At 3.21, da “restauração de todas as coisas”. Em Hb 12.27 lemos: “Ora, esta palavra: Ainda uma vez por todas, significa a remoção dessas coisas abaladas (céus e terra), como tinham sido feitas, para que as coisas que não são abaladas (o reino de Deus) permaneçam”. Diz Pedro: “Nós, porém, segundo a sua promessa, esperamos novos céus e nova terra, nos quais habita justiça”, 2Pe 3.13 (cf. vers. 12); e João teve uma visão dessa nova criação, Ap 21.1. Somente depois que a nova criação estiver estabelecida é que a nova Jerusalém descerá dos céus, da parte de Deus, o tabernáculo de Deus será montado entre os homens e os justos adentrarão o seu gozo eterno. Muitas vezes é levantada a questão sobre se essa criação será inteiramente nova ou se será uma renovação da presente criação. Os teólogos luteranos apoiam fortemente a primeira posição acima, recorrendo a 2Pe 3.7–13; Ap 20.11 e 21.1, ao passo que os teólogos reformados preferem a segunda ideia, para a qual encontram apoio em Sl 102.26,27 (Hb 1.10–12) e Hb 12.26–28.

2. A HABITAÇÃO ETERNA DOS JUSTOS. Muitos concebem também o céu como uma condição subjetiva, que os homens podem desfrutar no presente e que, seguindo a justiça, naturalmente se tornará permanente no futuro. Mas aqui também se deve dizer que a Escritura apresenta o céu como um lugar. Cristo ascendeu ao céu, o que só pode significar que ele foi de um lugar para outro. O céu é descrito como a casa de nosso Pai, onde há muitas mansões, Jo 14.1, e esta descrição dificilmente seria válida para uma condição. Além disso, diz a Escritura que os crentes estão dentro, enquanto que os incrédulos estão fora, Mt 22.12,13; 25.10–12. A Escritura nos dá motivos para acreditarmos que os justos herdarão, não somente o céu, mas a nova criação inteira, Mt 5.5; Ap 21.1–3.

3. A NATUREZA DA SUA RECOMPENSA. A recompensa dos justos é descrita como vida eterna, isto é, não apenas uma vida sem fim, mas a vida em toda a sua plenitude, sem nenhuma das imperfeições e dos distúrbios da presente vida, Mt 25.46; Rm 2.7. A plenitude dessa vida é desfrutada na comunhão com Deus, o que é realmente a essência da vida eterna, Ap 21.3. Eles verão a Deus em Jesus Cristo face a face, encontrarão plena satisfação nele, alegrar-se-ão nele e O glorificarão. Contudo, não devemos pensar que as alegrias do céu são exclusivamente espirituais. Haverá alguma coisa correspondente ao corpo. Haverá reconhecimento e relações sociais num plano elevado. Também é evidente na Escritura que haverá graus na bem-aventurança do céu, Dn 12.3; 2Co 9.6. Nossas boas obras serão a medida da recompensa que receberemos pela graça, embora elas não a mereçam. Apesar disso, porém, a alegria de cada indivíduo será perfeita e completa.

QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA: 1. Por que o senso moral da humanidade exige um juízo futuro? 2. A quais precursores históricos do juízo final a Escritura se refere? 3. Onde se realizará o juízo final? 4. Que encorajamento há para os crentes no fato de que Cristo será o Juiz? 5. A expressão segundo a qual aquele que crê no Filho “não entrará em condenação” (ou “não entra em juízo”), Jo 5.24, não prova que os crentes não serão julgados? 6. Segundo a Escritura, que obras entrarão em consideração no juízo final? 7. Se todos os crentes herdam a vida eterna, em que sentido a sua recompensa será determinada por suas obras? 8. O propósito do juízo é dar a Deus um melhor conhecimento dos homens? 9. Qual o seu propósito? 10. Os homens se perderão definitivamente só pelo pecado de rejeitar conscientemente a Cristo?

BIBLIOGRAFIA PARA CONSULTA: Bavinck, *Geref. Dogm.* IV. pp. 777–815; Kuyper, *Dict. Dogm.*, *De Consummatione Saeculi*, pp. 280–327; Vos, *Geref. Dogm.*, *Eschatologie*, pp. 32–50; Hodge, *Syst., Theol.* III, pp. 844–880; Shedd, *Dogm. Theol.*, pp. 659–754; *ibid.*, *Doctrine of Endless Punishment*; Dabney, *Syst. and Polem. Theol.*, pp. 842–862; Litton, *Introd. To Dogm. Theol.*, pp. 581–595; Beckwith, *Realities of Chr. Theol.*, pp. 361–382; Drummond, *Studies in Chr. Doct.*, pp. 504–514; Macintosh, *Theol. as an Empirical Science*, pp. 205–215; Dahle, *Life After Death*, pp. 418–455; Mackintosh, *Immortality and the Future*, pp. 180–194; 229–244; King, *Future Retribution*; Hovey, *Biblical Eschatology*, pp. 145–175; Von Huegel, *Eternal Life*; Alger, *History of the Doctrine of a Future Life*, pp. 394–449, 508–549, 567–724; Schilder, *Wat is de Hemel*; Vos, *The Pauline Eschatology*, pp. 261–316; Kliefloth, *Eschatologie*, pp. 275–351.⁴

⁴ Louis Berkhof, *Teologia Sistemática*, trad. Odayr Olivetti, 4ª edição (São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012), 671–679.

A RESSURREIÇÃO

EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

§ 1. *A Doutrina Bíblica*

Por ressurreição não se tem em mente a existência contínua da alma depois da morte. O fato de que os saduceus, nos dias de Cristo, e contra os quais se dirige a maioria dos argumentos do Novo Testamento em favor da doutrina da ressurreição, não só negavam esta doutrina, mas a existência contínua da alma depois da morte, explica suficientemente as Escrituras combinarem ambas as questões. E assim nosso Senhor, arrazoando com os saduceus, lhes disse: “Quanto à ressurreição dos mortos, não tendes lido no livro de Moisés, no trecho referente à sarça, como Deus lhe falou: Eu sou o Deus de Abraão, o Deus de Isaque e o Deus de Jacó? Ora, ele não é Deus de mortos, e, sim, de vivos” (Mc 12.26, 27). Tudo o que esta passagem demonstra diretamente é que os mortos continuam vivos após a dissolução do corpo. Mas, como esta é a resposta de Cristo a uma pergunta que tem a ver com a ressurreição, a referência é que a ressurreição nada mais significa além do fato de que a alma não morre com o corpo, mas ressuscita para uma vida nova e mais sublime. Assim também o Apóstolo, no elaborado argumento contido em 1 Coríntios 15, considera evidentemente que negar a ressurreição equivale a negar a vida futura da alma. Por isso muitos sustentam que a única ressurreição da qual a Bíblia fala é a ressurreição da alma quando o corpo morre.

Os Corpos Humanos Ressuscitarão

Tal fato é negado, primeiramente, por aqueles que tomam a palavra ressurreição em sentido figurado, expressando o erguer da alma da morte espiritual para a vida espiritual. Disse Marta a nosso Senhor, diante do túmulo de Lázaro: “Eu sei que ele ressuscitará na ressurreição do último dia”. Ao que nosso Senhor, segundo Mr. Alger, replica substancialmente: “Presumes que no último dia o Messias restaurará os mortos novamente à vida sobre a terra. Eu sou o Messias e, portanto, os últimos dias já chegaram. Eu sou comissionado pelo Pai para outorgar vida eterna a todos quantos crêem em mim; mas não da maneira que tens antecipado. A verdadeira ressurreição não significa chamar o corpo do túmulo, mas abrir as fontes da vida eterna na alma. Eu vim abrir o mundo espiritual à tua fé. Aquele que crê em mim e guarda meus mandamentos já passou da morte para a vida – tornam-se cônscios de que, embora aparentemente jaz na sepultura, todavia adquire a experiência da verdade de que ‘Deus não é o Deus dos mortos, mas dos vivos; pois todos vivem para ele’. Sobre a alma que está cheia de tal experiência, a morte não tem poder. Na verdade, eu te digo: a hora já chegou, e está presente, quando os mortos, os ignorantes e os culpados, sepultados em delitos e pecados, tomarão posse da vida assim oferecida e serão bem-aventurados”.

Em segundo lugar, a ressurreição do corpo é negada por aqueles que, com os seguidores de Swedenborg, sustentam que o homem, nesta vida, possui dois corpos, um externo e

interno; um material e psíquico. O primeiro morre e é depositado no túmulo, e ali permanece sem nunca ressuscitar. O outro não morre, mas em união com a alma entra em outro estado de existência. Portanto, a única ressurreição que deve sempre ocorrer se concretiza no momento da morte.

Em terceiro lugar, é negada por aqueles que presumem que a alma, como um espírito puro, não pode ser individualizada nem localizada; que ela não pode ter nenhuma relação com espaço, nem agir nem receber ação, sem uma corporeidade de algum gênero; e, portanto, presumem que ela deve ser munida com um corpo novo, mais refinado e etéreo, enquanto seu tabernáculo terrestre é descartado. O corpo da ressurreição é, segundo este ponto de vista, também fornecido no momento da morte.

Não obstante, prova-se que as Escrituras ensinam uma ressurreição literal do corpo:

(1.) Pelo significado da palavra. Ressurreição significa voltar a levantar, um levantar daquele que estava no túmulo; ou uma restauração da vida para aquele que estava morto. A alma, porém, segundo as Escrituras, não morre quando o corpo é dissolvido. Portanto, ela não pode ser o sujeito de uma ressurreição, exceto no sentido antitético para a morte espiritual, a qual não entra agora em questão. O mesmo é verdade no tocante ao corpo psíquico, se é que tal coisa existe. Ele não morre e, portanto, não pode ressuscitar. O mesmo também se pode dizer de um novo corpo fornecido à alma quando sua casa terrestre, deste tabernáculo, se desfizer.

(2.) Afirma-se que aqueles que se encontram no pó da terra, “os que estão nos sepulcros”, se levantarão. Mas é só do corpo que se pode dizer que está no sepulcro; e, portanto, é em referência ao corpo que se deve entender a ressurreição.

(3.) São nossos “corpos mortais” os que hão de ressurgir. Essa forma de expressão é decisiva para a intenção do Apóstolo. “Se habita em vós o Espírito daquele que ressuscitou a Jesus dentre os mortos” (Rm 8.11). É “nosso corpo de humilhação” que será feito semelhante ao glorioso corpo de Cristo (Fp 3.21).

(4.) Esta é também a doutrina claramente ensinada no capítulo 15 de 1 Coríntios. Certos equivocados em Corinto negavam o fato e a aspiração da ressurreição dos crentes. O argumento de Paulo se dirige a estes dois pontos. No que tange ao fato de que os mortos podem ressuscitar, refere-se àquilo que nenhum cristão pode negar, a saber, a ressurreição de Cristo dentre os mortos. Este fato, de caráter histórico, ele sustenta com base em evidência histórica. Então lhes mostra que a negação da ressurreição de Cristo é a negação de todo o evangelho, o qual repousa sobre este fato. “Se Cristo não ressuscitou, então é vã nossa pregação, vã também vossa fé.” Mas, se Cristo ressuscitou dentre os mortos, todo o seu povo deverá também ressuscitar. Cristo ressuscitou como as primícias dos que dormem. Há, na visão de Paulo, a mesma conexão divinamente designada, e portanto necessária, entre a ressurreição de Cristo e a de seu povo, como entre a morte de Adão e a de seus descendentes. E tão certamente como em Adão todos morrem, assim todos em Cristo serão vivificados. E, finalmente, acerca desta questão, o Apóstolo se condescende em argumentar com base na fé e na prática da Igreja. De que serve, pergunta ele, batizar-se pelos mortos, se os mortos não ressuscitam? Todo o cotidiano do cristão se baseia, afirma ele, na esperança da ressurreição; não meramente na existência contínua da alma, mas na gloriosa existência do homem integral, corpo e alma, com Cristo no céu. Quanto ao segundo ponto, a aspiração da ressurreição do corpo, ele mostra que todas as objeções relacionadas têm

por base a suposição de que o corpo futuro há de ser como o corpo atual. E diz que a pessoa que faz tal objeção não passa de insensata. Os dois não são mais semelhantes que uma semente e uma flor, que um torrão de terra e uma estrela, que o terrestre e o celestial. “Semeia-se [o corpo natural] em corrupção, ressuscita-se em incorrupção. Semeia-se em honra, ressuscita-se em glória; semeia-se em fraqueza, ressuscita-se em poder. Semeia-se corpo natural, ressuscita-se corpo espiritual.” Portanto, todo este discurso é em referência ao corpo. Ele passa a responder à objeção de que nosso corpo atual não está adaptado a nosso futuro estado de existência: Admito; é verdade que carne e sangue não podem herdar o reino de Deus; o corruptível deve revestir-se de incorruptibilidade, e o mortal deve revestir-se de imortalidade. Parece que o Apóstolo, neste capítulo, tinha em mente uma multidão de escritores de nossos dias, que se divertem rindo da doutrina da ressurreição, sobre bases muito semelhantes àquelas sobre as quais arrazoavam os equivocados de Corinto, cujos argumentos se espalharam aos ventos dezoito séculos atrás.

(5.) Outro argumento acerca desta questão provém da analogia constantemente apresentada entre a ressurreição de Cristo e a de seu povo. Os escritores sagrados, como já vimos, argumentam sobre a possibilidade e a certeza da ressurreição de nosso corpo com base no fato da ressurreição de Cristo; e a natureza de nosso corpo futuro, com base na natureza de seu corpo no céu. Não haveria sentido nesse argumento se o corpo não fosse o que ressuscitará.

(6.) Finalmente, como Paulo argumentava com base na fé da Igreja, não podemos errar seguindo seu exemplo. A Bíblia é um livro claro, e todo o mundo cristão tem compreendido, em todos os tempos, que ela ensinava não isso ou aquilo, mas a ressurreição literal do corpo dos mortos depositados nos sepulcros. Todos os cristãos, de todas as denominações, aprendem a dizer: Creio “no perdão dos pecados; na ressurreição do corpo; e na vida eterna”.

A Identidade de Nosso Corpo Futuro com o Atual

Aqui existem duas questões distintas a considerar: Primeira, as Escrituras ensinam que o corpo da ressurreição há de ser o mesmo que aquele depositado no sepulcro? Segunda, em que consiste tal identidade? À primeira destas perguntas podemos contestar confiantemente; à segunda, é possível que não possamos responder.

Os argumentos que demonstram que no futuro vamos possuir o mesmo corpo que possuímos nesta vida atual são substancialmente iguais aos já apresentados. A verdade é que a identidade está implícita na mesma idéia da ressurreição, porque a ressurreição é a vivificação do que estava morto; não de algo da mesma natureza, mas a mesma coisa. E todas as passagens supracitadas que provam a ressurreição do corpo pressupõem ou declaram que o que ressuscita é o mesmo corpo. A promessa e a predição da ressurreição e transformação se referem a nosso “corpo mortal”; ao “nosso corpo de humilhação”; “o corruptível”; “o mortal”. Nossa ressurreição será análoga à de Cristo; neste caso, porém, não há dúvida alguma de que o corpo que pendeu da cruz e foi depositado no sepulcro ressurgiu dentre os mortos. Do contrário não teria havido ressurreição. A identidade era a mesma coisa que Cristo estava desejoso de mostrar a seus discípulos vacilantes. Mostrou-lhes suas mãos e pés perfurados e seu lado traspassado. Mas sobre isso há poucas

diferenças de opinião. Onde a ressurreição do corpo é um artigo de fé, tem-se admitido a identidade do corpo atual e do futuro. A forma usual de sepultura cristã, no caso dos fiéis, sempre foi: “Entregamos este corpo ao túmulo na esperança inabalável de uma bendita ressurreição”.

Em que Consiste essa Identidade?

É óbvio que a identidade, em diferentes casos, depende de condições diferentes. Primeiro, no caso da matéria não organizada, como um torrão de terra ou uma pedra, a identidade depende da continuidade da substância e da forma. Se a pedra se reduz a pó e se espalha, a mesma substância continua, mas não a forma; e, portanto, a identidade se desvanece. Em que sentido a água em um copo é a mesma hora após hora, ou dia após dia? É a mesma substância resultante da combinação de oxigênio e hidrogênio, e é a mesma porção daquela substância. Se esse copo for esvaziado num oceano, o que ocorre com a identidade da água que ele continha? Se você separar a água em seus gases constituintes, as substâncias elementares continuam, mas não mais são água. Você pode mudar seu estado sem destruir sua identidade. Se o gelo num freezer for novamente derretido, permanece ainda a mesma água. Se a corrente evaporar-se e for novamente condensada, permanece ainda a mesma água. Essa uniformidade, da qual a continuação da mesma substância é o elemento essencial, é a forma inferior de identidade. Na Igreja, com freqüência tem-se presumido que a uniformidade de substância é essencial à identidade entre nosso corpo atual e futuro. Essa idéia tem às vezes ido ao extremo máximo. Agostinho parece ter imaginado que toda a matéria que em algum período entrou no organismo de nosso corpo atual, de alguma forma seria restaurada no corpo da ressurreição. Cada corpo humano, por mais disperso seja aqui, será perfeitamente restaurado na ressurreição. Cada corpo será completo em quantidade e qualidade. Quantos cabelos já foram cortados, ou unhas aparadas, não retornarão em tão vasta quantidade para não deformar seus lugares originais; mas tampouco perecerão; retornarão ao corpo naquela substância da qual cresceram. Tomás de Aquino foi mais moderado. Ensinou que somente aquelas partículas que entram na composição do corpo na morte entrariam na composição do corpo da ressurreição. Essa idéia parece ter-se introduzido na teologia dos romanistas, à medida que alguns, pelo menos, dos teólogos da Igreja de Roma se esforçaram em remover a objeção a este ponto de vista do tema derivado do fato de que as partículas do corpo humano depois da morte são não apenas dispersas para longe e misturadas com o pó da terra, mas também entram na composição dos corpos de plantas, animais e seres humanos. A isso Perrone responde: “Difficile Deo non est moleculas omnes ad corpus aliquod spectantes, etiam post innumeros transitus ex uno in aliud colligere. Hæc mutatio seu transitus accidentalis est, minime vere essentialis, ut ex physiologia ac zoobiologia constat universa”. É verdade, como nosso Senhor nos ensina: “Todas as coisas são possíveis para Deus”; e, se a uniformidade de substância é essencial a essa identidade entre nosso corpo atual e futuro, o que a Bíblia assevera, então teríamos de submeter-nos a essas dificuldades, satisfeitos com o fato de que está dentro do poder da onipotência onisciente fazer tudo o que Deus prometeu efetuar.

Outros pressupõem que não é necessário para a identidade contida que todas as partículas do corpo, na morte, sejam incluídas no corpo da ressurreição. É suficiente que o novo corpo seja formado exclusivamente das partículas pertencentes ao corpo atual. Mas, como o corpo, depois da ressurreição, deve ser aperfeiçoado e etéreo, um décimo, um centésimo ou um milésimo de porções daquelas partículas seriam suficientes. Levaria muito pouca matéria bruta para fazer um corpo de luz. Tertuliano pensava que Deus fizera com que os dentes fossem indestrutíveis a fim de fornecer material para o futuro corpo. Muitos outros também presumem haver em algum lugar um germe indestrutível em nosso corpo atual que deve ser desenvolvido no corpo do futuro.

Segundo, nas obras de arte, a identidade de substância exerce um papel muito subordinado. O Apolo Belvedere esteve uma vez adormecido em um bloco de mármore. A porção central daquele bloco que contém muitas partículas de matéria na estátua não era o Apolo do artista. Se todas as partículas cortadas fossem restauradas a seu lugar, a substância permaneceria, porém a estátua desapareceria. Aqui a forma, a expressão, a idéia informadora são os principais constituintes da identidade. Se uma penitenciária fosse demolida e fossem empregados materiais para edificar uma catedral, a substância seria a mesma, porém não o edifício. Quando você se mira em um espelho, a imagem refletida permanece a mesma, mas não a substância; pois esta é mudada com um reflexo novo. E se era possível, ou provável, que de igual modo a Madonna del Sixti de Rafael tivesse mudado sua substância mil vezes, o quadro permaneceria ainda sendo o mesmo. A alma, aqui, informa o corpo. O caráter está mais ou menos visivelmente impresso na face. Conhecemos aquele por visualizarmos aquela. Se esse é o caso, se a alma tem poder de assim iluminar e fazer inteligente o material bruto de nossas estruturas presentes, por que não podemos, futuramente, tornar sua vestimenta etérea a expressão de si mesma a ponto de ser imediatamente reconhecida por todos os que já eram conhecidos? E assim podemos poderemos reconhecer imediatamente Isaías, Paulo e João. Não se diz que isso será assim; que anexo está a identidade de seus corpos celestiais e terrestres; mas, se provasse ser verdadeiro, não parariamos para inquirir ou nos preocupar em como tantas partículas de um entram na composição do outro.

Terceiro, a identidade nos organismos vivos é algo ainda mais elevado e mais inescrutável que nas obras de arte. A semente e o carvalho são os mesmos; mas em que sentido? Não em substância, nem em forma. A criança e o adulto são a mesma coisa, ao longo de todos os estágios da vida; a infância, a maturidade e velhice; a substância do corpo, contudo, está em estado de perene mudança. Diz-se que tal mudança é completa a cada sete anos. Daí, se uma pessoa viver setenta anos, a substância de seu corpo terá, durante esse período, mudado totalmente dez vezes. Aqui, pois, temos uma entidade independente da identidade de substância. Portanto, nosso corpo futuro pode ser o mesmo que o que agora temos, ainda que não haja nele uma partícula material pertencente ao anterior.

O objetivo destas observações sobre as diferentes classes de identidade não é o de explicar algo. Não se quer ensinar em que consistem a identidade do terrestre e do celestial; se é uma identidade de substância; ou de expressão de idéia, como nas obras de arte; ou da continuidade ininterrupta da mesma força vital na planta e animal através de todo o seu processo de crescimento e degeneração; ou se a identidade inclui a todas estas, ou se é diferente de todas elas. Nada afirmamos. Deixamos o tema onde a Bíblia o deixa. O objetivo

dessas essas observações é duplo: primeiro, mostrar que é perfeitamente racional que uma pessoa afirme a identidade entre nosso corpo atual e futuro, embora se veja forçada a admitir que não sabe em que há de consistir esta identidade. Isso não é mais que o que os homens hão de admitir acerca da identidade de seu corpo atual. E, segundo, para deter as línguas dos opositores. Eles ridicularizam a idéia da ressurreição do corpo, perguntando se a criança ressuscitará como criança; se os velhos ressuscitarão enrugados e decrepitos; os mutilados como tais; os obesos com seu grande volume; e pensam que, com tais arrazoados, já refutaram a doutrina da Escritura. A Bíblia não ensina tais absurdos, e nenhuma igreja avança para além das Escrituras ao afirmar duas coisas: que o corpo ressuscitará, e que será, depois da ressurreição, o mesmo que antes; mas nem a Bíblia nem a Igreja determinam em que consistirá tal identidade.

Com respeito ao nosso corpo atual, não se nega o fato de sua identidade contínua. Segundo um ponto de vista, o princípio dessa identidade está no corpo e perece, ou cessa, com ele. Segundo outro, embora ela esteja no corpo, não perece com ele, mas permanece unida à alma, e sob circunstâncias apropriadas, forma para si mesma um novo corpo. Segundo outros, esse princípio vital está na própria alma. Agassiz, como um zoologista, ensina que com todo o germe vivo há um princípio imaterial pelo qual uma espécie se distingue de outra, e que determina que o germe de um peixe se desenvolve em peixe; e o de uma ave, em ave, ainda que os dois germes sejam precisamente os mesmos (ou seja, semelhantes) em substância e estrutura. Quando o princípio individual morre, esse princípio imaterial cessa de existir. Esta é a doutrina de Agassiz. O dr. Julius Müller pensa que essa força vital organizadora continua em união com a alma, mas não é operativa entre a morte e a ressurreição. Diz ele: “Νόη, a massa de material terrestre, ... mas ο οργανικός, o todo orgânico, ao qual as Escrituras prometem uma ressurreição. ... O organismo, como uma forma viva, que é inerentemente uma matéria apropriada, é o verdadeiro corpo, que em sua glorificação se torna σώμα πνευματικόν. Mas entende o Apóstolo em 2 Coríntios 5.4 como claramente ensinando que a alma, durante o intervalo entre a morte e a ressurreição, permanece desnuda. O dr. Lange, que às vezes se deixa dominar pela imaginação, ensina que a alma foi criada para ser encarnada; e por isso foi dotada com energias e talentos para esse fim. Em virtude de sua natureza, certamente reúne da matéria que a envolve os materiais para um corpo, da mesma forma que uma semente reúne da terra e do ar a matéria adequada às suas necessidades. Portanto, ele presume que há na alma “uma lei ou força que assegura a formação de seu próprio corpo adaptado às suas necessidades e esfera; ou, mais apropriadamente”, ele acrescenta, “a identidade orgânica” pode ser caracterizada como o “Schema des Leibes”, que se acha incluso na alma, ou como o “Incarnationstrieb des Geistes”; um “nisus formativus” que pertence à alma humana. A alma, enquanto está na terra, forma para si um corpo de matérias terrenas; quando deixa a terra, forma uma habitação para si de matérias que se encontram em uma esfera mais elevada para a qual é trasladada; e no fim do mundo, quando ocorrer a grande palingenesia, as almas humanas, segundo sua natureza, formarão corpos para si dos elementos do universo desintegrado. “Os justos se revestirão com os elementos refinados da terra renovada; brilharão como o sol. Os ímpios se revestirão com os refugos da terra; despertarão para vergonha e desprezo eternos.”⁸

Descartando do ponto de vista o que é fantasioso nessa interpretação, pode-se prontamente admitir por aqueles que aderem à doutrina geralmente aceita, de que o homem consiste em alma e corpo (e não em espírito, alma e corpo), que a alma, além de suas faculdades racionais, voluntárias e morais, possui em si o que se pode chamar de princípio de vida animal. Ou seja, possui não apenas faculdades que a adaptam para os exercícios mais elevados de uma criatura racional capaz de manter comunhão com Deus, mas também faculdades que a adaptam para viver em união orgânica com um corpo material. Pode-se também admitir que a alma, nesse aspecto, é o princípio animador do corpo, pelo qual todas as suas funções se concretizam. E pode-se ainda admitir que a alma, nesse aspecto, é aquilo que dá identidade ao corpo humano através de todas as mudanças de substância a que ela aqui se sujeita. E, finalmente, pode-se admitir, sendo esse o caso, que o corpo que a alma terá na ressurreição é tão real e verdadeiramente idêntico àquele que ela possuiu na terra, quanto o corpo do homem em sua maturidade é o mesmo que aquele que ele possuiu quando era ainda criança. Tudo isso pode ser considerado de algum valor. O que permanece certo é o que a Bíblia ensina, a saber: que nosso corpo celestial será, em algum sentido sublime e real, o mesmo que aquele que ora temos.

A Natureza do Corpo da Ressurreição

É óbvio que esta é uma questão da qual nada podemos saber a não ser à luz da revelação divina. Necessariamente, somos tão profundamente ignorantes nesta matéria como da natureza dos habitantes dos planetas ou do sol. Têm sido volumosas as especulações dos homens concernentes à natureza do corpo futuro; algumas meramente fantasiosas, outras, revoltantes.

Há acerca disso na Bíblia duas declarações negativas que têm grandes implicações. A primeira é a declaração de Cristo, de que na ressurreição as pessoas não se casam nem se dão em casamento, mas são como os anjos de Deus. A segunda é o que escreve Paulo em 1 Coríntios 15.50: “Carne e sangue não podem herdar o reino de Deus”. Parece haver três coisas claramente implícitas ou asseveradas nessas passagens: (1.) Que o corpo dos homens tem de ser adequado especialmente ao estado de existência no qual deve viver e agir. (2.) Que nosso corpo atual, ou seja, nosso corpo tal como é agora organizado, não está adaptado ao nosso futuro estado de existência. (3.) Que tudo na organização ou constituição de nosso corpo designado para suprir nossas atuais necessidades cessará com a vida que é agora. Nada desse tipo pertencerá ao corpo da ressurreição. Se o sangue deixa de ser nossa vida, não teremos necessidade de órgãos de respiração e nutrição. Uma vez que ignoramos as condições de existência que nos aguardam após a ressurreição, é debalde especular acerca da constituição de nosso corpo futuro. É suficiente saber que o povo glorificado de Deus não estará aparelhado com órgãos inúteis, nem embaraçado pelas limitações ora impostas por nosso atual estado de existência.

Não obstante, é possível deduzir os seguintes particulares com maior ou menor confiança, baseados no que a Bíblia revelou acerca desta questão:

1. Que nosso corpo, depois da ressurreição, reterá sua forma humana. Deus, nos é dito, deu a todas as suas criaturas na terra um corpo adaptado à sua natureza, e necessário para alcançar o propósito para o qual elas foram criadas. Qualquer mudança essencial na

natureza do corpo envolverá mudança correspondente em sua constituição interna. Uma abelha com a forma de cavalo deixaria de ser uma abelha; e um homem com uma forma distinta da humana deixaria de ser um homem. Seu corpo é um elemento essencial em sua constituição. Todas as indicações que se dão nas Escrituras acerca desta questão levam a manter-se esta conclusão. Cada vez que Cristo apareceu a seus discípulos, não só antes, mas também depois de sua ascensão, como a Estêvão, Paulo e João, foi em forma humana. Orígenes imaginou que, uma vez que o círculo é a mais perfeita figura, o corpo futuro será globular. Mas uma figura com essa forma não seria reconhecida como ser humano nem na terra nem no céu.

2. É provável que o corpo futuro não só reterá sua forma humana, mas também terá uma semelhança glorificada ao que era na terra. Sabemos que cada ser humano tem seu caráter individual – peculiaridades mentais e emocionais que o distinguem de qualquer outro ser humano. Sabemos que seu corpo revela mais ou menos claramente seu caráter, através de sua expressão, fisionomia e porte. Tal revelação do interior pelo exterior será provavelmente mais exata e informativa no céu do que pode ser aqui na terra. Como poderíamos conhecer a Pedro ou a João no céu, se não houvesse algo em sua aparência e porte que correspondesse à imagem deles impressa por seus escritos na mente de todos os seus leitores?

3. Isso conduz às observações adicionais de que não só reconheceremos nossos amigos no céu, mas também conheceremos, sem que nos precisem ser apresentados, os profetas, apóstolos, confessores e mártires, dos quais temos lido ou ouvido enquanto estávamos na terra. (a.) Isso é muito provável pela própria natureza do caso. Se o corpo futuro deve ser o mesmo que o atual, por que essa identidade não seria incluída em certa identidade de semelhança, além do mais que possa ser ainda incluído? (b.) Quando Moisés e Elias apareceram no monte com Cristo, foram imediatamente reconhecidos pelos discípulos. Sua aparência correspondia de maneira tão exata aos conceitos formados à luz do Velho Testamento acerca do caráter e conduta deles, que não havia dúvida alguma sobre sua identidade. (c.) Lemos que nos assentaremos com Abraão, Isaque e Jacó no reino dos céus. Isso implica que Abraão, Isaque e Jacó serão reconhecidos; e se eles o serão, também os demais o serão. (d.) Promete-se que nosso cálice de felicidade então ficará cheio; mas isso não será possível a não ser que nos encontremos no céu com aqueles a quem amamos na terra. O homem é um ser social com uma alma cheia de afetos sociais, e como há de ser um ser humano no céu, não é provável que irá nutrir todos os seus afetos sociais ali? Dificilmente Deus teria posto esse anelo puro nos corações de seu povo se isso nunca fosse ser satisfeito. Davi, chorando sobre seu filho morto, disse: “Eu irei a ele, mas ele não voltará a mim”. E esta tem sido a linguagem de cada coração estremecido daquele até hoje. (e.) A Bíblia claramente revela que o ser humano reterá todas as suas faculdades na vida futura. Uma das mais importantes dessas faculdades é a memória. Se ela não fosse retida, haveria um vácuo em nossa existência. O passado deixaria de existir para nós. Dificilmente poderíamos estar conscientes de nossa identidade. Entraríamos no céu como criaturas recém-criadas, carentes de história. Nesse caso cessaríamos todos os cânticos do céu. Não haveria ação de graças pela redenção; não haveria reconhecimento de toda a relação de Deus conosco neste mundo. A memória, contudo, não só terá seguimento, mas, sem dúvida, será grandemente exaltada com todas as nossas faculdades, de maneira que os

registros do passado poderão ser tão legíveis para nós como os acontecimentos da vida atual. Se esse é o caso, se os homens hão de reter no céu o conhecimento de sua vida terrena, isso envolve vínculos de respeito, amor e gratidão que unem as pessoas na família e na sociedade. (f.) A doutrina de que numa vida futura reconheceremos aos que conhecemos e amamos na terra tem feito parte da fé da humanidade. Está pressuposta na Bíblia, tanto no Velho quanto no Novo Testamento. Os patriarcas sempre falavam de partir e estar com seus pais quando morressem. Os Apóstolos exortaram os crentes a não lamentar por seus falecidos como os que não têm esperança, dando-lhes com isso a certeza de que se reunirão com todos aqueles que morrem no Senhor.

4. Sabemos com certeza que o corpo dos crentes há de ser:

(a.) Incorruptível; não meramente destinado a jamais corromper-se, mas também não suscetível à corrupção. Por determinada ação de leis físicas, nosso corpo atual, assim que é deixado pela alma, se reduz a uma massa de corrupção, de tal forma insuportável que nos apressamos a sepultar nossos mortos, pondo-os longe de nossa vista. O corpo futuro não será suscetível a tal mudança; tampouco, como lemos nas Escrituras, estará sujeito a enfermidades e acidentes que tão amiúde desfiguram a beleza ou destroem a energia do corpo no qual ora habitamos. Não sendo suscetível de deterioração, será incapaz de sofrer, ou, pelo menos, cuidadosamente será preservado de sofrimento por Aquele que prometeu enxugar todas as lágrimas de nossos olhos.

(b.) O corpo futuro será imortal. Isso é algo diferente, mais sublime, que a incorruptibilidade. Este último é negativo; o primeiro é positivo; um implica imunidade à corrupção; o outro não apenas imunidade à morte, mas perpetuidade de vida. Não haverá decrepitude com a passagem do tempo; nem decadência das faculdades; nem perda de vigor, mas uma juventude imortal.

(c.) O corpo atual é semeado em fraqueza; ressuscitará em poder. Sabemos muito bem quão débeis somos agora, quão pouco podemos realizar; quão poucos são nossos sentidos e quão limitado é seu alcance; mas ainda não sabemos de que maneira ou em que medida nosso poder há de ser aumentado. É provável que, por mais elevadas que sejam nossas expectativas acerca disto, não alcançarão a realidade; porque ainda não aparece, nem está revelado, seja na experiência seja na esperança, o que seremos. É possível que tenhamos novos sentidos, novas e grandemente exaltadas capacidades de tomar conhecimento de coisas externas, de apreender sua natureza e extrair conhecimento e participação de suas maravilhas e belezas. No lugar de frágeis e cansativos meios de locomoção, aos quais ora estamos confinados, é possível que sejamos capazes, no futuro, de passar com a velocidade da luz ou do próprio pensamento de uma parte do universo para outra. Nosso poder de visão, em vez de limitar-se ao raio de uma curta distância, é possível que exceda ao do mais poderoso telescópio. Tais expectativas não podem ser extravagantes, pois nos é asseverado que nem olho pode ver, nem ouvido pode ouvir, tampouco já entrou no coração humano conceber as coisas que Deus tem preparado para aqueles que o amam.

(d.) O corpo é semeado em desonra, e ressuscitará em glória. A glória é o que excita maravilha, admiração e deleite. O corpo dos santos há de ser feito semelhantes ao glorioso corpo de Cristo. Seremos como ele quando o virmos como ele é. Mais que isso não se pode dizer; o que isso significa não o sabemos agora, mas o saberemos mais adiante. Já sabemos que, quando o corpo de Cristo foi transfigurado no monte, os Apóstolos desmaiaram e

ficaram como mortos em sua presença; e sabemos que, quando ele vier segunda vez para salvação, os céus e a terra fugirão da visão de sua glória. É suficiente dizer que, assim como levamos a imagem do que é terreno, também levaremos a imagem do que é celestial. É com razão que o Apóstolo exorta os crentes a não lamentar pelos santos que já haviam falecido, aos quais iriam ver novamente, revestidos de formosura e glória do que não podemos ora ter uma idéia precisa.

(e.) Semeia-se corpo natural, ressuscita corpo espiritual. Quando se empregam termos antitéticos assim, o sentido do primeiro nos permite determinar o sentido do segundo. Podemos, pois, ver o que significa a palavra “espiritual” pelo que conhecemos do sentido da palavra “natural”. A palavra ψυχικόν, traduzida “natural”, como todos sabem, deriva de ψυχή, que às vezes significa vida; às vezes, o princípio de vida que os homens têm em comum com os brutos; e às vezes a alma no sentido ordinário e inclusivo do termo: o princípio racional e imortal de nossa natureza; aquilo em que reside nossa personalidade. De maneira que dizer “Minha alma se regozija” ou “Minha alma está muito triste” equivale a dizer “Regozijo-me” ou “Estou muito triste”. Sendo este o significado de ψυχή, é evidente que σῶμα ψυχικόν, o corpo físico ou natural, não pode significar um corpo feito de ψυχή. Da mesma forma, não é menos evidente que σῶμα πνευματικόν não pode significar um corpo feito de espírito. Isso seria tamanha contradição de termos como falar de um espírito feito de matéria. Também sabemos que o homem possui uma natureza tanto animal quanto racional. Ou seja, sua alma está dotada não só de razão e consciência, mas também de sensibilidades ou faculdades que o capacitam a ser sensível aos apetites do corpo, tais como fome e sede, e de suas sensações de prazer e dor. Esses apetites e sensações são estados da consciência da alma. Assim, o σῶμα ψυχικόν, o corpo natural, é um corpo adaptado à alma neste aspecto de sua natureza; e o σῶμα πνευματικόν, ou corpo espiritual, é um corpo adaptado aos mais elevados atributos da alma. Sabemos pela própria experiência qual é o primeiro: é um corpo terreno, feito do pó da terra. O químico pode analisá-lo e reduzi-lo a seus componentes de amoníaco, hidrogênio, carbono etc. E no túmulo ele logo se torna indistinto de outras partes da superfície da terra. É um corpo que, enquanto vive, está em constante necessidade de reparação; tem de ser sustentado pelo oxigênio do ar e pelos elementos químicos de sua alimentação. Facilmente se fatiga e precisa de descanso e sono. Ao cabo de pouco mais de setenta anos, fica desgastado e vai para túmulo. Com o corpo espiritual é o contrário. Não possui tais necessidades nem está à mercê de tal fadiga e envelhecimento. Indubitavelmente, nisso está envolvido o fato de que, enquanto o corpo atual está adaptado às faculdades inferiores de nossa natureza, e o corpo espiritual o está às faculdades mais elevadas, este há de ser mais refinado, etéreo e, como diz Paulo, mais celestial que o outro. Mesmo agora a alma, em certo sentido, impregna todo o corpo. Está em cada parte dele. É sensível a todas as suas mudanças de estado; e lhe dá uma aparência e um porte que revelam o homem como o senhor deste mundo. E em grau muito superior a alma poderá impregnar o corpo refinado e glorificado que receberá na ressurreição dos justos, fazendo-o dessa maneira, e em um grau ora incompreensível, espiritual em sua própria natureza. Se o rosto do homem, formado do pó da terra, resplandece tão freqüentemente com inteligência e com emoções elevadas, o que não se poderá esperar de um semblante semelhante ao do Filho de Deus?

Então, se nosso futuro corpo há de reter a forma humana; se será assim distinguido por todos os que nos conheceram e amaram na terra; se há de ser dotado com poder inusitado; se há de ser incorruptível, imortal e espiritual; se levaremos a imagem do celestial, podemos inclinar-nos com coração humilde e alegre e receber a exortação do Apóstolo: “Portanto, meus amados irmãos, sede firmes, inabaláveis e sempre abundantes na obra do Senhor, sabendo que, no Senhor, vosso trabalho não é vão”.

§ 2. História da Doutrina

A doutrina da ressurreição do corpo não é exclusivamente uma doutrina bíblica. Encontra-se, em diferentes formas, em muitas das religiões do mundo. Isso é tão notável quanto é em si improvável, e extremamente fora da analogia da natureza. Uma geração de plantas e animais segue outra em sucessão ininterrupta; mas os mesmos indivíduos jamais reaparecem. O caso é ainda mais notável quando consideramos as dificuldades das quais a doutrina está cercada; dificuldades tão grandes que ela é rejeitada e inclusive ridicularizada por todos nesta geração que não reconhecem as Sagradas Escrituras como uma autoridade da qual não ousam dissentir. Quando tais doutrinas são encontradas não só na Bíblia, mas também nas religiões das nações pagãs, pode-se presumir que os hebreus as tenham tomado por empréstimo de seus vizinhos pagãos. Essa é a hipótese adotada geralmente por racionalistas. Insistem em sua defesa, dizendo que as doutrinas de Satanás, a da ressurreição do corpo e da destruição e renovação da terra não aparecem nas porções das Escrituras que foram escritas antes do cativeiro babilônico. Ao apresentar este argumento, fazem referência a Jó, a Daniel e a uma grande porção de Isaías em um período subsequente ao exílio, contrariando a evidência tanto externa quanto interna em favor de maior antiguidade desses livros. Ainda que se conceda que as doutrinas não aparecem distintamente em nenhum escrito, senão nos mais recentes, do Velho Testamento, isso não justificaria a pretensão de sua origem pagã, contanto que sua gênese seja traçada nos livros mais antigos das Escrituras. Nada é mais óbvio nem mais geralmente admitido do que o caráter progressivo das revelações divinas. Doutrinas, a princípio obscuramente insinuadas, são gradualmente desenvolvidas. Este é o caso das doutrinas da Trindade, da personalidade do Espírito Santo, da divindade de Cristo, da natureza de sua redenção, do estado futuro; e, como se poderia esperar, da ressurreição dos mortos. É tão irracional e tão anti-histórico dizer que a Igreja recebeu do paganismo a doutrina da ressurreição do corpo como dizer que recebeu de Platão a doutrina da Trindade. Há outra consideração sobre este tema que para o cristão é decisiva. As doutrinas que no Novo Testamento são declaradas como parte da revelação divina são, com isso, declaradas não serem de origem pagã. É possível que os pagãos as tenham sustentado, como sustentam a doutrina da existência de Deus e da imortalidade do homem; o que não prova que tais doutrinas tenham apenas uma origem e uma autoridade humana.

Sendo essas coisas postas em forma de premissas, admite-se como fato notável que a crença na ressurreição do corpo prevaleceu entre os antigos anteriormente ao advento de Cristo. Às vezes se faz referência à doutrina brâmane da sucessão constante de ciclos de incontáveis eras na história do universo, sendo um ciclo uma reprodução ou uma renovação de outro, como se houvesse uma analogia à doutrina cristã da ressurreição. “O primeiro

aparecimento de dessa noção de restauração corporal”, diz Mr. Alger, “que ocorre na história das opiniões é entre os antigos hindus. Para eles, ela aparece como parte de uma vasta concepção, abarcando todo o universo em uma série infindável de desenvolvimentos totais, degenerações e restaurações exatas. No princípio, o Ser Supremo é um e único. Ele pensa para si mesmo: ‘Eu me tornarei muitos’ [essa é uma figura de linguagem; pois, segundo o sistema hindu, o Ser Supremo, o Absoluto, não pode pensar]. Em linha reta, a criação multiforme se desenvolve, e todos os seres vivem. Então, por um período inconcebível – uma extensão de tempo na mesma medida da existência de Brahma, o Demiurgo [isso, uma vez mais, é uma mescla de idéias, pois o Brahma dos hindus não corresponde ao Demiurgo dos gregos] – as gerações sucessivas medram e se degeneram. Ao fim desse período, todas as formas de matéria, todas as criaturas, sábios e deuses recuam à Fonte Universal de onde vieram. Uma vez mais o Ser Supremo é um e único. Após um intervalo, as mesmas causas produzem os mesmos efeitos, e todas as coisas reaparecem exatamente como eram antes”.¹⁰ Segundo o sistema hindu, os homens não têm de esperar pela conclusão de um desses grandes ciclos para serem absorvidos no Ser Supremo. Através de uma vida estritamente conformada a regras prescritas, e através de um processo de completa renúncia, eles atingem um estado no qual se perdem no Infinito como gotas de chuva no oceano. Como indivíduos, ele jamais podem reproduzir-se, não mais que gotas de chuva podem ser recuperadas do oceano. O oceano, pela evaporação, pode produzir outras nuvens que destilarão outras gotas de chuva; mas isso não é uma reprodução daquelas que caíram mil anos atrás. Portanto, não há nenhuma analogia entre esta teoria e a doutrina cristã da ressurreição.

“A mesma concepção geral”, prossegue Mr. Alger, “em uma forma modificada, foi sustentada pelos estóicos da Grécia recente, que, indubitavelmente, a tomaram por empréstimo do Oriente e a concretizaram com maiores detalhes. ‘Deus é um fogo artístico, do qual resulta a cosmopéia’. Esse fogo se processa em certo curso fixo, em obediência a uma lei fixa, passando por certas gradações intermediárias e períodos estabelecidos, até que ele volte a si e termine com uma conflagração universal. ... Os estóicos pressupunham que cada formação sucessiva seria perfeitamente semelhante à precedente. Cada particular que ocorre agora tem de ocorrer exatamente como milhares de vezes antes, e ocorrerá milhares de vezes novamente. Associavam este conceito a cálculos astronômicos, fazendo a combustão e a recriação do mundo coincidir com a mesma posição das estrelas como aquela em que previamente ocorreu. Chamavam isso de restauração de todas as coisas. A idéia desses enormes períodos idênticos em transformação – Dia de Brahma, Ciclo dos Estóicos ou Grande Ano de Platão – é um fatalismo físico, efetuando uma ressurreição universal do passado, reproduzindo-a reiterada e eternamente”.¹²

No início desta obra, fez-se a tentativa de demonstrar que o sistema brâmane e diversos sistemas gregos de filosofia não passavam de modificações da teoria panteísta do Infinito através de leis fixas e necessárias, manifestando-se no finito em todas as suas infindas diversidades de formas. Essa sucessão infindável de indivíduos, contudo, não se afina com a doutrina bíblica da ressurreição dos mortos. A flora e a fauna desta não são uma ressurreição das plantas e dos animais dos períodos geológicos.

Na religião de Zoroastro há uma aproximação muito mais estreita com as doutrinas da Bíblia. Como as Escrituras ensinam que Deus, no princípio, criou boas todas as coisas, e fez

o homem segundo sua própria imagem, e o pôs à prova no Éden, assim Zoroastro ensinou que Ormuzd criou boas todas as coisas, e que tudo era sem pecado e feliz e adaptado para a imortalidade. E como a Bíblia ensina que, pela sedução de Satanás, o homem caiu de seu estado original e tornou-se sujeito ao pecado, à miséria e à morte, assim, na religião dos antigos persas ensinava-se que Ahriman, o princípio pessoal do mal, co-eterno com Ormuzd, o princípio do bem, efetuou a ruína do homem, quanto a este mundo e o vindouro. Tal foi a origem do mal; tal foi o princípio do conflito entre o bem e o mal, do qual nossa terra veio a ser o palco. Ambos os sistemas ensinam o triunfo final do bem e a redenção do homem; ambos ensinam um estado futuro, a ressurreição do corpo e a renovação da terra; ou, que haverá novo céu e nova terra. É indubitável, à luz dos ensinamentos do Novo Testamento, que os hebreus não derivaram dos persas tais doutrinas; portanto, no mais elevado grau, é provável que os persas é que as tenham derivado de seus vizinhos da família de Sem, que eram os depositários das revelações de Deus.

Já vimos que a doutrina da ressurreição do corpo foi claramente ensinada no Velho Testamento e nos livros apócrifos dos judeus; que era um artigo cardinal de fé entre os judeus quando Cristo ingressou no mundo; e que foi enfaticamente asseverada por Cristo e seus Apóstolos. Vimos também que a Bíblia nada mais ensina, sobre este tema, além de: (1.) Que o corpo ressuscitará. (2.) Que sua identidade será preservada. (3.) Que será tão idêntico e refinado a ponto de adaptar-se ao sublime estado de existência a que se destina. Nesta forma simples, a doutrina sempre foi sustentada pela Igreja, a qual não é responsável pelas teorias fantasiosas adotadas por muitos de seus membros.

Os teólogos filosóficos da escola alexandrina, na Igreja primitiva, dispuseram-se a espiritualizar tudo o que a Bíblia diz com respeito à ressurreição do corpo e ao seu futuro estado. Os latinos, em contrapartida, aderiram a uma interpretação literal da linguagem bíblica, chegando às vezes a extremos os mais grosseiros. Agostinho, como já vimos, pensava que o corpo da ressurreição era composto de toda a matéria a que sempre pertenceu neste mundo; e Jerônimo pergunta: “Se os homens não ressuscitam com carne e ossos, como poderão evitar ranger seus dentes no inferno?”

Durante a Idade Média, a fé da Igreja, sobre este tema, permaneceu imutável. As especulações de escritores individuais foram diversas, inconsistentes e de pouco interesse, porque não continham autoridade.

Ao tempo da Reforma, a doutrina simples da Bíblia foi reafirmada; e os teólogos, além desses limites, foram entregues à sua própria orientação. A forma em que a doutrina foi comumente apresentada pelos teólogos do século dezessete era: (1.) Que o corpo da ressurreição será numericamente, e em substância, o mesmo que o corpo atual. (2.) Que ele terá os mesmos órgãos de visão, audição etc., como tem nesta vida. (3.) Muitos sustentaram que todas as peculiaridades do corpo atual quanto a tamanho ou estatura, aparência etc. hão de ser restauradas. (4.) Como os corpos dos justos hão de ser refinados e glorificados, os dos ímpios, presumia-se, seriam proporcionalmente repulsivos. Os teólogos protestantes mais recentes, tanto luteranos quanto reformados, põem-se mais estritamente dentro dos limites das Escrituras.

O racionalismo, enquanto prevaleceu, aboliu toda a doutrina. A razão não ensina a doutrina nem pode explicá-la; portanto, ela não possui nenhuma razão para ser reconhecida. Os racionalistas deístas admitiam que a doutrina era ensinada nas Escrituras,

mas isso significava para eles uma simples razão adicional para negar sua origem divina. Os racionalistas mais moderados, que admitiam que a Bíblia era uma revelação das verdades da razão, ou da religião natural, explicavam tudo o que ela ensina concernente à ressurreição, fazendo-a referir-se ao soerguimento da alma de um estado de pecado para um estado de santidade; ou relacionando-se não com a ressurreição do corpo, mas com a vida contínua da alma em um estado futuro.

Naturalmente, a teologia especulativa moderna, ou teologia panteísta, ignora a doutrina da ressurreição. Nem sempre admite a existência da alma após a dissolução do corpo. A raça é imortal, mas os indivíduos dos quais ela se compõe não o são. O materialismo científico não admite nenhuma outra ressurreição além do reaparecimento dos mesmos elementos químicos que ora formam nosso corpo, no corpo das plantas, animais ou homens futuros. A cal de nossos ossos pode ajudar na formação dos ossos daqueles que vierem depois de nós. Assim a filosofia e a ciência, quando divorciadas da Bíblia, só nos conduzem a negações, trevas e desesperos.⁵

⁵ Charles Hodge, [*Teologia Sistemática*](#), trad. Valter Martins, 1ª edição (São Paulo: Hagnos, 2001), 1588–1601.

O Novo Céu e a Nova Terra

Que é o céu? É um lugar? Como a terra será renovada? Como será a vida no novo céu e na nova terra?

EXPLICAÇÃO E BASE BÍBLICA

A. VIVEREMOS ETERNAMENTE COM DEUS NO NOVO CÉU E NA NOVA TERRA

Após o juízo final, os crentes entrarão para sempre no pleno gozo da vida na presença de Deus. Jesus nos dirá: “Vinde, benditos de meu Pai! Entrai na posse do reino que vos está preparado desde a fundação do mundo” (Mt 25.34). Entraremos em um reino onde “nunca mais haverá qualquer maldição. Nela [na nova Jerusalém], estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão” (Ap 22.3).

Quando se referem a esse lugar, os cristãos geralmente falam em viver para sempre com Deus “no céu”. Mas na verdade o ensino bíblico é muito mais rico: ele nos diz que haverá novos céus e uma nova terra — uma criação inteiramente renovada — e viveremos ali com Deus.

O Senhor promete por meio de Isaías: “... pois eis que eu crio novos céus e nova terra; e não haverá lembrança das coisas passadas, jamais haverá memória delas” (Is 65.17), e fala sobre “os novos céus e a nova terra, que hei de fazer” (Is 66.22). Pedro diz: “... nós, porém, segundo a sua promessa, esperamos *novos céus e nova terra*, nos quais habita justiça” (2Pe 3.13). Na visão que João teve dos eventos posteriores ao juízo final, ele diz: “... vi *novo céu e nova terra*, pois o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe” (Ap 21.1). Ele continua e nos diz que haverá também um novo tipo de unificação do céu e da terra, pois vê a cidade santa, a “nova Jerusalém” que “descia do céu, da parte de Deus” (Ap 21.2), e ouve uma voz proclamando: “... eis o tabernáculo de Deus com os homens. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e Deus mesmo estará com eles” (v. 3). Então haverá uma união do céu com a terra nessa nova criação e ali viveremos na presença de Deus.

1. Que é o céu? Na era presente, o lugar em que Deus habita é freqüentemente chamado “céu” nas Escrituras. O Senhor diz “o céu é o meu trono” (Is 66.1) e Jesus nos ensina a orar “Pai nosso, que estás nos céus” (Mt 6.9). Jesus agora, “*depois de ir para o céu*, está à destra de Deus” (1Pe 3.22). De fato, o céu pode ser definido da seguinte maneira: *Céu é o lugar em que Deus torna conhecida da forma mais completa a sua presença para abençoar.*

Discutimos anteriormente como Deus está presente em todos os lugares, mas como ele manifesta sua presença de maneira especial em certos lugares para abençoar. A maior manifestação da presença de Deus para abençoar é vista no céu, onde ele faz sua glória conhecida e é adorado pelos anjos, por outras criaturas celestiais e pelos santos redimidos.

2. O céu é um lugar, não apenas um estado mental. Mas talvez alguém fique tentando imaginar como o céu poderia ser unido à terra. Sem dúvida, a terra é um *lugar* que existe em certo local em nosso universo situado no espaço e no tempo, mas pode-se pensar também no céu como um *lugar* passível de ser ligado à terra?

Fora do mundo evangélico, em geral nega-se a idéia do céu como um lugar, principalmente porque sua existência pode ser conhecida apenas a partir do testemunho das Escrituras. Recentemente, mesmo alguns estudiosos evangélicos têm hesitado em afirmar o fato de que o céu é um lugar. Será que o fato de sabermos do céu *apenas* pela Bíblia e de não podermos dar nenhuma prova empírica dele deve ser razão para não acreditar que o céu é um lugar real?

O Novo Testamento ensina a idéia de uma localização para o céu de muitos modos diferentes e de maneira bem clara. Quando Jesus subiu ao céu, o fato de que ele foi para um *lugar* parece ser o ponto central da narrativa, ponto esse que Jesus desejava que seus discípulos entendessem ao verem o modo pelo qual subia gradualmente enquanto ainda lhes falava: "... foi Jesus elevado às alturas, à vista deles, e uma nuvem o encobriu dos seus olhos" (At 1.9; cf. Lc 24.51: "... aconteceu que, enquanto os abençoava, ia-se retirando deles, sendo elevado para o céu"). Os anjos proclamaram: "... esse Jesus que dentre vós foi assunto *ao céu* virá do modo como o vistes subir" (At 1.11). É difícil imaginar como o fato da ascensão de Jesus para algum lugar poderia ser ensinado de modo mais claro.

Uma conclusão semelhante pode ser tirada da história da morte de Estevão. Logo antes de ser apedrejado, ele, "cheio do Espírito Santo, *fitou os olhos no céu* e viu a glória de Deus e Jesus, que estava à sua direita, e disse: Eis que vejo os céus abertos e o Filho do Homem, em pé à destra de Deus" (At 7.55–56). Ele não viu meros símbolos de um estado de existência. Antes, parece que seus olhos foram abertos para enxergar uma dimensão espiritual da realidade que Deus escondeu de nós na presente era, dimensão que no entanto existe realmente em nosso universo espaço-temporal e na qual Jesus vive agora em seu corpo físico ressurreto, esperando pelo tempo em que retornará à terra. Além disso, o fato de que teremos corpo ressuscitado semelhante ao corpo ressurreto de Cristo indica que o céu será um lugar, pois nesse corpo físico (aperfeiçoado, para que nunca mais enfraqueçamos ou morramos de novo),⁴ habitaremos um lugar específico em um tempo específico, assim como Jesus o faz em seu corpo ressurreto.

A idéia do céu como um lugar é também o sentido mais fácil em que podemos entender a promessa de Jesus: "... vou preparar-vos *lugar*" (Jo 14.2). Ele fala de modo bem claro em deixar a sua existência neste mundo a fim de retornar para o Pai e depois voltar de novo: "E, quando eu for e vos preparar *lugar*, voltarei e vos receberei para mim mesmo, para que, *onde eu estou*, estejais vós também" (Jo 14.3).

Esses textos nos levam a concluir que o céu já no presente é um lugar, embora hoje sua localização seja desconhecida e sua existência, impossível de ser percebida por nossos sentidos naturais. É esse lugar de habitação de Deus que de alguma maneira será feito novo no tempo do juízo final e unido a uma terra renovada.

3. A criação física será renovada e continuaremos a existir e atuar nela. Além de um céu renovado, Deus fará uma "nova terra" (2Pe 3.13; Ap 21.1). Várias passagens indicam que a criação física será renovada de forma expressiva. "A ardente expectativa da criação

aguarda a revelação dos filhos de Deus. Pois a criação está sujeita à vaidade, não voluntariamente, mas por causa daquele que a sujeitou, na esperança de que *a própria criação será redimida do cativeiro da corrupção, para a liberdade da glória dos filhos de Deus*” (Rm 8.19–21).

Mas a terra será simplesmente renovada ou será destruída por completo e substituída por uma nova terra recriada por Deus? Algumas passagens parecem falar de uma criação inteiramente nova: o autor de Hebreus (citando Sl 102) fala-nos dos céus e da terra: “... eles perecerão; tu, porém, permaneces; sim, todos eles envelhecerão qual veste; também, qual manto, os enrolarás, e, como vestes, serão igualmente mudados” (Hb 1.11–12). Mais tarde ele nos diz que Deus prometeu: “Ainda uma vez por todas, farei abalar não só a terra, mas também o céu”, um abalo tão forte que envolve “a remoção dessas coisas abaladas [...] para que as coisas que não são abaladas permaneçam” (Hb 12.26–27). Pedro diz: “... virá, entretanto, como ladrão, o Dia do Senhor, no qual *os céus passarão com estrepitoso estrondo*, e os elementos se desfarão abrasados; também *a terra e as obras que nela existem serão atingidas*” (2Pe 3.10). Uma imagem semelhante encontra-se em Apocalipse, onde João diz: “... de cuja presença fugiram a terra e o céu, e não se achou lugar para eles” (Ap 20.11). Além disso, João diz: “... vi novo céu e nova terra, pois o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe” (Ap 21.1).

Dentro do mundo protestante, há divergências sobre a questão se a terra será destruída por completo e substituída ou apenas mudada e renovada. Segundo Berkhof, os estudiosos luteranos têm enfatizado o fato de que será uma criação totalmente nova, enquanto os estudiosos reformados tendem a enfatizar aqueles versículos que dizem simplesmente que a presente criação será renovada. A posição reformada parece preferível aqui, pois é difícil imaginar que Deus aniquilaria totalmente sua criação original, causando assim a impressão de ceder ao diabo a última palavra e desfazendo-se da criação que originariamente era muito boa (Gn 1.31). As passagens acima que falam sobre abalar e remover a terra e sobre a primeira terra que passa podem referir-se apenas à sua existência na forma atual, não à sua existência propriamente dita; e mesmo 2Pedro 3.10, que fala a respeito dos elementos que se desfazem e da terra e as obras sobre ela que são queimadas, pode não estar falando da terra como um planeta, mas sim das coisas sobre a superfície da terra (ou seja, a maior parte da terra e das coisas sobre a terra).

4. Nosso corpo ressurreto fará parte da nova criação. No novo céu e na nova terra, haverá lugar e atividades para nosso corpo ressurreto, que nunca envelhecerá nem se enfraquecerá nem adoecerá. Uma forte consideração a favor desse ponto de vista é o fato de que Deus fez a criação física original muito boa (Gn 1.31). Não há, portanto, nada inerentemente pecaminoso ou mau ou “não espiritual” no mundo físico que Deus fez ou nas criaturas que colocou nele, ou ainda no corpo físico que nos deu na criação. Embora todas essas coisas tenham sido desfiguradas e distorcidas pelo pecado, Deus não destruirá o mundo físico por completo (o que seria reconhecimento de que o pecado frustrou e venceu os propósitos de Deus); antes, aperfeiçoará toda a criação e a colocará em harmonia com os propósitos para os quais ele a criou originariamente. Logo, podemos esperar que no novo céu e na nova terra haverá uma terra plenamente perfeita que será de novo muito boa. E podemos esperar que teremos um corpo físico que será mais uma vez “muito bom”

aos olhos de Deus e que servirá para cumprir os propósitos originais com que o Senhor colocou o homem sobre a terra.

Quando o autor de Hebreus diz que “ainda não” vemos todas as coisas sujeitas ao homem (Hb 2.8), implica que por fim todas as coisas estarão dentro do nosso domínio, sob o reinado do homem Cristo Jesus (observe o v. 9: “... vemos, todavia, aquele [Jesus] que [...] foi coroado de glória e de honra”). Isso concretizará o plano original de Deus de ter todas as coisas no mundo sujeitas aos seres humanos que ele criou. Nesse sentido, então, herdaremos a terra (Mt 5.5) e reinaremos sobre ela como Deus planejou no princípio.

Por essa razão, não deveria nos causar tanta surpresa o fato de que algumas descrições da vida no céu incluem aspectos que em grande medida são parte da criação física ou material que Deus fez. *Comeremos e beberemos* na “ceia das bodas do Cordeiro” (Ap 19.9). Jesus uma vez mais *beberá vinho* com seus discípulos no reino celestial (Lc 22.18). O “rio da água da vida” fluirá “do trono de Deus e do Cordeiro e que passa no meio da *rua principal da cidade*” (Ap 22.1, BLH). A *árvore da vida* produzirá “doze frutos, dando o seu fruto de mês em mês” (Ap 22.2). Não há nenhuma razão forte para dizer que essas expressões são meramente simbólicas, sem nenhuma referência literal. Será que no plano eterno de Deus banquetes simbólicos e vinho simbólico e rios e árvores simbólicos poderiam ser de algum modo superiores a banquetes reais e vinho real e rios e árvores reais? Essas coisas são apenas alguns dos aspectos excelentes da perfeição e da bondade final da criação física de Deus.

Obviamente, há descrições simbólicas no livro de Apocalipse, e é inevitável que em alguns pontos sejamos incapazes de decidir se algo deve ser entendido de modo simbólico ou literal. Mas não parece difícil pensar que a descrição da cidade celestial com portões, um muro e fundações é uma descrição de algo literal e real, a saber, “a santa cidade, Jerusalém, que descia do céu, da parte de Deus, a qual tem a glória de Deus. O seu fulgor era semelhante a uma pedra preciosíssima, como pedra de jaspe cristalina” (Ap 21.10–11). “A praça da cidade é de ouro puro, como vidro transparente. [...] e os reis da terra lhe trazem a sua glória. As suas portas nunca jamais se fecharão de dia, porque, nela, não haverá noite. E lhe trarão a glória e a honra das nações” (Ap 21.21–26).

Embora tenhamos alguma incerteza quanto à compreensão de certos detalhes, não parece incoerente com esse quadro dizer que comeremos e beberemos no novo céu e na nova terra, e também desempenharemos outras atividades físicas. A música, sem dúvida, é proeminente nas descrições do céu em Apocalipse e podemos imaginar que tanto as atividades artísticas quanto as musicais serão desenvolvidas para a glória de Deus. Talvez as pessoas vão trabalhar em todo o campo de investigação e desenvolvimento da criação por meios tecnológicos, criativos e inventivos, exibindo assim a extensão plena da excelência da criação à imagem de Deus.

Além disso, já que Deus é infinito e jamais poderemos exaurir sua grandeza (Sl 145.3) e uma vez que somos criaturas finitas que nunca se igualarão a Deus em conhecimento nem serão oniscientes, podemos esperar que seremos capazes de continuar por toda a eternidade aprendendo mais sobre Deus e sobre seu relacionamento com a sua criação. Desse modo, prosseguiremos no processo de aprendizado iniciado nesta vida, em que uma vida “para seu inteiro agrado” é a que inclui constante crescimento “no pleno conhecimento de Deus” (Cl 1.10).

5. A nova criação não será “atemporal” mas incluirá uma sucessão infinita de momentos. Embora certo hino popular fale da hora em que “a trombeta do Senhor soará e não existirá mais tempo”, as Escrituras não dá apoio a essa idéia. Certamente a cidade celestial que recebe sua luz da glória de Deus (Ap 21.23) nunca experimentará escuridão ou noite: “... nela não haverá noite” (Ap 21.25). Mas isso não significa que o céu será um lugar em que o tempo será desconhecido, ou onde as coisas não possam ser feitas uma após outra. De fato, todas as imagens de adoração celestial no livro de Apocalipse incluem palavras proferidas uma após outra em frases coerentes e ações (tais como cair prostrado diante do trono de Deus e lançar as coroas diante de seu trono) que envolvem uma seqüência de acontecimentos. Quando lemos que “os reis da terra [...] lhe trarão a glória e a honra das nações” (Ap 21.24–26), vemos outra atividade que envolve uma seqüência de eventos acontecendo um após o outro. E sem dúvida essa também é a clara implicação do fato de que a árvore da vida tem doze tipos de fruto, “dando o seu fruto *de mês em mês*” (Ap 22.2). (Sobre Ap 10.6 veja o capítulo 11, nota 18.)

Uma vez que somos criaturas finitas, também podemos esperar que viveremos sempre em uma sucessão de momentos. Assim como nunca alcançaremos a onisciência de Deus nem sua onipresença, também nunca alcançaremos a eternidade de Deus no sentido de ver todo o tempo uniformemente de maneira vívida, não vivendo em uma sucessão de momentos nem sendo limitados por tempo. Como criaturas finitas, viveremos antes em uma sucessão de momentos que nunca terminará.

B. A DOCTRINA DA NOVA CRIAÇÃO DÁ GRANDE MOTIVAÇÃO PARA ACUMULAR TESOUROS NO CÉU E NÃO NA TERRA

Quando consideramos o fato de que a presente criação é temporária e que nossa vida na nova criação durará por toda a eternidade, temos uma forte motivação para viver de maneira piedosa, acumulando tesouros no céu. Refletindo sobre o fato de que o céu e a terra serão destruídos, Pedro diz o seguinte:

Visto que todas essas coisas hão de ser assim desfeitas, deveis ser tais como os que vivem em santo procedimento e piedade, esperando e apressando a vinda do Dia de Deus, por causa do qual os céus, incendiados, serão desfeitos, e os elementos abrasados se derreterão. Nós, porém, segundo a sua promessa, esperamos novos céus e nova terra, nos quais habita justiça (2Pe 3.11–13).

E Jesus nos diz explicitamente:

Não acumuleis para vós outros tesouros sobre a terra, onde a traça e a ferrugem corroem e onde ladrões escavam e roubam; mas *ajuntai para vós outros tesouros no céu*, onde traça nem ferrugem corrói, e onde ladrões não escavam, nem roubam; porque, onde está o teu tesouro, aí estará também o teu coração (Mt 6.19–21).

C. A NOVA CRIAÇÃO SERÁ UM LUGAR DE GRANDE BELEZA, ABUNDÂNCIA E ALEGRIA NA PRESENÇA DE DEUS

Em meio a todas as perguntas que fazemos naturalmente a respeito do novo céu e da nova terra, não devemos perder de vista o fato de que as Escrituras retratam de maneira coerente essa nova criação como lugar de grande beleza e alegria. Na descrição do céu em Apocalipse 21 e 22, esse tema é afirmado repetidas vezes. É a “cidade santa” (21.2), um lugar preparado “como noiva adornada para o seu esposo” (21.2). Nesse lugar, “a morte já não existirá, já não haverá luto, nem pranto, nem dor” (21.4). Lá poderemos beber “de graça da fonte da água da vida” (21.6). É uma cidade que “tem a glória de Deus” e cujo “fulgor” é “semelhante a uma pedra preciosíssima, como pedra de jaspe cristalina” (21.11). É uma cidade de tamanho imenso, não importa se entendemos as medidas de modo literal ou simbólico. Seu comprimento é de “doze mil estádios” (21.16), ou cerca de 1400 milhas (2250 quilômetros), e “seu comprimento, largura e altura são iguais” (21.16). Partes da cidade são construídas com imensas jóias preciosas de várias cores (21.18–21). Será livre de todo o mal, pois “nela, nunca jamais penetrará coisa alguma contaminada, nem o que pratica abominação e mentira, mas somente os inscritos no Livro da Vida do Cordeiro” (21.27). Nessa cidade os salvos terão posições de domínio sobre toda a criação de Deus, pois “reinarão pelos séculos dos séculos” (22.5).

Porém, mais importante do que toda a beleza material da cidade celestial, mais importante do que a comunhão que gozaremos eternamente com todo o povo de Deus de todas as nações e de todos os períodos da história, mais importante do que estar livre da dor e tristeza e sofrimento físico, e mais importante do que reinar sobre o reino de Deus — muito mais importante do que qualquer uma dessas coisas será o fato de que estaremos na presença de Deus gozando de comunhão sem nenhuma barreira com ele. “Eis o *tabernáculo de Deus com os homens*. Deus habitará com eles. Eles serão povos de Deus, e *Deus mesmo estará com eles*. E lhes enxugará dos olhos toda lágrima” (21.3–4).

No Antigo Testamento, quando a glória de Deus encheu o templo, os sacerdotes não conseguiam permanecer ali e ministrar (2Cr 5.14). No Novo Testamento, quando a glória de Deus cercou os pastores no campo fora da cidade de Belém, “ficaram tomados de grande temor” (Lc 2.9). Mas aqui na cidade celestial seremos capazes de suportar o poder e a santidade da presença da glória de Deus, pois viveremos *continuamente* na atmosfera da glória de Deus. “A cidade não precisa nem do sol, nem da lua, para lhe darem claridade, pois a glória de Deus a iluminou, e o Cordeiro é a sua lâmpada” (21.23). Esse será o cumprimento do propósito de Deus em nos chamar “para a sua própria glória e virtude” (2Pe 1.3): então habitaremos continuamente “*com exultação, imaculados diante da sua glória*” (Jd 24; cf. Rm 3.23; 8.18; 9.23; 1Co 15.43; 2Co 3.18; 4.17; Cl 3.4; 1Ts 2.12; Hb 2.10; 1Pe 5.1, 4, 10).

Nessa cidade viveremos na presença de Deus, pois “nela, estará o trono de Deus e do Cordeiro. Os seus servos o servirão” (22.3). De tempos em tempos experimentamos aqui na terra a alegria da genuína adoração a Deus e percebemos que a nossa maior alegria consiste em viver dando glórias a ele. Mas nessa cidade essa alegria será multiplicada muitas vezes mais e conheceremos o cumprimento do objetivo para o qual fomos criados. Nossa maior alegria será ver o próprio Senhor e estar com ele para sempre. Quando João fala das

bênçãos da cidade celestial, o ponto culminante dessas bênçãos vem em uma pequena afirmação: “... *contemplarão a sua face*” (22.4). Quando olharmos para a face de nosso Senhor e ele responder com um olhar de amor infinito, veremos nele o cumprimento de tudo o que sabemos ser bom, correto e desejável no universo. Na face de Deus veremos o cumprimento de todo o anseio que já tivemos de conhecer o amor, a paz e a alegria perfeitos, e de conhecer a verdade e a justiça, a santidade e a sabedoria, a bondade e o poder, a glória e a beleza. Ao fitarmos a face de nosso Senhor, saberemos de maneira mais plena do que em qualquer momento anterior o que o salmista sentia ao dizer: “... *na tua presença há plenitude de alegria, na tua destra, delícias perpetuamente*” (Sl 16.11). Então será satisfeito o desejo de nosso coração que nos fez clamar no passado: “... uma coisa peço ao SENHOR, e a buscarei: que eu possa morar na Casa do SENHOR todos os dias da minha vida, *para contemplar a beleza do SENHOR* e meditar no seu templo” (Sl 27.4).

Quando finalmente virmos o Senhor face a face, nosso coração não desejará mais nada. “*Quem mais tenho eu no céu? Não há outro em quem eu me compraza na terra. [...] Deus é a fortaleza do meu coração e a minha herança para sempre*” (Sl 73.25–26). Então com alegria nosso coração e nossa voz se unirão com os remidos de todos os tempos e com os poderosos exércitos do céu, cantando: “Santo, Santo, Santo é o Senhor Deus, o Todo-Poderoso, aquele que era, que é e que há de vir” (Ap 4.8).⁶

⁶ Wayne Grudem, [Teologia Sistemática de Wayne Grudem](#), 2.a edição (São Paulo: Edições Vida Nova, 2021), 988–994.

REFERÊNCIAS:

BEEKE, Joel R.; JONES, Mark. Teologia Puritana: Doutrina para a Vida. Trad. Márcio Loureiro Redondo. São Paulo: Vida Nova, 2016.

BERKHOF, Louis, Teologia Sistemática. Trad. Odayr Olivetti, 4a edição. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2012.

BOICE, James Montgomery. Fundamentos da Fé Cristã – Um manual de Teologia ao Alcance de Todos. Rio de Janeiro: Central Gospel, 2011.

ERICKSON, Millard J. Teologia Sistemática. Trad. Robinson Malkomes, Valdemar Kroker, Tiago Abdalla Teixeira Neto. São Paulo: Vida Nova, 2015.

FERREIRA, Franklin; MYATT, Alan. Teologia Sistemática: Uma análise histórica, bíblica e apologética para o contexto atual. São Paulo: Vida Nova, 2007.

GEERHARDUS VOS, Johannes. Catecismo Maior de Westminster Comentado. 1ª Edição. Trad. Marcos Vasconcelos. São Paulo: Editora os Puritanos, 2007.

GRUDEM, Wayne A. Teologia Sistemática. Vários Tradutores. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HODGE, Charles. Teologia Sistemática. Trad. Valter Martins. São Paulo: Hagnos, 2001.

JOHNSON, Dennis E. O triunfo do cordeiro. Tradução Rogério portella. Rio de Janeiro: Pro Nobis Editora, 2024.

LADD, George Eldon. Apocalipse: Introdução e Comentário. 1ª Edição. São Paulo: Vida Nova, 1996.

LOPES, Hernandes Dias. APOCALIPSE: O Futuro Chegou. As coisas que em breve devem acontecer. São Paulo: Editora Hagnos, 2005.

SOUZA, Sócrates Oliveira de (Org.). Pacto e Comunhão: Documentos Batistas. Rio de Janeiro: Convicção, 2010.